

A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DO PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL DE 1920 A 1950

LILIAN ZANVETTOR FERREIRA



NAVEGANDO

Lilian Zanvettor Ferreira

<https://www.editoranavegando.com/livro-lilian-zanvettor>

<https://www.editoranavegando.com/livro-lilian-zanvettor>

A EDUCAÇÃO DOS TRABALHADORES DO
PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL DE 1920
A 1950

1ª Edição Eletrônica

Uberlândia / Minas Gerais
Navegando Publicações
2019



NAVEGANDO

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com

Uberlândia – MG,
Brasil

Copyright © by autor, 2019.

F4135 – Ferreira, Lilian Zanvettor. A educação dos trabalhadores do Partido Comunista do Brasil de 1920 a 1950. Uberlândia: Navegando Publicações, 2019.

ISBN: 978-85-53111-45-9

 10.29388/978-85-53111-45-9

1. Partido Comunista do Brasil 2. Educação 3. História. I. Lilian Zanvettor Ferreira. II. Navegando Publicações. Título.

CDD – 370

CDU – 37

Revisão/ Diagramação – Lurdes Lucena

Índice para catálogo sistemático

Educação

370



Editores

Carlos Lucena – UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

Conselho Editorial

Afrânio Mendes Catani – USP, Brasil

Alberto L. Bialakowsky – Universidad de Buenos Aires, Argentina.

Ángela A. Fernández – Univ. Autónoma de Sto. Domingo, República Dominicana

Anselmo Alencar Colares – UFOPA, Brasil

Carlos Lucena – UFU, Brasil

Carlos Henrique de Carvalho – UFU, Brasil

Carolina Crisorio – Universidad de Buenos Aires, Argentina

Cílson César Fagiani – Uniube, Brasil

Christian Cwik – University of the West Indies, St. Augustine, Trinidad & Tobago

Christian Hausser – Universidad de Talca, Chile

Daniel Schugurensky – Arizona State University, EUA

Dermeval Saviani – Unicamp, Brasil

Elizet Payne Iglesias – Universidad de Costa Rica, Costa Rica

Fabiane Santana Previtali – UFU, Brasil

Francisco Javier Maza Avila – Universidad de Cartagena, Colômbia

Gilberto Luiz Alves – UFMS, Brasil

Hernán Venegas Delgado – Universidad Autónoma de Coahuila, México

Iside Gjergji – Universidade de Coimbra - Portugal

Iván Sánchez – Universidad del Magdalena –Colômbia

João dos Reis Silva Júnior – UFSCar, Brasil

Jorge Enrique Elías-Caro – Universidad del Magdalena, Colômbia

José Carlos de Souza Araújo – Uniube/UFU, Brasil

José Claudinei Lombardi – Unicamp, Brasil

José Jesus Borjón Nieto – El Colégio de Vera Cruz, México

José Luis Sanfelice – Univás/Unicamp, Brasil

Lívia Diana Rocha Magalhães – UESB, Brasil

Mara Regina Martins Jacomeli – Unicamp, Brasil

Miguel Perez – Universidade Nova Lisboa – Portugal

Newton Antonio Paciulli Bryan – Unicamp, Brasil

Paulino José Orso – Unioeste – Brasil

Raul Roman Romero – Universidad Nacional de Colombia – Colômbia

Ricardo Antunes – Unicamp, Brasil

Robson Luiz de França – UFU, Brasil

Sérgio Guerra Vilaboy – Universidad de la Habana, Cuba

Silvia Mancini – Université de Lausanne, Suíça

Teresa Medina – Universidade do Minho – Portugal

Tristan MacCoaw – Universit of London – Inglaterra

Valdemar Sguissardi – UFSCar – (Aposentado), Brasil

Victor-Jacinto Flecha – Universidad Católica Nuestra Señora de la Asunción, Paraguai

Yoel Cordoví Núñez – Instituto de História de Cuba, Cuba

*Às trabalhadoras e aos trabalhadores.
À luta que segue.*

Vós, que surgireis da maré
em que perecemos,
lembrai-vos também,
quando falardes das nossas fraquezas,
lembrai-vos dos tempos sombrios
de que pudestes escapar.

BRECHT

LISTA DE FIGURAS E IMAGENS

Figura 1- Recorte do Jornal A Classe Operária, 1928.	18
Figura 2- Viaduto Santa Ifigênia, São Paulo.	38
Figura 3 - Página do Livro de Registros de Imigração do Vapor Garibaldi.	39
Figura 4 - Livro de Registros de Imigração– detalhe.	40
Figura 5- Registros de Nascimento.	41
Figura 6 - Passaporte n. 335, de Basílio Zanvettor	42
Figura 7 - Beniamino, pai de Basílio, em Uniforme da Primeira Guerra	43
Figura 8 - Carta de 1927	44
Figura 9 - Mapa da Estrada de Ferro Mogiana.	47
Figura 10 - Mapa de São Paulo, 1924.	49
Figura 11- São Paulo, cerca de 1940. Foto de Dito Escobar de 1925.	50
Figura 12 - O Passaporte de Basílio Zanvettor.	51
Figura 13- Analfabetismo no Brasil 1900/2000.	52
Figura 14 - A Primeira Escola Moderna do Brasil no Bairro Belenzinho, Zona Leste de São Paulo.	62
Figura 15 - Mapa da cidade de São Paulo em 1924.	67
Figura 16 - Excerto do Jornal A Classe Operária em 1925	69
Figura 17 - Urbanização em São Paulo de 1915 a 1929.	70
Figura 18 - Denúncia do Jornal A Classe Operária, 1925	71
Figura 19 - Panfleto da Juventude Comunista.	75
Figura 20 - Excerto do Jornal A Classe Operária de 27 de junho de 1925	80

Figura 21 - Tribuna Comunista, Ano LXX, n. 01- junho de 92.	101
Figura 22 - Pintura Mural do PCB. Data aproximada: 2012.	105
Figura 23 - Operários, de Tarsila do Amaral.	106
Figura 24 - Panfleto de divulgação, Sarau Popular, 2015	107
Figura 25 - Litografia de Carlos Scliar. Jornal A Classe Operária, 1946	108
Figura 26 - Circular interna. Data provável: 1938	109
Figura 27 - Cartaz de divulgação do Congresso Nacional Ana Montenegro.	110
Figura 28 - Jornal A Classe Operária, 27 de junho de 1925	116
Figura 29 - Recorte do Jornal <i>Classop</i> , edição de 27/06/1925.	120
Figura 30 - Recorte do Jornal A Classe Operária, edição de 13/06/1925.	122
Figura 31 - Recorte do Suplemento do Jornal <i>Classop</i> , edição de 1947	124
Figura 32 - Recortes do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925	124
Figura 33 - Recortes do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925	124
Figura 34 - Recortes do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925.	125
Figura 35 - Recorte do Jornal A Classe Operária, 27 de junho de 1925, com sugestões de leitura.	125
Figura 36 - Recorte do Jornal A Classe Operária, edição de 1938.	127
Figura 37 - Recorte do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1925	128
Figura 38 - Recorte do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1925	129

Figura 39 - Recorte do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925	130
Figura 40 - Recorte do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1925	131
Figura 41 - Recorte do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1945	132
Figura 42 - Recorte do Jornal A Classe Operária, 1942	134
Figura 43 - Recorte do Jornal A Classe Operária. 27 de junho de 1925.	135
Figura 44 - Recorte do Jornal A Classe Operária. Janeiro de 1938	135
Figura 45 - Recorte do Jornal A Classe Operária, 1928	137
Figura 46 - Recorte do Jornal A Classe Operária, 1945.	138
Figura 47 - Recorte do Caderno Suplementar da Classop, 1947.	140
Figura 48 - Recorte de Jornal A Classe Operária. 12 de setembro de 1934	141
Figura 49 - Anotação de Recolhimento de Basílio Zanvettor, 1937	143
Figura 50 - Carteira de Associação sindical, 1938.	145
Figura 51 - Prontuário n° 4993, de Basílio Zanvettor, 1939.	146
Figura 52 - Cópia de telegrama anunciando condenação e ordem de prisão	147
Figura 53 - Folha de anotação e antecedentes de Basílio.	148
Figura 54 - Dossiê da Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS.	150
Figura 55 - Recorte da ata de defesa de Basílio.	152
Figura 56 - Folha de caderno de estudos de Basílio (Sem Data)	153

Figura 57 - Basílio, Armia, Waltércio e Elza. Data provável 1953.	155
Figura 58 - Recorte do Prontuário de Gilio.	164
Figura 59 - Ficha de qualificação de Waltércio Zanvettor.	165
Figura 60 - Ficha de qualificação de Waltércio Zanvettor	165
Figura 61 - As três gerações. Na foto, de 1980, aparecem Basílio à frente, de chapéu. Elza de vermelho ao fundo, segura a mão da pesquisadora.	167
Figura 62 - Basílio em sua oficina. Data provável 1985.	167

LISTA DE SIGLAS

ADT -Arquivo Diocesano Tridentino
AEL -Arquivo Edgard Leuenroth
AIB - Ação Integralista Brasileira
ANL - Aliança Nacional Libertadora
APERJ - Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro
APESP - Arquivo Público do Estado de São Paulo
CCDR - Colônia Correccional Dois Rios
CLASSOP - Jornal A Classe Operária
CMI - Centro de Mídia Independente
DEOPS/SP - Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo
DOPS - Departamento de Ordem Política e Social
DIP - Departamento de Imprensa e Propaganda
EMPLASA - Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A
FDR - Fundação Dinarco Reis
PCB - Partido Comunista do Brasil
UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro
UNICAMP - Universidade Estadual de Campinas

SUMÁRIO

Prefácio da Autora	1
Apresentação - Um encontro silencioso Débora Mazza	3
Introdução	11
O contexto desta pesquisa	14
O Jornal A Classe Operária	25
O uso da imagem	25
I - Um tempo e um lugar	29
1.1 Imigrantes no Brasil. Condições históricas.	30
1.2 Um caso específico: A chegada da família Zanvettor	38
1.3 A Fixação do Imigrante em São Paulo	46
1.4. A Relação do Imigrante com a Educação no Brasil.	51
1.5 Escolas de imigrantes: valorização da educação.	58
II - O partido, espaço de sociabilidade, resistência, educação e arte	65
2.1 Condições da Classe Trabalhadora em São Paulo nas décadas de 1920 até fins de 1950.	66
2.2 A Classe Operária e o PCB: caminhos da resistência.	86
2.3 A história do PCB	92
2.3.1 O Partido hoje	103
III - A educação nas entrelinhas da memória	111
3.1 Os Jornais Operários	112
3.2 A Classe Operária, jornal e órgão oficial do Partido Comunista do Brasil	115
3.3 A colaboração, a leitura e a educação dos trabalhadores	119
3.4 A educação formal-escolar e a educação através e pelo jornal colaborativo	119

IV - Camaradas. Um caso paradigmático. Um pedreiro militante e leitor.	143
4.1 Amargando nos cárceres o crime de ser consciente	144
4.2. Prisão, Cárcere, Porões das Ditaduras	156
Considerações	169
Referências	175
Sobre a Autora	187

PREFÁCIO DA AUTORA

O presente trabalho, ora apresentado em forma de livro, é resultado de uma pesquisa que durou três anos e foi realizada ao longo do programa de Mestrado, sob orientação da Professora Dra. Débora Mazza, junto ao Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas e Educação, da Faculdade de Educação da Unicamp. A pesquisa buscou, através da imersão em fontes documentais de natureza variada, compreender os espaços de educação possíveis para a classe trabalhadora paulistana entre 1920 e 1950, mais precisamente entre os trabalhadores e trabalhadoras militantes do Partido Comunista. O livro faz uma costura entre as fontes documentais de pesquisa e uma história familiar: a prisão de Basilio Zanvettor, avô materno da autora, por atividade comunista durante a ditadura Vargas, caso contado e recontado por esse mesmo avô através dos anos e que se tornou presente na memória dessa família, foi se transformando em fio condutor do trabalho de pesquisa e resgate.

Ao longo do trabalho, mais e mais documentos iam aparecendo. Além dos livros, depoimentos e teses já publicadas sobre o assunto, foram consultados os números do jornal colaborativo *A Classe Operária*, presentes no Arquivo Edgard Leuenhot, da Unicamp, cartas, fotografias, assim como as memórias orais de filhos e netos. A análise dos materiais sugeriu que os espaços de participação política foram também compreendidos como espaços de educação e de resistência formativa.

Por fim, descobriu-se que para a classe operária da cidade de São Paulo do início do século XX, prioritariamente imigrante, sujeita a precárias condições de vida e trabalho, o ensino formal não era uma realidade. A educação oficial começa a dar os primeiros passos no ideário de universalização, porém ainda é restrita e não atinge a todos. Como forma de resistência popular, no entanto, a educação surge por outros vieses: o partido, o sindicato, os jornais colaborativos, o ensino mútuo, as agremiações populares.

APRESENTAÇÃO

Um encontro silencioso

Prof.ª Dra. Débora Mazza¹

Segundo minhas lembranças, Lilian e eu nos encontramos pela primeira vez no segundo semestre de 2012, na disciplina de Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais e Educação.

Ela na condição de estudante do quarto ano do período noturno do curso de Pedagogia e eu, como professora responsável pela disciplina.

Lilian era uma aluna silenciosa, que se sentava no fundo da classe, tinha olhos grandes, profundos e atentos. Eles apareciam e desapareciam por entre os cabelos soltos pelo rosto.

A primeira conversa que tivemos foi sobre o projeto de pesquisa que deveria construir na disciplina tendo como foco o trabalho de conclusão de curso (TCC). Ela me relatou que era professora de educação artística em uma escola de Ensino Médio técnico profissionalizante e que gostaria de fazer sua monografia na fronteira de suas duas graduações: Artes e Pedagogia.

Eu fiquei empolgada com a proposta e incentivei a realização da pesquisa na direção do desejo. As pesquisas sempre falam dos nossos desejos.

No ano seguinte, em 2013, Lilian desenvolveu sua pesquisa de conclusão de curso, sob minha orientação, e participou do Programa de Apoio Pedagógico (PAD) na disciplina Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais e Educação ministrada para os estudantes do oitavo semestre do período noturno do curso de Pedagogia e juntas desenvolvemos discussões e atividades significativas de iniciação à pesquisa.

Na disciplina operamos com uma noção de produção de conhecimento científico que se constitui na confrontação e na relação que os humanos estabelecem entre si, com o meio ambiente e com os seres vivos em geral. Assim, a educação foi tomada como “uma problematização das nossas relações com o mundo” e o conhecimento como

¹ Professora do Departamento de Ciências Sociais e Educação (DECISAE) na Faculdade de Educação (FE) da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Docente do Programa de Pós-Graduação em Educação (FE), Grupo de Estudos e Pesquisas em Políticas Públicas, Educação e Sociedade (GPPES).

“uma tradução da experiência concreta do que fazer humano” (FREIRE, 2001, p.65-66). Educação, conhecimento e ciência estão imersos no mundo significativo da cultura e da natureza.

Lilian apropriou-se de uma perspectiva crítica, expandiu sua visão de pessoa humana para processos que transcendem as situações determinadas de adaptação e promovem responsabilizações por tomadas de decisões de modo a “transformar o contorno” (FREIRE, 2001, p. 46).

Sua monografia de conclusão de curso intitulada “**Aqui tem lugar para o teatro? Considerações acerca do ensino de arte em uma escola técnica estadual paulista**” buscou compreender a escola como um espaço-tempo que contribui para que os estudantes vivenciem a Arte como um campo de conhecimentos e práticas humanas socialmente constituídas e significativas. Reconheceu que a arte apresenta dificuldades e está longe de ser compreendida como parte intrínseca e necessária da vida escolar, contudo, defendeu-a como imprescindível no ambiente escolar, como possibilidade de compreensão e expressão de uma esfera da cultura humana acessível para todos e que pode ser realizada por todos.

Ainda em processo de conclusão da monografia, Lilian me disse que estava se preparando para realizar uma viagem.

Muito tocada pelas diversas leituras feitas durante o curso, comecei a rever um personagem que entendi então como peça-chave da minha história: meu avô, Basílio Zanvettor, figura que foi se tornando cada vez mais presente em mim durante os quatro anos de Pedagogia. A vida dele e sua luta política, que até então eu não compreendia, foi se descortinando na medida em que estudava [...]. Decidi então fazer uma viagem a Ilha Grande-RJ no último inverno do curso. Eu precisava ver, entrar em contato, tornar real em meu imaginário, o local onde meu avô esteve confinado por pensar o interesse de classe numa perspectiva revolucionária (FERREIRA, 2016, p. 15)

Imbuída da noção de educação e de produção de conhecimento como atos que problematizam as relações que estabelecemos conosco, com os outros, com o meio ambiente e cultural, Lilian visitou a Ilha Grande (RJ).

Durante duas ditaduras brasileiras: a ditadura do Estado Novo da Era Vargas (1937 a 1945) e a ditadura civil militar (1964-1981), a ilha foi utilizada como Presídio de Segurança Máxima, denominada de Colônia Penal Candido Mendes e abrigou presos políticos. O Presídio

foi desativado em 1994, servindo hoje como roteiro turístico de praias administrada pelo município de Angra dos Reis (RJ).

Lilian se lembrava de pedaços das histórias familiares,

Basílio Zanvetor [...] avô materno. Nascido em Trambileno-Itália, migrou para o Brasil em 1921 com 14 anos [...]. Por questões legais teve a idade alterada em 1 ano para poder emigrar, [...] começou trabalhando como pedreiro. Nos anos seguintes, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil, militou e foi preso por atividade comunista. Foi posto em liberdade cinco anos depois. Não tendo frequentado escola formal após emigrar, estudou, no entanto, ao longo dos anos de militância, matemática, geometria e mecânica, profissão que exerceu após a saída da prisão (FERREIRA, 2016, p. 17)

Lilian queria confrontar suas memórias e aprofundar seu conhecimento sócio-histórico sobre um espaço-tempo, objetivando potencializar os limites e as possibilidades de construção de um mundo menos desigual em terras brasileiras.

Ela sabia que Basílio

Foi preso por participar, junto com outros integrantes do PCB da Zona Leste de São Paulo, da organização e constituição de uma célula do partido, além de participar de greves na região, onde trabalhava como pedreiro. Comunista de carteirinha, Basílio recebeu pena maior [...]. Em seu julgamento, consta que [...] cometeu crime mais grave pela sua condição de imigrante acolhido pelo país. Em sua ficha criminal, disponível no Portal do Arquivo Público do Estado de São Paulo, sob número 4.993, consta o crime “Atividade Comunista” e a data 10/10/1993 (FERREIRA, 2016, p. 18).

Assim nasceu seu projeto de pesquisa de dissertação de mestrado que hoje alcança a forma de um livro.

Lilian perscrutou os espaços de Educação nas atividades realizadas pelo Partido Comunista do Brasil, nas décadas de 1920 a 1950 na cidade de São Paulo, objetivando contribuir para o enriquecimento dos debates em torno da luta dos trabalhadores por melhoria das condições de vida, de trabalho e de educação, bem como por políticas públicas que os inserissem como partícipes de um projeto de construção de uma sociedade de classes urbano-industrial.

A pesquisa se apoia em fontes documentais e não documentais de natureza variada, e aprofunda a perspectiva dialética que embaça as fronteiras que separam a educação escolar da educação não escolar, a

natureza da cultura, os lugares de origem, de mobilidade e de fixação. O trabalho atualiza e expande as dinâmicas da formação humana para os processos na esfera da cultura.

A cultura da classe trabalhadora transparece no texto por meio da relação orgânica que essa classe tem com o cotidiano, o corriqueiro, o modo de vida, a profissão. No âmbito do popular, a cultura compa-rece como submissão aos materiais da comunicação de massa e a es-tratégia postergatória do Estado brasileiro em oferecer políticas sociais includentes, mas também como a resistência que organiza outras possi-bilidades para acessar o aprendizado da escrita, a leitura, a arte, a lite-ratura, a música etc.

Basílio chega ao Brasil em 1921 com 14 anos de idade. O que acontecia na Itália na década de 1920? Quais os motivos o trazem para o Brasil? Qual o cenário político existente na Itália?

Nogueira (2001) dirá:

[...] foi na Itália [...] naqueles anos (1920 e 1930) que se forja-ram as bases da mais vigorosa experiência político-partidária da esquerda ocidental: a experiência do Partido Comunista Italiano. [...] Admitir as chances de uma comunicação virtuosa entre libe-rais, socialistas e comunistas [...] a ideia de que haveria um subs-trato cultural e um parâmetro comum a todos os que se empe-nhavam pela derrota do fascismo e pela vitória das múltiplas causas da democracia e do progresso social e individual, impu-nha-se como uma barreira intransponível, insistindo em reunir e aproximar o que parecia irremediavelmente dividido. (NOGUEI-RA, 2001, p. 14-15)

A pergunta: – Pode haver justiça social sem liberdade? Recla-mava um diálogo e uma interpenetração de doutrinas que iam do libe-ralismo ao comunismo.

Rego (2001) aponta que existia na Itália de 1910,

O sentimento de uma história perenemente incompleta [...] a ex-periência do fascismo, armava a potência e a vontade dos novos profetas para qualquer novo ordenamento social, para qualquer utopia distributiva. [...] Vale a pena lembrar o profundo sentido de advertência contido nas palavras de Pietro Scoppola: “A de-mocracia é possível porque os homens são capazes do bem, mas é necessária porque os homens são capazes do mal” (REGO, 2001, p. 95-96).

Basílio veio para o Brasil e deixou para trás uma Itália que forjava as bases de uma experiência político partidária de esquerda. Aqui ele se envolveu com as lutas

[...] por melhores condições de trabalho e vida [...] pela educação de homens e mulheres da classe trabalhadora, bem como a valorização da cultura, da arte, da música. Assim, ao encontrarem resistência para a continuidade da cultura escolar a que estavam habituados ou que aprenderam a vislumbrar nos seus países de origem, outros modos de educação se tornam meios e caminhos. Para as crianças as escolas étnicas e as escolas anarquistas, para os trabalhadores as associações de auxílio mútuo, os círculos de cultura e os partidos. (FERREIRA, 2016, p. 55).

Lilian conseguiu reunir um conjunto expressivo de fontes documentais que indicam que

[...] a educação na sociabilidade do partido não é uma rejeição da cultura letrada em favor da experiência, mas sim um [...] transitar dialético necessário entre a educação escolar e a educação no/do partido [...]. A luta desses trabalhadores era em si um processo educativo [...] e significativo (FERREIRA, 2016, p. 59).

A busca por compreender a educação praticada pela militância política desses trabalhadores na cidade de São Paulo e no início do século XX revelou os jornais produzidos pelos trabalhadores e os intelectuais do partido, as notas de divulgação das oportunidades educativas comunitárias, as associações de ensino mútuo, as escolas noturnas e de aprendizado técnico (metalurgia ou alfabetização) nos sindicatos, a conscientização sobre as condições concretas de trabalho na indústria e no comércio, e a ausência e o descaso das escolas públicas estatais para a classe trabalhadora (FERREIRA, 2016, p. 110)

Os processos educativos aqui descritos não ocorreram nos bancos escolares, mas foram propiciados pelo envolvimento social e político de intelectuais e trabalhadores que gravitaram no PCB. Eles visavam aglutinar a classe trabalhadora em torno de lutas de resistência, greves por melhores condições de trabalho e salário, reuniões para debate e convergência de ideias. Sendo assim, o partido foi apresentado como uma instituição educativa que participava e mediava as relações trabalhistas, civis e políticas, e que promovia processos de socialização, educação e politização por meio da construção de consensos, dissensos e muitas vezes resistindo às coerções violentas do Estado (FERREIRA, 2016, p. 83).

Outro achado do trabalho é o respeito e o desejo dos trabalhadores pela educação escolar. Lilian diz

Estar ausente do ensino escolar não significa deixar de valorizá-lo [...], a educação através da militância foi mais uma necessidade do que uma escolha, mas existiu e persistiu. Por outro lado, compreender a importância do ensino escolar (certificado) não significa aceitá-lo sem críticas (FERREIRA, 2016, p. 122).

A educação para o partido e no partido representava a possibilidade de apreensão das condições de vida, das relações sociais e da existência social. Para tanto, era necessário estudo, rigor científico, o domínio da leitura e da escrita, discussões coletivas, produção de textos panfletários e científicos, literatura, etc., para se tomar consciência do real e modificar suas representações, concepções e conceitos, pois, “as ideias dominantes de uma época sempre foram apenas as ideias da classe dominante” [...]. Era preciso forjar novas ideias que expressassem as ideias das classes trabalhadoras. (FERREIRA, 2016, p. 147).

Lilian traz documentos que sugerem as muitas ações educativas estimuladas pelo partido: debates, classes de aprendizado e auxílio mútuo, teatro, palestras, leituras de formação, alfabetização, jornais de classe etc. São aspectos de uma educação que prioriza a sociabilidade do ser humano enquanto um ser imerso na cultura.

Lilian diz, inspirada em Gramsci, que

A cultura é um dos instrumentos que propicia às massas a consciência sobre a possibilidade de construção de outras ordens hegemônicas. É por isso que a hegemonia dominante não se limita às determinações econômicas, mas adentra a política e a sociedade por meio de direções morais e intelectuais inscritas no campo das ideias e da cultura (FERREIRA, 2016, p. 150).

No esforço de compreender o partido como uma instituição que desempenhou papéis educativos, aglutinou os trabalhadores, desenvolveu um conjunto de atividades contra hegemônicas, Lilian revelou a violenta repressão que inquiriu, condenou e aprisionou trabalhadores e militantes do PCB, levou o partido a clandestinidade, forçou o silenciamento de lideranças e reprimiu a luta desses trabalhadores na disputa contra hegemonia. Ela também resgatou e deu dignidade ao avô Basílio que estava guardado nas memórias de menina e nas narrativas de família.

Dentre as virtudes já explicitadas, o texto tem o mérito de não se deixar levar por um marxismo restrito que pouco abarca as injunções culturais ou que as subordina as determinações econômicas. As produções materiais e simbólicas da vida social são tratadas de modo orgânico e não instrumental.

O trabalho ao tratar de modo respeitoso e crítico a forma e o conteúdo dos materiais e das atividades produzidas pelos intelectuais e militantes do Partido confere credibilidade a educação ali desenvolvida e anima a possibilidade de repetirmos juntos: **FOMOS, SOMOS E SEREMOS COMUNISTAS** reabilitando o sonho ancestral de termos tudo em comum com todos.

REFERÊNCIAS

FERREIRA, L. Z. **Fomos, somos e seremos comunistas** – a educação dos trabalhadores do partido comunista do Brasil de 1920 a 1950. 2016. 155 p. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 2016.

FREIRE, P. R. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2001.

NOGUEIRA, M. A. Prefácio. In: REGO, W. D. L. **Em busca do socialismo democrático. O liberal socialismo italiano:** o debate dos anos 1920 e 1930. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001, p. 13-23.

REGO, W. D. L. **Em busca do socialismo democrático. O liberal socialismo italiano:** o debate dos anos 1920 e 1930. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2001.

INTRODUÇÃO

É preciso não ter medo, é preciso ter a coragem de dizer.
Rondó da Liberdade.

Carlos Marighella

A ideia desta pesquisa surgiu de uma reflexão pessoal durante o tempo que passei como aluna de Graduação em Pedagogia na Faculdade de Educação da Unicamp. Nesse período, juntei às minhas tarefas de mulher trabalhadora e mais uma condição: a de estudante e isso me ajudou, inesperadamente, a rever um pouco de minha própria história e da diversidade de pensamentos e concepções que me formaram e que estiveram presentes ao longo da minha vida, e ainda mais fortemente, nesse pequeno recorte de vida que podemos chamar de curso universitário.

Muito tocada pelas diversas leituras feitas durante o curso, comecei a rever um personagem que entendi então como peça-chave da minha história: meu avô, Basílio Zanvetor², figura que foi se tornando cada vez mais presente em mim durante os quatro anos de Pedagogia. A vida dele e sua luta política³, que até então eu não compreendia, foi se descortinando na medida em que estudava Karl Marx, Antônio Gramsci e Paulo Freire. Decidi então fazer uma viagem a Ilha Grande (RJ)⁴ no último inverno do curso. Eu precisava ver, entrar em contato,

² Basílio Zanvetor, militante do Partido Comunista do Brasil (PCB), avô materno da pesquisadora. Nascido em Trambileno-Itália, migrou para o Brasil em 1921 com 14 anos (Por questões legais Basílio teve a idade alterada em 1 ano para poder emigrar, por isso, no registro de entrada, consta a idade de 15 anos), onde começou trabalhando como pedreiro. Nos anos seguintes, filiou-se ao Partido Comunista do Brasil, militou e foi preso por atividade comunista. Foi posto em liberdade cinco anos depois. Não tendo frequentado escola formal após emigrar, estudou, no entanto, ao longo dos anos de militância, matemática, geometria e mecânica, profissão que exerceu após a saída da prisão.

³ A frase que dá nome a esse trabalho *Fomos, Somos e Seremos Comunistas*, é uma frase utilizada pelos militantes do PCB em alguns panfletos e sites, tirada do Poema *Quando e Por Que Nascemos*, de Mauro Iasi, também dá nome ao documentário de comemoração aos 90 anos de PCB e é usada aqui como forma de realçar o orgulho que os militantes têm da escolha ideológica.

⁴ A Ilha Grande, no litoral do Rio de Janeiro, abrigava a Colônia Penal Cândido Mendes, que durante décadas abrigou presos políticos e outros, sendo desativada em 1994.

tornar real em meu imaginário, o local onde meu avô esteve confinado por pensar o interesse de classe numa perspectiva revolucionária.

Até então, eu tinha imagens de meu avô como uma pessoa justa, inteligente, forte e com um passado do qual fazia questão de manter a memória, mas imaginava a esquerda, da qual ele tanto falava, como algo que não tinha dado certo, um pensamento, uma ideia que não se concretizou. Foi através das muitas leituras desse curso na Universidade Estadual de Campinas que percebi a complexidade do que é denominado pensamento de esquerda.

Segundo Caio Navarro de Toledo (LEMES, 2013), a morte das ideias marxistas, muito propalada na mídia moderna, está longe de ser um fato concreto. Para ele, o pensamento marxista

[...] continua vivo e atual, posto que nenhuma outra teoria social no mundo contemporâneo se rivaliza com a produção de Marx. Em termos conceituais e metodológicos, a teoria de Marx é a que melhor permite o conhecimento objetivo da dinâmica e contradições do capitalismo contemporâneo (Ibidem, 2013, s/p).

Norberto Bobbio (2011), em *Direita e Esquerda*, explicita a atualidade das diferenças ideológicas assim nomeadas, e contraria a ideia de que estariam ultrapassadas ou “em crise” as diferentes posições políticas e ideológicas, apesar dos embasamentos partidários contemporâneos. Segundo ele,

A árvore das ideologias está sempre verde. Além do mais [...] não há nada mais ideológico que a afirmação de que as ideologias estão em crise. E depois, “Esquerda” e “Direita” não indicam apenas ideologias. Reduzi-las a pura expressão do pensamento ideológico seria uma indevida simplificação. “Esquerda” e “Direita” indicam programas contrapostos com relação a diversos problemas cuja solução pertence habitualmente à ação política, contrastes não só de ideias, mas também de interesses e de avaliações a respeito da direção a ser seguida pela sociedade, contrastes que existem em toda a sociedade e que não vejo como possam simplesmente desaparecer (Ibidem, p.51).

É importante para a compreensão do contexto, a distinção que esse autor traz entre as duas formas de entender o mundo.

A liberdade pode ser um valor tanto de direita quanto de esquerda, e a verdadeira disputa entre esquerda e direita repousa em atribuir maior estima à igualdade ou à diversidade (Idem, p 12).

O pensamento de direita, diferente do de esquerda, põe a ideia de liberdade acima a da igualdade, para esse modo de ver o mundo a igualdade não pode ser perseguida, pois é impossível de ser alcançada.

Quanto à relação entre direita e desigualdade [...] a direita é inigualitária [...] porque considera que as desigualdades entre os homens são não apenas inelimináveis (ou são elimináveis apenas com o sufocamento da liberdade) como também são úteis, na medida em que promovem a incessante luta pelo melhoramento da sociedade (Ibidem, p. 20).

A distinção do pensamento de esquerda ficou bastante clara durante o curso de Pedagogia, onde as leituras de Marx, propostas em especial nas disciplinas de Sociologia e Movimentos Sociais, se mostraram extremamente pertinentes e atuais. Percebi que esse autor fazia uma análise da organização do modo de produção capitalista e seu impacto nas relações sociais, nos sistemas jurídicos e políticos. Partindo de uma perspectiva crítica, Marx aponta as relações de classes e o conflito dos diferentes interesses como algo que persiste e que, segundo Toledo (LEMES, 2013, s/p), o será “enquanto perdurar o capitalismo”.

Já imbuída desse novo olhar sobre os ideais de luta de meu avô, fui pela primeira vez conhecer o presídio em que Basílio estivera. Cheguei então à Ilha Grande e, com apenas três dias para a visita, decidi prontamente usar o primeiro dia na caminhada para o presídio. Depois de andar onze quilômetros sob uma chuva fina, lá estava: entre serras intocadas, numa pequena vila (que ainda guarda o aspecto de vila militar graças à arquitetura), restos de paredes, grades, telhados, guaritas e muros não preservados. E o que mais me surpreendeu: caixas de filmes corroídos, largados no pátio sob a chuva. No único lugar fechado e preservado, uma pequena exposição de fotos, com roupas, cartas, documentos de época e uma placa que anunciava aquele como um "Presídio de Segurança Máxima que abrigou *alguns* presos políticos na Era Vargas"⁵. Sabe-se que o presídio de Ilha Grande abrigou diversas figuras como presos políticos durante as *duas* ditaduras brasileiras: em 1937, durante o período do chamado Estado Novo e também após o golpe e instauração da ditadura militar de 1964. Essa viagem me incentivou a procurar um pouco mais dessa história.

⁵ Placa Explicativa. Colônia Correccional Três Rios, Ilha Grande, Rio de Janeiro, Brasil, 2012

Já de volta à pesquisa bibliográfica, uma busca pelo sobrenome Zanvettor levou ao livro “Luta Subterrânea – O PCB em 1937-1938”, onde o historiador Dainis Karepovs (2003) faz um levantamento da trajetória do Partido Comunista do Brasil (PCB)⁶.

O autor traz uma tabela dos presos e perseguidos políticos da época. Entre centenas de nomes, consta o de Basílio Zanvettor. A partir daí, a fim de compreender um pouco mais o contexto, busquei me aprofundar na história da época, do partido e dos militantes, a começar pelo meu avô.

Basílio Zanvettor, militante do PCB na década de 1930, foi preso e confinado no Presídio de Fernando de Noronha e posteriormente transferido para Ilha Grande, onde passou cinco anos exilado de sua vida política e social. Foi preso por participar, junto com outros integrantes do PCB da Zona Leste de São Paulo, da organização e constituição de uma célula do partido, além de participar de greves na região, onde trabalhava como pedreiro.

Comunista de carteirinha, Basílio recebeu pena maior por sua condição de imigrante. Em seu julgamento, consta que Basílio Zanvettor, saído de Trambileno, Itália, aos 15 anos após a Primeira Guerra, cometeu crime mais grave pela sua condição de imigrante acolhido pelo país. Em sua ficha criminal, disponível no Portal do Arquivo Público do Estado de São Paulo, sob número 4.993, consta o crime de “Atividade Comunista” e a data 10 de outubro de 1939⁷.

O contexto desta pesquisa

A época conhecida no Brasil pela historiografia tradicional como Era Vargas é também a época em que vários governos, aliados ao pensamento anticomunista, reprimiram duramente as manifestações

⁶ Desde a fundação em 1922 até a década de 1950, existia apenas um partido comunista, o Partido Comunista do Brasil, com a sigla PCB. Devido a um “racha” político, porém, causado por divergências teóricas entre os membros, surgiu um novo partido, o PC do B (que adotou o nome “original”, Partido Comunista do Brasil). O partido analisado nesta pesquisa é o que até hoje mantém a sigla original PCB, mas que a partir do “racha” passou a ser chamado Partido Comunista Brasileiro. PCB e PC do B existem até hoje, com diferenças fundantes em sua linha teórica e de atuação. Como a diferenciação ocorre após o término do recorte de tempo dessa pesquisa, mantive o nome histórico, como usado na época, Partido Comunista do Brasil para PCB. Mais informações serão prestadas neste trabalho no devido tempo.

⁷ Disponível em: <[http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPB000633 .pdf](http://www.arquivoestado.sp.gov.br/uploads/acervo/textual/deops/fichas/DEOPSSPB000633.pdf)>. Acesso em: 16 ago. 2016.

dos partidos de esquerda. No Brasil, o governo responsável pela repressão e encarceramento dos membros dos partidos de esquerda foi, mais especificamente, o segundo governo de Getúlio Vargas, época em que Olga Benário Prestes é deportada, e Patrícia Galvão, a Pagu, é presa por atividade comunista.

Vargas havia, de um lado, conseguido colecionar as Forças Armadas [...]. A Câmara, o Senado, as Assembleias Legislativas e as Câmaras Municipais foram dissolvidos; imposta censura à imprensa; os partidos políticos foram extintos [...]. A nova Constituição, cujo principal relator fora o novo ministro da Justiça, Francisco Campos, notório simpatizante dos regimes fascistas - nitidamente inspirada nas experiências fascistas; tudo isso foi o cartão de apresentação de uma ditadura, com fortes elementos de poder pessoal concentrados nas mãos de Vargas, que assim se desembaraçou dos poucos entraves liberais que ainda existiam (KAREPOVS, 2003, p. 271).

Assim, a pesquisa objetiva compreender os espaços de educação dentro do Partido Comunista do Brasil, nas décadas de 1920 a 1950, e visa contribuir para o enriquecimento dos debates em torno da luta dos trabalhadores por melhoria das condições de vida, de trabalho e de educação, bem como por políticas públicas que os insiram no projeto de construção de uma sociedade de classes urbano-industrial.

O trabalho se circunscreve na cidade de São Paulo, nas atividades do Partido Comunista do Brasil (PCB) durante as décadas de 1920 a 1950, e no percurso de trabalhadores que gravitaram nesse contexto. Mais especificamente, o objetivo é compreender a luta desses trabalhadores, nos quadros do partido, como uma possibilidade educativa de construção de valores, interesses e aptidões, tendo em vista a expansão de uma nova civilização que integrava cultura, política e economia na medida em que as potencialidades históricas eram maximizadas em proveito de todos, ou seja, por meio de um projeto educativo que contava com a formação e a participação crítica dos trabalhadores.

A pesquisa se apoia prioritariamente em fontes documentais de natureza variada, tais como jornais, cartas, fotografias, documentos depositados no Arquivo Edgard Leuenroth (AEL/Unicamp), documentos oficiais do Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS), do Arquivo Público do Estado de São Paulo (APESP), do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ), entre outros, embora agregue também fontes não documentais localizadas no processo de seu desenvolvimento. As fontes materiais foram as pistas

que construíram o caminho e a possibilidade de argumentação teórica. Como diria Florestan Fernandes (1975, p. 29), "a pesquisa é instrumental para o trabalho intelectual: a teoria se constrói através da pesquisa".

Foram consultados ainda o Arquivo Público Mineiro (APM), o *Arquivo Diocesano Tridentino* e a filmoteca da Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano SA (EMPLASA), onde se encontra digitalizado o filme "Imigrantes", no qual Basílio participa como depoente, e que fazia parte do acervo em 16mm que estava sob a guarda da Cinemateca Brasileira. Visitei também a sede do atual PCB, à procura de arquivos, e participei de um curso de formação para novos militantes, no intuito de compreender melhor o partido que se autodenomina "a organização política histórica do proletariado brasileiro" (PCB, 2014), e que com essa fala, busca frisar a sua filiação com o PCB histórico. A maioria dos documentos do próprio partido, no entanto, ou foi perdida com as constantes perseguições, ou foi doada.

As documentações do PCB dispostas no AEL foram doadas por Roberto Freire, dirigente da época, quando do seu desligamento do partido e sua opção por uma "democracia radical" ao invés do Marxismo (PCB, 2014). O Presídio de Ilha Grande, como ficou conhecido o Instituto Correccional Candido Mendes, teve seu acervo recentemente redescoberto (2002) e enviado ao Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro (APERJ) para recuperação e salvaguarda da memória nacional⁸.

Embora a maior parte dos documentos consultados pertença aos fundos de arquivos oficiais e estejam, portanto, com acesso restrito, o trabalho que se faz numa pesquisa deste porte é o de escavar, selecionar, trazer à luz e propiciar novos olhares e interpretações aos dados ali depositados.

Ao longo do século XX ensaiamos conviver com modelos historiográficos diferenciados que expressam distintos sistemas de valores, ou seja, nos deparamos com duas Histórias: a História Oficial e a "outra" História. A primeira se faz imposta, adequada à versão dos vencedores, dos ditadores ou dos ordenadores oficiais da sociedade. A segunda – a "outra" História, cuja versão nem sempre interessa ser (re) conhecida - respira com dificuldades, amordaçada por aqueles que se consideram guardiões da memória nacional. Esta versão refere-se, muitas vezes, às utopias não

⁸ Blog Oficial do Museu do Cárcere (MUCA). Disponível em: <<http://museucarcereuerj.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 09 ago. 2016.

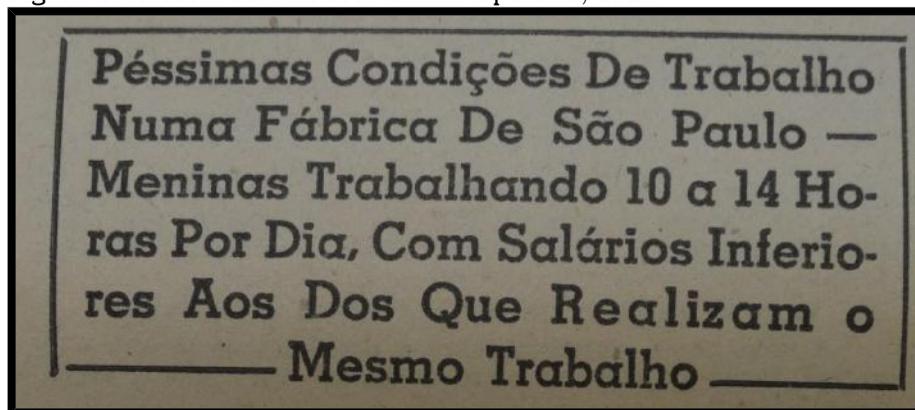
realizadas, aos sonhos torturados pelos verdugos, à censura que sufoca vozes roucas, críticas. À História Oficial interessa propagar a imagem de um passado glorioso (ainda que falso) cujos personagens sustentam auréolas e se apresentam comandados por um chefe travestido de Salvador da Pátria. Poderíamos afirmar que esta é uma versão de superfície que se sobrepõe à “outra” que vegeta nas gavetas dos arquivos, aguardando a luz. É neste sentido que o historiador tem a responsabilidade de tirar do anonimato parte desta memória que muda com o tempo e as sociedades e que, na maioria das vezes, compõe a trajetória dos grupos de resistência (CARNEIRO, 2001 apud ALMEIDA, 2001, p. 5).

É preciso reforçar o quão positivo e premente são os processos de recuperação memorial da Ditadura Militar brasileira da década de 1960. Entendo, no entanto, que a violência do Estado se fez presente há mais tempo na cultura política brasileira. Nesse sentido, 1964 pode ser visto como uma continuidade do braço ditatorial do Estado republicano brasileiro que, desde 1889, se manifesta com mais ou menos intensidade nos momentos de explicitação dos conflitos, contradições e interesses dos grupos, setores, segmentos e classes. O Brasil viveu em dois momentos distintos a experiência de governos ditatoriais [...], cada qual à sua maneira, tentou controlar as massas de forma a evitar que ocorresse uma revolução político-social no país (CARNEIRO, S/d, p. 2).

É peça-chave para a compreensão do contexto, portanto, que o trabalho da memória se estenda para os crimes estatais ocorridos antes da Ditadura Militar. Para além do Estado Novo, é possível perceber no Brasil uma constante tutela com relação às classes populares. Assim, este trabalho apesar de se ater às primeiras décadas do século XX, permite inferir que a identidade centralizadora do Estado brasileiro não se atém somente a esse período e marca profundamente a experiência social em outros momentos.

Theodor Adorno (1995), ao dissertar sobre a presença da barbárie como componente civilizatório, diz: “[...] o perigo de que tudo aconteça de novo está em que não se admite o contato com a questão, rejeitando até mesmo quem apenas a menciona, como se, ao fazê-lo sem rodeios, este se tomasse o responsável, e não o verdadeiro culpado” (Ibidem, p. 3). Com este estudo, procuramos pontuar contextos sociopolíticos que não queremos que se repitam, considerando as condições de desumanidade por eles construídas.

Figura 1: Recorte do Jornal A Classe Operária, 1928



Fonte: Fundo Hermínio Sacchetta/AEL

O trabalho se insere na perspectiva de pesquisa qualitativa, que entende que inúmeras dinâmicas significativas do real não podem ser convertidas em variáveis mensuráveis ou em amostras probabilísticas (May, 2004). Isto limita a possibilidade de generalização dos resultados alcançados, mas permite a profundidade de descrição, análise e interpretação dos processos particularizados.

As fontes consultadas foram predominantemente documentais e bibliográficas sem descurar de filmes, sítios de partidos e grupos políticos. Buscar as entrelinhas do acontecido pelo caminho dos sujeitos, rejeitando o discurso estabelecido, não se trata, como ressalta Maria do Rosário Peixoto (1990, p. 15), "[...] de opor à mentira do discurso a verdade da ciência ou separar no discurso seus elementos de mentira e de verdade", mas de compreender que "os discursos não são, em si, nem falsos, nem verdadeiros". Para Heloísa Martins (2004), na pesquisa qualitativa

Enfatiza-se a necessidade do exercício da intuição e da imaginação pelo sociólogo, num tipo de trabalho artesanal, visto não só como condição para o aprofundamento da análise, mas também — o que é muito importante — para a liberdade do intelectual (Ibidem, p. 289).

A liberdade do pesquisador é na verdade uma questão de método: não é possível predeterminar o caminho da pesquisa, que vai surgindo com o levantamento dos dados. Aqui, a já relatada visita ao presídio de Ilha Grande foi o mote inicial. Foi lá que tive contato, pela pri-

meira vez, com um mal-estar produzido concomitantemente por silêncios e por discursos que induzem determinadas versões da história do presídio. Incomodei-me por saber que algo ali, além dos móveis e grades visíveis sob as ruínas, estava enterrado. Como buscar os vestígios? Perguntei-me se esse esquecimento era obra de um acaso infeliz ou se era intencional, o que me levou às leituras que: 1- Questionam a historiografia tradicional e seus vínculos políticos e sociais, 2- Buscam compreender as outras historiografias não oficiais (Le Goff (1996), Carlo Ginzburg (2007), e Edgard S. De Decca (1986), e 3- Dialogam com os trabalhos de análise do discurso de Foucault.

E foi com esse incômodo que entrei no mestrado do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Unicamp.

A primeira disciplina escolhida por mim para cursar no programa foi na área de História da Educação, onde pude me debruçar sobre os conceitos de história, micro história e história cultural⁹ e pude compreender as diferenças entre uma pesquisa historiográfica tradicional e aquela denominada cultural, pautada em facetas não lineares. A segunda disciplina cursada foi um Seminário Avançado, semestre dedicado às obras de Michel Foucault, autor que, embora não tenha sido mais amplamente utilizado nesta pesquisa, foi fundamental para a compreensão da *Ordem do Discurso* (1996). Foucault alerta para os locais de fala dos discursos, não os desmerecendo, mas sim os trazendo à consciência.

De qualquer forma, certamente é preciso tomar consciência de que esses recortes - quer se trate dos que admitimos, ou dos que são contemporâneos aos discursos estudados - são sempre eles mesmos categorias reflexivas, princípios de classificação, regras normativas, tipos institucionalizados: por sua vez, eles serão fatos de discurso que merecem ser analisados ao lado de outros, que mantêm certamente com eles relações complexas mas que não tem características intrínsecas autóctones e universalmente reconhecíveis (Ibidem, 2013 , p. 88).

Muito importante para o desenvolvimento do trabalho foi também a minha participação no Programa de Estágio Docente (PED), em que acompanhei as aulas e leituras propostas pela Professora Débora

⁹ Sobre o assunto, ler História Cultural: Um Panorama Teórico e Historiográfico de José D'Assunção Barros, Textos De História, vol.11, n. 1/2, 2003

Mazza para o curso de Metodologia de Pesquisa em Ciências Sociais e Educação, na graduação.

Nesse curso, tive contato mais aprofundado com os autores da Escola de Chicago, ao assumir uma aula sobre o assunto. Um autor em especial, o sociólogo (e pianista de jazz) Howard Becker me deixou fortemente inspirada. Becker, com a sua pesquisa urbana, ao trazer à luz a vida dos outsiders, dos músicos de jazz, dos usuários de drogas, me mostrou o valor da pesquisa empírica, a importância da observação de dados, defendendo uma pesquisa que, além da teoria, trabalhe e traga para a análise a observação do concreto, de coletivos periféricos e muitas vezes desprezados pelo discurso instituído. Becker (1990) alerta para a tendência de muitas pesquisas se basearem em um "jogo de palavras", ou seja, em uma "tentativa de estabelecer uma relação" entre este e aquele autor. Segundo ele, "[...] o problema é saber o que é mais importante: conhecer melhor o mundo ou ter uma teoria melhor" (Ibidem, p. 16).

A visão da pesquisa como um instrumento de aproximação e reconhecimento do mundo se aproxima do fazer sócio antropológico e se afasta do jogo de discursos, reforçando a importância do levantamento de dados, da imersão no campo e da análise das dinâmicas do real (ideia defendida pela Escola De Chicago).

No campo da história do Brasil, dialogo com Marilena Chauí em *Ideologia e Mobilização Popular* (1978), com *O Silêncio dos Vencidos* de Edgard De Decca (1986), e com *Vargas e Prestes: uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil* de Patrícia Piozzi (1983), três trabalhos que analisam os discursos produzidos no Brasil sobre as décadas de 1930 e 1940, a fim de desvendar o estabelecido e "a produção da memória histórica" (DE DECCA, 1986), sempre em busca de uma legitimidade de sujeitos não isentos de interesses e posições. Segundo Chauí (1978, p. 9),

A produção das representações é uma dimensão da práxis social tanto quanto as ações efetivamente realizadas pelos agentes sociais. Pensar e representar são momentos da práxis tanto quanto agir, este e aqueles exprimindo, dramatizando ou ocultando uns aos outros no movimento pelo qual uma sociedade se efetua como sociedade determinada.

Importante ressaltar o uso da memória como ferramenta metodológica, que fiz em diversos momentos do trabalho. Pollak (1989, p. 4) ressalta que

Ao privilegiar a análise dos excluídos, dos marginalizados, das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subterrâneas que, como parte integrante das culturas minoritárias e dominadas, se opõe à memória "oficial", no caso a memória nacional. Num primeiro momento, essa abordagem faz da empatia com os grupos dominados estudados uma regra metodológica e reabilita a periferia e a marginalidade. Ao contrário de Maurice Halbwachs ela (a história oral) acentua o caráter destruidor, uniformizador e opressor da memória coletiva.

Quando, nesta pesquisa, uso como dado a minha memória de neta de militante, ou as memórias dos filhos, além dos documentos de arquivo, reforço a ideia de SCHUTZ sobre o confinamento das ideias ao silêncio, que não as apaga na memória do indivíduo.

A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (Ibidem, p. 5).

Considerando, no escopo desta pesquisa, que os discursos são sempre intencionais porque construídos a partir de um ponto de vista e de uma intencionalidade (FOUCAULT, 1996), que a metodologia qualitativa auxilia a busca arqueológica de dados quantitativos e qualitativos e das fontes documentais e não documentais (BECKER 1996, MAY, 2004), e que a historiografia tradicional tem lacunas e pontos cegos porque toma o dado como fato e a interpretação como verdade (GINSBURG, 2007), ficou-me parecendo que as narrativas dos trabalhadores das décadas de 1930 e 1940 foram abafadas ou apagadas pela história oficial. O apagamento desses sujeitos se faz por algum motivo: ou incomoda a memória passada, fere e envergonha feitos e desfaz heróis, ou atrapalha projetos de futuro. Há uma força latente no que se quer esconder e que pulsa, ainda hoje?

Essa pergunta, surgida neste período de estudos, começou a delinear a ideia da potência que as práticas educativas traziam aos movimentos dos trabalhadores no que tange à possibilidade de constituição de uma nova sociedade, o que me levou à leitura de Gramsci

(2001) e à compreensão do conceito de hegemonia e do papel das práticas culturais na construção de contra hegemonias. Embora não tenha sido utilizado de forma teórica ao longo do trabalho, até porque seus estudos e traduções chegaram ao Brasil em época posterior à estudada, Gramsci me trouxe a compreensão de que a luta de classes transcende o campo econômico e se dá, também, entre as instituições políticas e jurídicas, com o auxílio dos intelectuais orgânicos de cada classe, que ajudam a manter, através da popularização de sua visão de mundo, o consenso em torno da dominação. O conceito de hegemonia, e a contra hegemonia, serve então para aprofundar ou subverter o processo de dominação de classes.

Os intelectuais são os “prepostos” do grupo dominante para o exercício das funções subalternas da hegemonia social e do governo político, isto é: 1) do consenso “espontâneo” dado pelas grandes massas da população à orientação impressa pelo grupo fundamental dominante à vida social, consenso que nasce “historicamente” do prestígio (e, portanto, da confiança) obtido pelo grupo dominante por causa de sua posição e de sua função no mundo da produção; 2) do aparelho de coerção estatal que assegura “legalmente” a disciplina dos grupos que não “consentem”, nem ativa nem passivamente, mas que é constituído para toda a sociedade na previsão dos momentos de crise no comando e na direção, nos quais desaparece o consenso espontâneo. (Ibidem, p.21)

Para Gramsci, a hegemonia, enquanto uma direção moral e intelectual, não se produz apenas na estrutura econômica e política da sociedade, se faz também no campo das ideias, da cultura, na capacidade de uma classe/grupo específica(o) criar consensos e de formar uma base social concreta, ou seja, formas de pensar, agir, sentir e relacionar-se de modo a construir estratégias de acordo com orientações ideológicas e interesses particulares. Cada grupo social produz seus próprios intelectuais que serão responsáveis por propagar as ideias inerentes à sua classe. Esses são os chamados por Gramsci de intelectuais orgânicos.

Todo grupo que se desenvolve no domínio da luta pela assimilação e pela conquista ideológica tem a assimilação e a conquista mais rápida e eficaz quanto mais o grupo elabora simultaneamente seus próprios intelectuais orgânicos (GRAMSCI, 2001, p. 19).

Sendo assim, os intelectuais não representam um grupo autônomo e independente e nem podem reclamar um critério distintivo no conjunto geral das relações sociais, pois seu trabalho, no campo da cultura, vincula-se concomitantemente ao mundo da produção econômica e das dinâmicas políticas. Nas palavras de Gramsci,

A relação entre os intelectuais e o mundo da produção não é imediata, como ocorre com muitos grupos fundamentais de trabalhadores, mas é mediatizada, em diversos graus, por todo o tecido social, pelo conjunto das superestruturas, do qual os intelectuais são precisamente os funcionários (Ibidem, 2001, p.20).

Este conjunto de autores me levou a construção de táticas e estratégias de construção da pesquisa. Ao partir para a pesquisa dos documentos, após as leituras realizadas nos cursos, eu já tinha uma compreensão sobre alguns dos motivos que induziram as forças do Estado a perseguirem grupos que se organizavam por meio de partidos, sindicatos, círculos de cultura etc.: o que permeava aqueles movimentos de trabalhadores tinha uma potência educativa real e concreta para a possibilidade de construção de uma nova ordem para o País, de uma contra hegemonia.

Uma outra observação prática, e que partiu da minha vivência pessoal e da relação com a história familiar, foi decisiva para o recorte de análise nos dados recolhidos: quando ocorreu a primeira eleição do presidente Lula no país, em 2002, o Brasil se dividiu entre os que o queriam no governo e os que o designavam “analfabeto” por não ter frequentado a escola formal¹⁰, incapaz, portanto, no dizer do senso comum, de ser um governante. Particularmente isso me foi bastante incômodo, pois já me debruçava na reflexão sobre a história de vida de Basílio. Eu sabia que, igual ao presidente Lula, Basílio Zanvettor não havia frequentado a escola formal, no entanto eu sabia da grande quantidade de livros que ele mantinha em sua casa, na zona leste paulistana, e já entendia que a falta de escolarização não estava relacionada a pouca leitura, ou mesmo à pouca compreensão do mundo. Pensei na possibilidade de haver, na época, outras instâncias formadoras que ul-

¹⁰ No ideário brasileiro ainda persiste a diferença de valorações entre aquele que é intelectual e aquele que é trabalhador. Por sua característica de trabalhador sindicalista e nordestino, o consenso de alguns grupos atribui a Lula a insígnia de analfabeto. Lula, no entanto, frequentou o ginásio e o curso técnico de torneiro mecânico no SENAI, além de que sua trajetória política o obrigou a se educar e a agregar outros conhecimentos formais e do mundo. Fonte: Instituto Lula. Disponível em: <http://www.institutolula.org/biografia>

trapassavam os muros da escola. Quais eram elas? Como se configuravam? Que tipos de conteúdos e estratégias desenvolviam?

Para Gramsci a escola, assim como o partido político são instâncias formadoras de intelectuais orgânicos.

A escola é o instrumento para elaborar os intelectuais de diversos níveis. A complexidade da função intelectual nos vários Estados pode ser medida pela quantidade das escolas especializadas e pela sua hierarquização: quanto mais extensa for a área escolar e quanto mais numerosos forem os graus verticais da escola, tão mais complexo será o mundo cultural, a civilização, de um determinado Estado. [...] nesse campo a quantidade pode ser destacada da qualidade (GRAMSCI, 2001, p. 19).

O partido político, para Gramsci, possui importante função formativa do intelectual orgânico da classe trabalhadora e, mais que isso, é responsável por disseminá-los na sociedade a fim de aumentar a possibilidade de construção de uma contra hegemonia.

O partido político moderno também elabora suas categorias de intelectuais orgânicos. Ele realiza na sociedade civil a mesma função que o Estado desempenha na sociedade política: elabora os próprios componentes, qualifica seus dirigentes, confunde seus intelectuais com os intelectuais orgânicos do grupo social que representa (GRAMSCI, 2001, p. 24).

Assim, para compreender esses sujeitos, que segundo minha hipótese, possuíam formação política e educativa que transcendia os muros da escola e que foram silenciados pelo discurso tradicional atual, que apregoa a derrota do ideário comunista (tão forte de 1922 a 1940 no Brasil) (De Decca, 1986), foi imprescindível buscar, como ponto de partida, a figura de Basílio para compreender o papel desenhado pelo partido e pelos trabalhadores organizados. Quem foram esses sujeitos? Qual era o contexto histórico? Pelo que lutavam? O que era o partido? Havia consciência ou intencionalidade da potencialidade educativa que se engendrou nas reuniões, debates, revistas, espetáculos teatrais, etc.? E ainda, quais eram as pequenas pistas da relação desses trabalhadores e trabalhadoras com a educação?

Assim, além da pesquisa sobre o meu avô, que será apresentada mais além, procurei também fazer o levantamento de informações sobre o PCB. Em busca dos documentos materiais, entrei em contato com o atual PCB na sua Sede, na Rua Francisca Miquelina, 94, uma pequena sobreloja na Bela Vista, região central da cidade de São Pau-

lo. Lá fui recebida e acolhida. Compreendi a ingenuidade de querer encontrar documentos pessoais, fichas de filiação, em um partido que foi ilegal e perseguido na maior parte da sua história.

Frustrada no intuito de recuperar documentos do partido, consegui pistas de como pensava o partido e os trabalhadores que gravitavam em seu entorno através dos jornais oficiais que, de algum modo, sobreviveram. Passei muito tempo no Arquivo Edgard Leuenroth/Unicamp, onde estão depositadas as séries do jornal *A Classe Operária*, chamado carinhosamente pelos militantes de *Classop*, e busquei compreender o que falava essa instituição, num recorte do tempo já passado.

O Jornal A Classe Operária

Ao longo da pesquisa com as fontes documentais, descobri a intenção de escrita colaborativa do jornal e então um novo campo se abriu: o Jornal não fala apenas da instituição, mas expõe um diálogo, uma relação dialógica entre trabalhadores (não necessariamente militantes do partido; o Jornal era aberto às falas e denúncias de trabalhadores e organizações de trabalhadores, independentemente de sua filiação) e o partido. A essa altura, como dito, já olhava pelo recorte da educação e dos processos educativos que ocorriam na sociabilidade das lutas. Assim, uma proposta de jornal colaborativo veio fortalecer a hipótese de que os processos de educação no partido ocorriam e eram mesmo atos intencionais. Nos jornais, textos de Marx e Lenin são sugeridos como leitura para estudo, ao que podemos auferir que o sentido educativo do jornal colaborativo era pensado para ser assim, indo de encontro com as sugestões de Lenin no capítulo *Plano para um Jornal Político para toda a Rússia*, de sua obra *Que Fazer* (1984).

O uso da imagem

Sobre o uso da imagem no trabalho, é preciso dizer, a tempo, que minha primeira formação, e aquela em que atuo profissionalmente no campo da educação, é em Artes Visuais, assim foi necessário para mim o uso da linguagem visual. Muito li sobre os usos da imagem na pesquisa e nas Ciências Sociais, a fim de compreender essa necessidade. Em um texto jornalístico, escrito por João Alexandre Barbosa

¹¹(2002), percebi ecos desse contexto, quando ele discorre sobre o uso das fotografias históricas em *Os Emigrantes* de W.G. Sebald:

A utilização da imagem visual não tem apenas função ilustrativa. Lendo as narrativas, percebe-se que a sua principal função é, antes, a de tornar mais sensível a percepção daquilo que foi possível obter (Ibidem, s/p).

Num mundo em que se ampliam e se complexificam os usos da imagem visual, o texto escrito passa a coexistir com o texto visual, com ganhos para a pesquisa científica. Roberto Cardoso de Oliveira aborda, em entrevista concedida a Etienne Samain (2000), o uso da imagem no trabalho científico:

[...] na medida em que você, ao meu ver, incorpora na linguagem textual [...] uma linguagem fotográfica, uma linguagem através de imagens, ela é uma linguagem também. Então, quando falo da construção do texto, não excluo também a imagem interpretada como, não sei se seria correto dizer, um discurso imagético (Ibidem, p. 3).

É bom pontuar que, assim como nos discursos escritos, os locais de fala dos discursos visuais também existem e devem ser postos a descoberto.

[...] a foto não é, como pensa o grande público e alardeia o senso comum, a prova da verdade, o registro do indiscutível de veracidade de um certo fenômeno. Ela representa apenas a visão do fotógrafo em relação ao tema focalizado. É, portanto, uma visão parcial, que pode ser ideologicamente elaborada (SIMSON, 1996, p. 93-94).

Mas ainda que permeada pela compreensão do real como um valor não absoluto, a imagem funciona como dado documental a auxiliar a compreensão e análise das facetas desse real.

A partir dos anos 70 no Brasil] nos centros universitários, os pesquisadores começam a organizar, sistematizar e catalogar imagens em arquivos, consideradas como dados documentais que, mais do que ilustrar teses de um autor, servem a outros pesquisadores na compreensão e busca analítica do real (KOURY, 1999, p. 51).

¹¹ Crônica veiculada no Jornal A Folha de São Paulo, dezembro de 2002

Assim, a imagem não funciona como mera ilustração para o texto escrito ou uma prova do real irrefutável. Funciona sim, como documento, "objeto e/ou instrumento de pesquisa" (Koury, 1999, p. 54) que, como todos os outros, é eivado de significados e intencionalidades, significados estes que busco analisar dentro do recorte proposto.

Ao invés do simples registro e da documentação visual do "instantâneo da experiência", ressalta-se a importância de dedicar maior atenção aos significados culturais engendrados pelas imagens, bem como às formas pelas quais a produção e a leitura dessas imagens são mediadas (MELLO, 1998, p. 215).

I

UM TEMPO E UM LUGAR

Neste capítulo busco contextualizar os caminhos dos imigrantes, sujeitos da pesquisa. Como já dito, a história de Basílio Zanvettor é um fio que explicita, a partir do indivíduo, as histórias coletivas. Sua trajetória, que se confunde com a trajetória de muitos outros, induz ao levantamento dos dados na pesquisa e é o mote inicial.

Discuto aqui inicialmente a chegada dos imigrantes ao Brasil no século XIX, o que os trouxe, em que condições vieram e como contribuíram para a formação social, política, cultural e econômica do país.

No item 2 deste capítulo, ao ter em mente que “o olhar aproximado nos faz captar algo que escapa da visão de conjunto e vice-versa” (GINZBURG, 2007, p. 265), busco me aprofundar na micro história através de um levantamento de dados da migração da família Zanvettor, propiciado por documentos de natureza primária achados nos guardados pessoais de um dos filhos de Basílio, e unidos a documentos do Museu da Imigração no Brasil e a documentos gentilmente enviados por Claudio Andreolli, arquivista do *Archivio Diocesano Tridentino*, na Itália.

Embora as políticas de povoamento tenham espalhado imigrantes de várias nacionalidades por todo o Brasil, ao seguir os rastros da família Zanvettor, acompanho aqueles que, como eles, após aportarem em terras brasileiras, abandonaram o campo e foram aumentar a mão de obra urbana na cidade de São Paulo. No item 3, analiso o contexto político e social desses grupos que para lá migraram e que ficaram fortemente imiscuídos na construção, urbanização e formação cultural da cidade.

Ainda com a intenção de contextualização histórica, o item 4 aborda a educação no Brasil, para que seja possível compreender o que esses imigrantes encontraram aqui enquanto possibilidades de escolarização, e porque sugiro que, não encontrando essa possibilidade, o partido político tomou o papel e espaço de educador social. No item 5 descrevo, a partir de fontes documentais, as ações de resistência desses imigrantes no campo da educação.

1.1 Imigrantes no Brasil. Condições históricas.

Por volta de 1875, grandes levas de imigrantes europeus começaram a chegar ao Brasil de forma subsidiada para o trabalho na lavoura do café. Esses não foram, no entanto, os primeiros estrangeiros a vir fazer morada em terras brasileiras. É em 1500, com a chegada dos portugueses, que começou o histórico oficial de miscigenação de culturas que compõe a população brasileira. Nessa época, nossas terras já contavam com uma vasta população de diferentes grupos étnicos que aqui habitavam. Os portugueses que aqui chegaram, vieram com intuito de exploração da terra e das riquezas naturais, tais como: pau brasil, ouro, diamante, entre outros. Assim, constituiu-se na colônia, desde essa época, uma economia agrária exportadora baseada na mão de obra escrava, essa trazida da África, e que perduraria por muito tempo.

A chegada das naus portuguesas no litoral brasileiro, não foi um acaso, fez parte do projeto expansionista da era dos descobrimentos e das grandes navegações que estabeleceu relações com a África, as Américas, a Ásia e a Oceania, movido pela busca de rotas alternativas das "Índias", pelo comércio do ouro, da prata e das especiarias. Estas explorações marcaram os séculos XV, XVI e XVII, atravessaram os oceanos Atlântico, Índico e Pacífico, realizaram o remapeamento global do mundo, foram iniciadas por Portugal, seguidas pela Espanha e depois pela Inglaterra e outros territórios da Europa central.

Segundo Manoel Diegues Junior (1964) é em 1808 que se dá o início do fenômeno de imigração propriamente dita no Brasil, quando a Corte de Lisboa, em decorrência de conflitos econômicos com a Inglaterra, se transfere para o Rio de Janeiro. Até então, a entrada de estrangeiros era "teoricamente vedada". A fim de modernizar e ocupar a terra, a vinda da Corte trouxe consigo inúmeras mudanças, como a abertura e a permissão para que outros povos, além dos portugueses, possuíssem terras e aqui se instalassem. Nessa época, a grande preocupação era geopolítica (as extensões das terras brasileiras e a importância econômica destas para a Coroa Portuguesa passaram a preocupar Portugal): era preciso povoar, nacionalizar e garantir a posse.

Portugal apresentava diversas dificuldades demográficas e financeiras frente às mudanças que ocorriam na Europa, especialmente por causa da Revolução Industrial.

As transformações que ocorrem em Portugal estão diretamente ligadas à importância, cada vez maior, que assume a Inglaterra no

panorama mundial, relacionada com a Revolução Industrial Inglesa e a expansão Colonial Inglesa iniciada com o Tratado de Methüen. Paralelamente, temos um quadro de instabilidade política no continente europeu, provocado pela política expansionista de Napoleão. Um fato da maior relevância do ponto de vista da transformação das relações Reino-Colônia foi a vinda da Família Real em 1808. A chegada de D. João VI ao Brasil, não significou, apenas, a abertura dos portos às nações amigas. Foi muito mais. Provocou mudanças de hábitos, a introdução de novos costumes, além de flexibilizar as leis no que tange a permissão para a imigração de europeus não portugueses, como o decreto de 25 de novembro de 1808 que torna possível a propriedade das terras aos estrangeiros (CORREA, 2012, p. 4).

Embora ocorrendo desde 1808, a imigração só começou a tomar fôlego em 1850 com a adoção da lei federal que proibia o tráfico de escravos. Entre 1808 e 1850, as "iniciativas imigratórias são perturbadas pela presença da escravidão, ainda então, em pleno fastígio" (Diegues Junior, 1964, p.24). A partir de 1850, o tráfico de escravo começa a decair em decorrência do interesse do modo de produção capitalista no trabalho assalariado e do aumento de lutas e iniciativas em favor da abolição. A escravidão passa a ser proibida e vigiada, tendo em vista, o incremento do trabalho livre como prerrogativa para o desenvolvimento urbano industrial.

A industrialização, o êxodo rural, a urbanização, o excedente de mão de obra nos centros urbanos e a incapacidade de assimilação deste contingente são fatores que facilitam os fluxos migratórios do velho mundo rumo ao novo mundo.

No Brasil, no entanto, "[...] até 1880 a situação é esta: de luta, de constante luta contra a escravidão; e também de luta em favor da imigração" (Diegues Junior, 1964, p. 25).

Com a extinção da escravidão em 1888, abre-se o terceiro período da imigração no Brasil. O trabalho se torna inteiramente livre, tanto quanto passavam à liberdade os até então escravos. E se torna livre justamente por que não lhe surge mais o entrave do regime servil. O trabalho livre dá oportunidade para a entrada do imigrante em maior volume. Crescem as correntes imigratórias, não apenas em número, mas também em diversificação, cada vez mais acentuada, das etnias entradas (Ibidem, p.25).

Foi também, devido às pressões da Inglaterra, com sua mão de obra livre e produção industrial crescente, necessitando de mercado consumidor, que o sistema colonial brasileiro de exploração escravista começou a entrar em crise. Segundo Álvaro De Vita (1989, p. 16), é importante frisar que “a escravidão era um obstáculo para as necessidades do capitalismo industrial inglês. Somente a generalização do trabalho livre poderia ampliar seu mercado consumidor”.

Ao mesmo tempo em que aqui ocorria a rarefação da mão de obra escravizada, a economia agrária, o café brasileiro, as plantações, as vendas e exportações iam de vento em popa e eram o principal motor da economia nacional. Assim, quando se tornou necessário resolver a questão da mão de obra, já que as correntes de imigração forçada, vindas da África, cessariam as imigrações europeias se tornaram subsidiadas através de políticas de Estado.

Efetivamente, quando ocorre a Abolição definitiva, em 1888, a imigração europeia, principalmente italiana, já fluía regularmente para os cafezais, em especial os paulistas. Desde 1870 o governo imperial assumiu os gastos com o transporte dos imigrantes destinados à lavoura cafeeira. (Saviani, 1990, p.163)

Segundo informa a página do Museu da Imigração¹², a necessidade brasileira por mão de obra se associou às dificuldades econômicas e políticas que ocorriam na Europa entre meados e fins do século XIX.

Durante mais de um século os italianos desembarcaram no Brasil e formaram a maior colônia de imigrantes no país. Diversos fatores impulsionaram esse deslocamento, como a grave crise política das décadas de 1860 e 1870, que levou a conflitos armados e culminou na unificação das então províncias independentes, dando origem ao que conhecemos hoje como Itália. Outro fator é de ordem econômica, tendo como principais motivos os conflitos armados supracitados e a crise agrária, que levou milhares de famílias a abandonar suas pequenas propriedades rurais em direção às cidades. A conjuntura desse período levou o governo a implementar políticas de fomento à emigração, que encontraram no contexto migratório favorável do Brasil um importante ponto de convergência.

¹² Museu da Imigração. Disponível em: <<http://museudaimigracao.org.br/>>.

Os incentivos brasileiros à imigração europeia precisam ser vistos segundo três frentes de compreensão,

[...] três os eixos principais que estavam no bojo das preocupações da política portuguesa/brasileira como parte de um projeto de modernização conservadora das elites de então buscar adequar-se às transformações em curso na Europa do imediato pós-Revolução Industrial: a questão agrícola, a ocupação do território e o branqueamento da população (CORRÊA, 2012, p. 1).

A substituição da mão de obra escrava seria, portanto, um dos motivos, mas não o único para o incentivo federal à imigração europeia: intelectuais brasileiros no início do século XX viam nas novas políticas de imigração a possibilidade de branqueamento populacional. "Inspirados pelas teorias raciais europeias da desigualdade humana, viam a heterogeneidade racial como um obstáculo potencial à construção da identidade nacional" (MACHADO, 2009, p.45).

A reflexão acadêmica ou intelectual, desde o transcorrer dos séculos XIX e XX, esteve diretamente influenciando essa retórica e essa política [do branqueamento]. Seria oportuno lembrar que nessa época o mulato Nina Rodrigues, professor de medicina legal da Universidade da Bahia [...] apontava em suas pesquisas e reflexões a existência de dois Brasis a se contrapõem: de um lado, um Brasil arcaico, pobre, sem perspectivas de progresso; de outro, um Brasil moderno, rico ou mais rico, pautado pelos ideais do progresso. O Brasil primeiro era o Brasil onde predominavam os negros; o Brasil segundo fora colonizado pelos imigrantes brancos - o Brasil Meridional (PEREIRA, 2011, p. 2).

Em *O Poder de Domar do Fraco*, Jair de S. Ramos (2006) analisa a entrada de imigrantes enquanto política pública de povoamento, de ocupação de terras, e também a formação da tutela do Estado sobre as populações imigrantes. Trabalhos clássicos como *A integração do Negro na Sociedade de Classes*, de Florestan Fernandes (1964), focam no processo de marginalização do negro liberto e de sua não integração no trabalho urbano industrial ou assalariado rural em benefício do imigrante europeu.

[...] os segmentos da população brasileira que estavam associados à condição de escravo ou de liberto viram-se nas piores condições de vida nas grandes cidades. Foram reduzidos a uma condição marginal, na qual se viram mantidos até o presente. Somente depois de 1945 começaram a surgir oportunidades de

classificação na estrutura da ordem social competitiva, ainda assim, para número limitado de indivíduos potencialmente capazes de terem êxito na competição socioeconômica com os brancos (FERNANDES, 1964 apud SCHWARCZ, 2005, p.174).

O fato é que a realidade brasileira de fins do século XIX e início do XX se constituiu de forma bem complexa. Ao mesmo tempo em que os imigrantes aqui vieram representando, para o poder nacional, um ideal de raça branca e "civilizada", eles eram, na verdade, simples camponeses, fugidos da fome e da miséria, tão pobres e explorados quanto os que sofreram aqui, exclusão por sua chegada.

Os primeiros imigrantes que chegaram a fim de substituir a mão de obra escrava nas lavouras de café enfrentaram inúmeras dificuldades quanto à cultura escravocrata dos patrões. Houve movimentos de regresso ao país de origem, e as famílias que voltavam levavam notícias das péssimas condições de trabalho aqui apresentadas. Tal movimento, aliado à luta política (cartas, publicações em jornais), poria em risco todo o projeto higienista de povoamento brasileiro, o que fez com que o Governo (Coroa e depois República) interferisse, mantendo por décadas a migração subsidiada e regulando as relações de trabalho desses imigrantes e seus patrões, a fim de garantir melhorias nas condições de vida e de trabalho e, portanto, o sucesso do empreendimento.

Os imigrantes europeus, por sua vez, também passaram por processos de seleção e segregação ligados às suas condições de saúde e posições políticas. Ao longo do tempo, conforme foram se constituindo as políticas públicas de Povoamento no Brasil, os processos de tutela se tornaram mais e mais claros: se no início todos, com exceção de populações da Ásia e África¹³, podiam imigrar, bastando, para isso, o interesse no trabalho, a partir de meados do século XX foram sendo instituídas leis e decretos com medidas de inspeção para que entre os

¹³ Decreto Nº 528, de 28 de junho de 1890. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brasil. Art. 1º É inteiramente livre a entrada, nos portos da República, dos indivíduos válidos e aptos para o trabalho, que não se acharem sujeitos á acção criminal do seu paiz, exceptuados os indígenas da Asia, ou da Africa que sómente mediante autorização do Congresso Nacional poderão ser admitidos de accordo com as condições que forem então estipuladas. BRASIL, 1890. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 25 maio 2016

que aqui chegassem, a fim de povoar o país, ficassem apenas os *desejáveis* (RAMOS, 2006).

Aos poucos, a saúde física e mental, as condições físicas para o trabalho, idade, grupo familiar, antecedentes políticos e criminais, entre outros aspectos, começaram a ser levados em conta para a permissão de aportar. Nas imagens de listas de bordo após 1920, é possível ver à esquerda de alguns nomes, a inscrição "quarentena", indicando que, após essa época, já era corrente a inspeção sanitária dos navios a vapor que aportavam.

Doenças transmissíveis recebiam tratamento diferenciado: se portador de moléstia curável, o imigrante seria tratado e sua estadia permitida. Os imigrantes que não respondiam aos critérios eram devolvidos à pátria de origem, impedidos de entrar e se estabelecer em terras brasileiras.

Essa categoria consolidava representações há muito inscritas em leis e práticas administrativas que qualificavam negativamente populações e indivíduos, a partir de uma série de critérios que iam da raça às *convicções políticas* dos imigrantes, passando por suas condições de saúde e de trabalho, e suas supostas características nacionais (RAMOS, 2006, p. 19).

Apesar das dificuldades iniciais, as condições de trabalho e de acolhida que os imigrantes europeus aqui tiveram, foram melhores que as dispensadas ao trabalhador nacional em especial ao negro. Assim, é possível compreender porque a esmagadora maioria de operários empregados em São Paulo até meados da década de 1940 era prioritariamente imigrante. Essa realidade atesta a tese de Florestan Fernandes (1964), de que com o fim da escravidão a população negra não foi alvo de políticas de inserção na sociedade de classes, pelo contrário, as políticas existentes voltaram-se para a imigração da população branca europeia e substituição da mão de obra escrava negra pela assalariada branca. "Foi preciso quase três quartos de século para que o negro e o mulato encontrassem em São Paulo perspectivas comparáveis àquelas com que se defrontaram os imigrantes e seus descendentes". (FERNANDES, 2005 apud SCHWARCZ, 2005, p.175)

A estabilidade que imigrantes e seus descendentes conseguiram no país e a absorção desses trabalhadores no mercado operário brasileiro deve-se em muito ao projeto de povoamento e à discriminação racial presente no ideário brasileiro que, ao mesmo tempo em que discriminava, não dando acesso e condições de trabalho ideais, construía

uma mitologia em torno do negro, inculcando nele, características de malandro, preguiçoso e não afeito ao trabalho. Enquanto a mulher negra foi absorvida para o trabalho doméstico das casas abastadas, o homem negro teve imensa dificuldade em encontrar ocupação, permanecendo em uma situação de vulnerabilidade social.

Esse contexto também é relevante para explicar a presença maciça de imigrantes nas centrais sindicais e entre as lideranças dos movimentos operários a partir de 1917 (MARAM, 1979, p. 19), pois a discriminação a que foram submetidos os nacionais interferiu também na sua formação técnica para o trabalho e na escolarização das crianças negras (MACHADO, 2009) e, portanto, na colocação em postos de trabalho mais valorizados.

O fato diferencial entre os trabalhadores imigrantes e os trabalhadores brasileiros será, de um modo geral, que os primeiros ocupavam os cargos qualificados e semiquualificados, cargos esses de muito peso para a continuidade do sindicalismo. Outra diferença é o fato de existir, nas comunidades de imigrantes, homens que já haviam participado de lutas operárias na Europa antes de haverem migrado (MARAM, 1979, p. 30).

A exclusão do negro do mercado de trabalho urbano após a abolição é retomada em documento do IPEA como o primeiro germe que liga trabalho à informalidade no Brasil:

Este mercado de trabalho nasceu, assim, dentro de um ambiente de exclusão para com uma parte significativa da força de trabalho. Criando assim o trabalho livre, o Estado criou também as condições para que se consolidasse a existência de um excedente estrutural de trabalhadores, aqueles que serão o germe do que se chama hoje “setor informal” (THEODORO, 2004, p.105).

A partir do crescimento da população migrante nas cidades, reiteradas leis viriam cada vez mais reforçar o processo de tutela dessa população e a preocupação com a criação de uma identidade nacional.

[...] os anos de 20 marcariam o momento da constituição de uma série de instrumentos legais de identificação dos imigrantes que conferiram aos mecanismos de restrição à entrada de indesejáveis a mesma importância que era então atribuída à atração de subsidiados e espontâneos. Data desse período o decreto 4.247, de 6/1/1921, que estabeleceu restrições policiais e de natureza

médica à entrada de estrangeiros. Este decreto ficou conhecido como lei dos indesejáveis (RAMOS, s/d, p. 13).

Segundo Ramos (2006, p. 233), esse decreto veio acompanhado de manifestações populares "de caráter xenófobo", assim como foi defendido ardorosamente por "membros de movimentos nacionalistas, como Gustavo Barroso que viriam a compor o núcleo mais radical do regime instaurado com o Estado Novo", regime esse que viria a fazer forte política de perseguição aos imigrantes, sob o manto de nacionalização e construção da identidade nacional.

A Campanha de Nacionalização foi implementada por Vargas em 1938 com a criação do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Este auxiliou para que se desse origem à leis regulamentando o uso das línguas, o fechamento das escolas não oficiais, criadas e mantidas pelas comunidades de imigrantes em suas línguas pátrias, e a obrigatoriedade do uso da língua portuguesa. A preocupação com a nacionalização se fortaleceu e atingiu seu auge durante a Segunda Guerra e a instauração do Estado Novo.

Segundo Campos (2006, p. 13),

A atitude política drástica adotada nos anos 1930 pelo projeto nacionalista do governo ditatorial de Getúlio Vargas, ao proibir aos estrangeiros, imigrantes e seus descendentes, o uso do idioma de seu país de origem, constitui um dos temas mais complexos e sensíveis na história do Brasil na primeira metade do século XX. No cerne dessa decisão, estava o amplo projeto de nacionalização formulado pelo Estado Novo, um projeto autoritário que dava ênfase à unidade nacional com base em um governo central forte e no uso exclusivo da língua portuguesa.

A política de nacionalização de Vargas está inserida no contexto da Segunda Guerra Mundial.

Tachados como inimigos do Brasil, por serem originários dos países do "Eixo", italianos, alemães e japoneses [após 1930] passam a sofrer uma série de restrições de ordem social, política e econômica. Os bens que conseguiram acumular durante anos e anos de trabalho são congelados pelo governo e suas marcas étnicas, agora sob suspeita, tornam-se mais visíveis e são tomadas como expressões perigosas. Esses imigrantes tornam-se suspeitos de conspirarem contra a unidade do país, sendo depreciativamente chamados de "quinta coluna", isto é, agentes dos países inimigos infiltrados em vários setores da vida brasileira (PEREIRA, 2000, p.13-14).

Após o fim das duas grandes guerras mundiais, o contingente de migrantes diminuiu drasticamente. Entretanto, o período das grandes levas já havia passado e o projeto de embranquecimento da população brasileira e de industrialização com uma mão de obra branca europeia estava consolidado. A questão do negro restava como grande dilema nacional (FERNANDES, 1972).

1.2 Um caso específico: A chegada da família Zanvettor

Figura 2: Viaduto Santa Ifigênia, São Paulo



Fonte: Arquivo Pessoal de Elza Zanvettor.

Em janeiro de 1922, novos imigrantes chegam ao Porto de Santos no Vapor Garibaldi. No museu da Imigração¹⁴, é possível encontrar a lista de bordo digitalizada (Fig. 2). É possível ler informações

¹⁴ Os livros com as listas de bordo referentes à imigração europeia no Brasil, no período de 1888 a 1974, foram digitalizados e se encontram disponíveis no sítio do Museu da Imigração do Estado de São Paulo: <<http://museudaimigracao.org.br>>.

como nome, sobrenome, parentesco, nacionalidade, profissão, idade e tipo de passagem (indicativo econômico). Essa é uma das 18 páginas com nomes de famílias que aportaram apenas nesse dia, primeiro de janeiro de 1922, no Porto de Santos. Elas vieram aumentar a massa de trabalhadores de uma corrente migratória que se forma no Brasil desde 1870, por meio de políticas subsidiadas pelo governo brasileiro e pelos cafeicultores paulistas e por acordos diplomáticos bilaterais Brasil-Itália.

Figura 3: Página do Livro de Registros de Imigração do Vapor Garibaldi.

COMPANHIA A QUE SE DESTINA O VAPO

LISTA GERAL DE PASSAGEIROS

Para o porto de SANTOS (Estado de S. Paulo-Brasil)

Data da chegada do Vapor

No. de embarque

Nome do Vapor		Ciudad	Náutica	Procedência	Nome do Capitão	Nome do Médico	Tenente	Valentes	Tripulante	Passageiros em Trânsito			Observações
										1ª Classe	2ª Classe	3ª Classe	
PORTO DE EMBARQUE	NOME POR EXTENSO	Parentesco com o chefe de família	SEXO	ESTADO	Nacionalidade	Profissão	Idade	Tempos no?	País de última residência	BAGAGENS			
										Masas	Caixas	Outras	
277	Luigi Valentin Augusto	filho	M	solteiro	italiana	contador	31		Itália				
5	Maria Rosa Braccaglorio	mulher	F	casada	italiana		41		Itália				
7	Luigi Maria	filho	M	solteiro	italiana		21		Itália				
8	Maria	mulher	F	casada	italiana		19		Itália				
1	Carlo	filho	M	solteiro	italiana		17		Itália				
2	Auguste	filho	M	solteiro	italiana		15		Itália				
3	Niseranda Beatrice	mulher	F	casada	italiana		43		Itália				
4	Luigi Giovanni	filho	M	solteiro	italiana		12		Itália				
5	Giliana	mulher	F	casada	italiana		15		Itália				
6	Giovanni	filho	M	solteiro	italiana		17		Itália				
7	Niderlinda Zanvettor	mulher	F	casada	italiana		47		Itália				
8	Mattarini Maria	mulher	F	casada	italiana		44		Itália				
9	Luigi Luciano	filho	M	solteiro	italiana		17		Itália				
10	Franzella Maria	mulher	F	casada	italiana		37		Itália				
11	Franzella Maria	mulher	F	casada	italiana		39		Itália				
12	Flavio Domenico	filho	M	solteiro	italiana		22		Itália				
13	Luigi Quinto	filho	M	solteiro	italiana		13		Itália				
14	Roberto	filho	M	solteiro	italiana		9		Itália				
15	Roberto	filho	M	solteiro	italiana		2		Itália				
16	Maria Clara Ressotto	mulher	F	casada	italiana		38		Itália				
17	Luigi Selen	filho	M	solteiro	italiana		17		Itália				
18	Valeria	mulher	F	casada	italiana		16		Itália				
19	Vittorio	filho	M	solteiro	italiana		18		Itália				
20	Virginia	mulher	F	casada	italiana		14		Itália				
21	Louise Bernadette	mulher	F	casada	italiana		43		Itália				
22	Luigi Silvio	filho	M	solteiro	italiana		18		Itália				
23	Luise	mulher	F	casada	italiana		8		Itália				
24	Luise	mulher	F	casada	italiana		6		Itália				
25	Luise	mulher	F	casada	italiana		15		Itália				
26	Louise Bernadette	mulher	F	casada	italiana		47		Itália				
27	Luigi Luigi	filho	M	solteiro	italiana		13		Itália				
28	Luigi	filho	M	solteiro	italiana		12		Itália				
29	Luise	mulher	F	casada	italiana		19		Itália				

Fonte: Museu da Imigração.

Na lista de bordo do Vapor Garibaldi, é possível ver o registro da Família Zanvettor (ou parte dela). Constan: Beniamino (43), Silvio (12), Helena (8), Gilio (6) e Basílio (15). Apenas o pai e os filhos. Enrica Trentini, a mãe, segundo levantamento com fontes orais, falecera no parto do quinto filho (natimorto) ainda na Itália. Na mesma folha de registros seguem outros nomes dessa família Zanvettor: Domenico (47),

Luigi (13), Hego (12), Carolina (19), Ottilio (16), Livia (15), Giobutta (47), Omália (11) Olimpia (9) e Ita (4). As famílias nucleares estão unidas por chaves ao lado direito (conforme imagem) e os filhos são assim designados ao lado de seus nomes (*figlio*).

Desse registro é possível observar que nenhuma família nuclear está completa, acusando o que se confirma na literatura sobre as condições de vida na Itália pós-Primeira Guerra, de extrema pobreza e miséria. Não foram poucas as histórias que Basílio contou sobre como faltava arroz e de como se alimentavam de farelos na Itália.

Figura 4: Livro de Registros de Imigração– detalhe.

7	8	Zanvettor	Bernardino	43	1
320	9	Figlio	Silvio	18	1
1	300		Olivera	8	
2	1		Cylio	6	1
3	2		Basilio	15	1
4	3	Zanvettor	Tommaso	47	1
5	4	Figlio	Luigi	13	1
6	5		Hego	12	1
7	305		Carolina	19	

Fonte: Museu da Imigração.

Gênova, registro de saída do vapor, foi provavelmente um porto de embarque das massas de trabalhadores e suas famílias, que provinham de vários pequenos vilarejos e regiões da recém unificada Itália.

A família Zanvettor, segundo os documentos levantados junto ao Archivio Diocesano Tridentino (ADT)¹⁵, era originária de Trambileno, pertencente à Província de Trento, pequena região montanhosa ao norte da Itália.

¹⁵Parrocchia di Trambileno, Nati e battezzati vol. VII, pag. 76, n. 20.

Figura 5: Registros de Nascimento

Tempo da morte				SEXO E COGNOME Sob. e Batizant	Religião		Seres	GENITORES		PADRINI		
Ano	Mês	Dia	Horas		Quilica	Paróquia		Pai	Mãe	Ministro batizante	Nome e Cognome	Cognome
1897	Agosto	28	14	Campana Carmela Rosa - 1822 Batizante: Don. Campana Dele	10			Andrés d. Battisti, Campana Maria Batizante: Don. Battisti, Campana a. 2. 22. 1871. 16. 10. 1872.	Don. Battisti Batizante: Don. Battisti	Campana Rosa		
1897	Agosto	26	5	Caracini Giuseppina Maria - 1872 Batizante: Don. Caracini	17		10	Francisco Jose e Carolina Aguiar Batizante: Don. Jose, Aguiar e Aguiar a. 19. 12. 1871. 10. 10. 1872.	Don. Aguiar Batizante: Don. Aguiar	Caracini Francisco		
1897	Agosto	29	30	Baldoni, Maria Rosa - 1871 Batizante: Don. Baldoni	18		11	Jose Jo. B. e Maria Rosa, a. 1871 Batizante: Don. Baldoni, a. 1871.	Don. Baldoni Batizante: Don. Baldoni	Baldoni Maria Rosa		
1897	Agosto	29	30	G. B. Baldoni - Maria - 1871 Batizante: Don. Baldoni	18		11	at supra	at supra	at supra	Baldoni Maria Rosa	
1897	Agosto	20	1	Battisti, Gasparina Carolina - 1871 Batizante: Don. Battisti	20		9	Don. Battisti, Maria Rosa, a. 1871 Batizante: Don. Battisti, a. 1871.	at supra	at supra	Battisti Gasparina Carolina	

Fonte: Arquivo Diocesano, Trento.

O ADT digitalizou os livros de nascimento das pequenas paróquias italianas desde metade do século XIV até 1923 e os disponibilizou à consulta pública. No livro aparecem os dados de nascimento: dia, local, horário e sexo, religião declarada (católica; há a opção protestante), dia de batismo, ministro batizante e os nomes dos padrinhos. Estão registrados também os nomes dos genitores e respectivos pais, que trazem informação de uma provável descendência judia, austríaca ou alemã: enquanto Beniamino Zanvettor, pai de Basílio, é filho de Beniamino e Amarilda Zanvettor, Enrica Trentini teve seu sobrenome familiar modificado, seus pais são Amadeo e Madalena Moscher, nome que não foi passado para a filha, batizada de Enrica Trentini (referente à região de Trento, em que se estabeleceram).

Basílio contava que teve que mentir a idade para poder embarcar, tendo que se dizer um ano mais velho para poder emigrar como trabalhador (Depoimento de Elza Zanvettor, filha de Basílio, 2015). No arquivo, o nascimento se dá no dia 26 de agosto de 1907. Portanto, em março de 1922, quando aporta ele tem 14 anos, embora apareça no documento a idade de 15 anos. Assim, o confronto dos documentos reafirma a memória. Um segundo nome que provavelmente Basílio não sabia possuir: Gasperino, em homenagem ao padrinho Gásparo, aparece no documento de batismo.

Figura 6: Passaporte n. 335, de Basílio Zanvettor. Registrado em Rove-reto a 18 de novembro de 1921 com selo do *Fondo Per L' Emigrazio-ne*.



Fonte: Arquivo de Waltercio Zanvettor, filho de Basílio, gentilmente cedido à pesquisadora.

Segundo Levy (1974), o período de imigração que "se segue à crise de 14 a 18", e do qual faz parte essa família, é o "[...] período que São Paulo, o único Estado que ainda subsidiava a imigração, deixa de fazê-lo em 1927" (Ibidem, p.3). Esse é, ainda, um período de imigrações intensas.

[...] O período (1904 a 1930), corresponde a um grande fluxo imigratório; durante o mesmo entraram no Brasil 2.142.781 imigrantes – perfazendo uma média anual de 79.000 pessoas. Também cabe aqui analisarmos duas fases distintas: uma primeira que vai até 1914, início da primeira grande guerra, e a segunda a partir de 1919, logo após o término do conflito (Ibidem, p.3).

Basílio e a família vieram após a Primeira Guerra. A família possui fotos de Beniamino com uniforme de batalha da Primeira Guerra e cartas enviadas à então noiva, Enrica, mãe de Basílio. O movimento de trazer da Itália ao Brasil, as cartas escritas à noiva e a foto com uniforme de serviço demonstram a importância de tais fatos na biografia da família e seu efeito na história de vida que se delineou entrelaçada aos acontecimentos mundiais de organização da classe trabalhadora, guerra e migração. A decisão pela vinda ao Brasil teria se dado após a morte de Enrica.

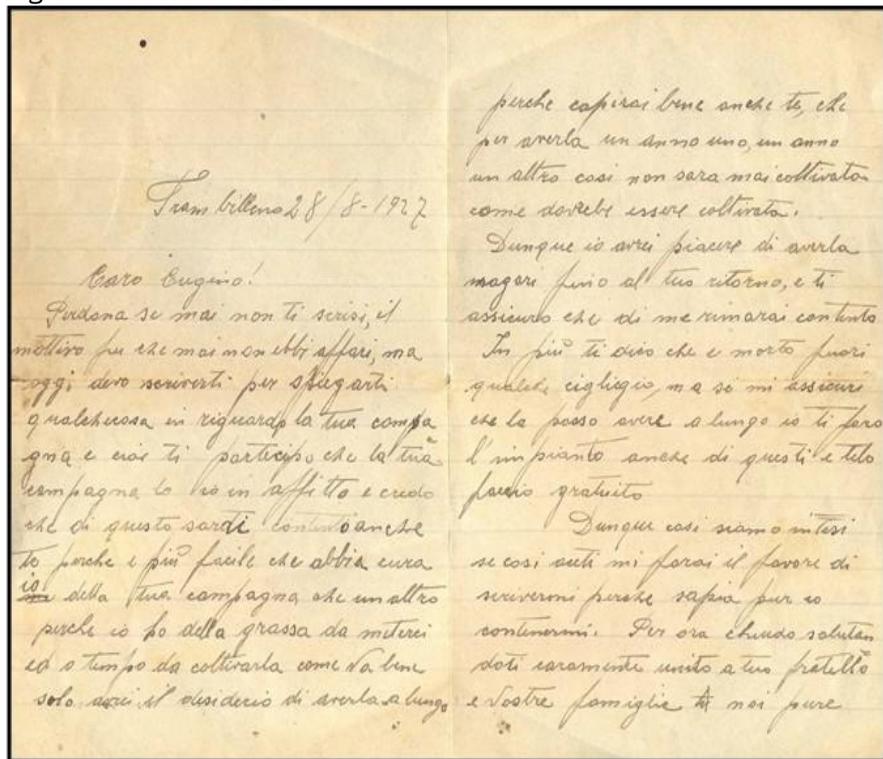
Figura 7: Beniamino, pai de Basílio, em Uniforme da Primeira Guerra.



Fonte: Acervo da família.

Uma das cartas, guardada pela família, demonstra a intenção de retorno. A emigração não tinha, a princípio, caráter definitivo, a carta da Figura 8, datada de 1927, é assinada por Giobatto, primo (cugino) de Beniamino. A carta, escrita em dialeto, não pôde ser plenamente traduzida, mas permite a compreensão de que são acertos sobre como cuidar da terra “até o seu retorno”, “Dunque io avrei piacere di averla magari fino al tuo ritorno e ti assecuro esse di me rimarai contento”.

Figura 8: Carta de 1927.



Fonte: Acervo da família.

[Transcrição- Figura 8]

Caro cugino!

Perdonerà mai escriví voi, il motivo ero ese non ha mai avuto problemi, ma oggi devo scrivervi a sfiegarto o quale i cosa per quanto riguarda la vostra compagna e creare partecipare lui tua

compagna in modo senza creio que o affitto e questa felice Sardegna anque, perché è facile pia che mi prendo cura del vostro Campagna que um altro perche io podella grassa de meterciad o tempo da cultivarla come va bene solo avrei il disiderio di averla a lungo perche capirci bene anche te, ele per averlaunanno uno, uma ou naltro cosi nun sara mai coltivata como dovi ele essere coltivata. Dunque io avrei piacure di averla magari fino altuo retorno e ti assecuru esse di me rimarai contento. In piu te dicoche é morto Jucri quale heciglioma si mi assicuri que la posso avere a lungoio ti faro l' impianto anchi di questi e telo facio gratuito, dunque cosi siamo intesi se cosi outi mi farai il favor discrivermi perche sapia purio continermi. Per hora chiu do salutam doti cararas mente unito a tuo fratello e vostre famiglia no ipuresiamo tutti somi como pure sua sorella e sua famiglia e tutti il nostre parenti puregode per hora ótima salute. Augura novamente ogni bene e fortunata a tutti e due nostro gugino. Giobatto Comper. (Transcrição minha)

Essas terras se mantiveram em nome de Beniamino e seus filhos até 1970, quando Basílio, Helena e Silvio fizeram a doação formal aos parentes na Itália.

Além das cartas e fotos, foi guardado o *Certificato Penale* de Beniamino, garantindo que ele não possuía antecedentes criminais ao deixar a Itália. Ainda há indícios, no Arquivo do Museu da Imigração, de outro Zanvettor que aportou sozinho no Brasil em torno de 1880, mas segundo se pôde levantar, não tinha ligação direta com a família em questão.

Vemos então que, aproveitando incentivos do governo italiano e brasileiro, essa e outras famílias embarcaram rumo ao Brasil, deixando para trás a pátria e pequenas terras. Famílias de construtores, pequenos proprietários agrícolas ou camponeses, viam faltar trabalho e comida em uma Europa aos pedaços da pós-Primeira Guerra.

O que essas fontes documentais de natureza variada me dizem desses migrantes e de sua origem italiana?

Eles eram de famílias trabalhadoras, empobrecidos, alfabetizados, familiarizados com a leitura, a escrita e o envio de correspondências, o que sugere que provavelmente cursaram vários anos de escola pública. Eles lutaram pelo processo de unificação da Itália, pela deposição da monarquia; presenciaram o declínio da economia agrária e a supremacia da indústria e do comércio nos espaços urbanos; viveram o aprofundamento da fome, da miséria, do desemprego carreado pelo

modo de produção capitalista nos países da Europa central, incluindo a Itália e participaram da Primeira Guerra Mundial.

Durante o século XIX o capitalismo se desenvolveu e se globalizou a partir da integração das estruturas econômicas mundiais, dentro dos marcos estabelecidos pelas revoluções industrial, francesa e americana. Ao mesmo tempo, os Estados modernos se consolidaram e levaram a cabo uma expansão imperial ligada em grande parte ao incremento da produção decorrente de novas tecnologias desenvolvidas. Tais processos foram acompanhados por um crescimento significativo da migração intercontinental e transoceânica de trabalhadores.

Essa migração favoreceu a circulação de pessoas, práticas e ideias. Na segunda metade do século XIX, na Inglaterra, Suíça, Bruxelas, Bélgica, França, Rússia, Alemanha e Itália várias associações de trabalhadores surgiram para discutir projetos comuns e estimular cooperativas de crédito, produção e organização da luta da classe trabalhadora. Os conflitos emergentes no campo e na cidade orientaram a organização do trabalhador como classe social e contribuíram para o surgimento e o desenvolvimento de ideais socialistas, comunistas e anarquistas. A noção de que a ação humana poderia modificar o futuro, que os grupos oprimidos por meio da ação organizada poderiam transformar a sociedade, favoreceram o surgimento de organizações, partidos, sindicatos que se articulavam em níveis locais, tendo em vista estabelecer as bases para agir internacionalmente.

Esses migrantes traziam consigo a experiência dos efeitos sociais do desenvolvimento capitalista, da organização da classe trabalhadora e os ideais libertários de diferentes matizes. Imbuídos dessa história atacam em solo brasileiro.

1.3 A Fixação do Imigrante em São Paulo

A chegada da mão de obra estrangeira se fez com dois movimentos distintos, que afetaram a fixação dos migrantes no Estado de São Paulo: a marcha para o oeste paulista, rumo às fazendas de café, e o crescimento das cidades que acompanhavam o fluxo do escoamento da produção ao longo das linhas férreas para o porto de Santos, com finalidade de exportação. O enriquecimento do imigrante se deu mais fortemente para os que se mantiveram no campo e puderam, ao longo do tempo, fazer a compra de terras do governo brasileiro.

As políticas públicas para exportação do café e a forte acumulação de capital devido à exportação cafeeira acabaram por criar uma es-

trutura econômica que propiciou o forte crescimento urbano do Estado de São Paulo, tornando-o uma das principais molas da urbanização do país. Em especial a cidade de São Paulo, por sua localização entre as linhas férreas de exportação do café e seu escoamento para o litoral, sofreu forte urbanização e industrialização de apoio a essa exportação e que, mais tarde, continuaria a crescer independentemente dela (FAUSTO, 1997).

Os locais das fazendas produtoras definiram as estações de trem em torno das quais se foram criando povoados, que mais tarde se tornariam cidades, fixando assim profissionais necessários e pequenos trabalhadores especializados, como ferramenteiros, mecânicos, marceneiros. Segundo Demerval Saviani (1990, p. 7),

[...] cabe levar em conta que o processo de desenvolvimento brasileiro caminhou no sentido da modernização, o que ocorreu de modo especial com o deslocamento da economia cafeeira da Baixada Fluminense e do Vale do Paraíba para o Oeste Paulista na segunda metade do século XIX. Essa fase modernizadora do café propiciou condições favoráveis a um incipiente desenvolvimento industrial: as ferrovias, as estações de ferro e as oficinas de manutenção das máquinas estão na origem de nosso processo de industrialização. Neste contexto, os imigrantes também se convertem na mão-de-obra principal dessa indústria incipiente, e o operariado brasileiro tem origem nessa mão-de-obra imigrante.

O mapa da Figura 9 (datado de 1881) nos mostra o pequeno vilarejo construído em torno da Estrada de Ferro Mogiana, que mais tarde iria se transformar na cidade de São Paulo.

Figura 9: Mapa da Estrada de Ferro Mogiana.



Fonte: Histórico Demográfico da Cidade de São Paulo¹⁶

¹⁶ Disponível em: < http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/1872.php >. Acesso em: 09 ago. 2016.

Os motivos que levaram diversos trabalhadores migrantes a abandonar o campo em direção às cidades foram situações como as más condições de trabalho no campo, com patrões acostumados a mentalidade escravista (RAMOS, 2006), ou o desejo de se dedicar a uma profissão mais especializada, já adquirida na Itália, não se encerraram, portanto, apenas em desejos individuais: São Paulo era uma cidade no início da sua industrialização e requeria muita mão de obra com alguma especialização, mesmo que pouco qualificada. Segundo Wilson Cano (1983, p. 227),

Inicialmente, cabe lembrar que a economia cafeeira de São Paulo foi a que apresentou o maior dinamismo no contexto nacional. Resolvendo pioneiramente sérios problemas de infra-estrutura, como o dos transportes ferroviários, do porto marítimo, de comunicações e de urbanização, estava, ao mesmo tempo, criando um acúmulo de economias externas que beneficiariam a formação industrial, reduzindo-lhe o gasto de inversão e os custos de produção.

Para Raquel Rolnik (2003, p. 26) a cidade de São Paulo, nos anos 20, "vivia um momento especial" e era "o maior ponto de atração de capitais e população de todo o país".

No contexto da Primeira Grande Guerra (1914-8) em virtude do colapso das linhas do comércio internacional, São Paulo assistira um grande surto de crescimento industrial, iniciando o processo de substituição de importações, voltado para a produção nacional de bens de capital e consumo para o mercado interno. As decorrências dessa industrialização em larga escala foram além do aparecimento de um proletariado urbano, um intenso crescimento demográfico que implicou aumento da demanda por terrenos e habitações e uma carestia geral, que multiplicava os preços dos gêneros alimentícios, vestuários e alugueis [...] (Ibidem, p. 27).

Crescimento urbano que requeria mão de obra. As cidades necessitavam de mãos e braços por motivos econômicos. Como já explicitado, sigo uma linha que se costura com uma história pessoal. Assim, embora a imigração tenha avançado por diversos territórios no Brasil, e a imigração italiana tenha tido três eixos principais – o de fixação em forma de núcleos coloniais, que caracterizou algumas regiões do Brasileiros como Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Espírito Santo; o da dispersão pelas fazendas de café, que marcou a migração rural do Estado de São Paulo; e o do trabalho assalariado nos centros urbanos

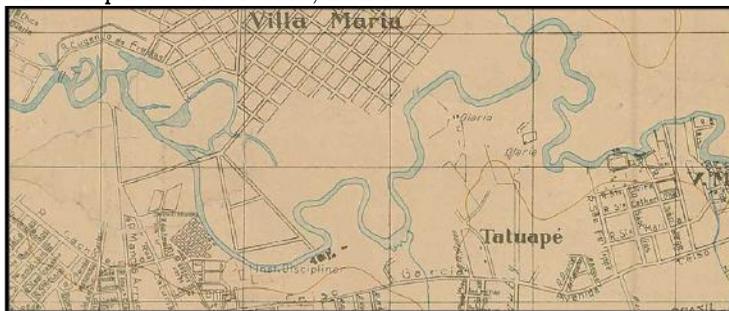
dinâmicos, tal como ocorreu na cidade do Rio de Janeiro e em São Paulo (PRADO JUNIOR, 1953) –, sigo junto à família Zanvettor, tentando compreender esse fluxo de vinda para o trabalho assalariado urbano, ou seja, saindo do campo e se fixando na cidade. O que conta a história familiar é que, por ter sido mestre de obras na Itália, na primeira oportunidade que teve, Beniamino, o pai de Basílio, deixou o campo e com a família foi em direção à cidade, a fim de trabalhar no seu "ofício".

Assim, a família Zanvettor é ponto de partida e não de chegada. A história de Basílio, o militante, se junta ao movimento coletivo de migrantes que se fixam na cidade de São Paulo por meio do trabalho urbano industrial, e que conta com o apoio de instituições de amparo mútuo, sindicatos, partidos e clubes de cultura.

Foi na região da Zona Leste paulistana, que a família Zanvettor, como tantas outras famílias de migrantes, enraizou-se. Esse local ficaria conhecido pela forte aglomeração operária e também, e talvez por isso, pela forte participação política nos anos iniciais do século XX. A formação da Zona Leste está tão imbricada com as linhas férreas (escoamento da produção) quanto com a constituição hídrica original da cidade.

Ao observar o mapa de São Paulo em 1920 (Fig. 10), é possível compreender que, longe do aglomerado inicial, os bairros operários (como Lapa, Bom Retiro, Pari, Tatuapé, Belém, Mooca e Ipiranga) eram locais próximos aos rios, locais de várzea. Baratos, portanto, tanto para a instalação de indústrias quanto para moradia dos trabalhadores que serviriam a essa indústria (ROLNIK, 2003).

Figura 10: Mapa de São Paulo, 1924

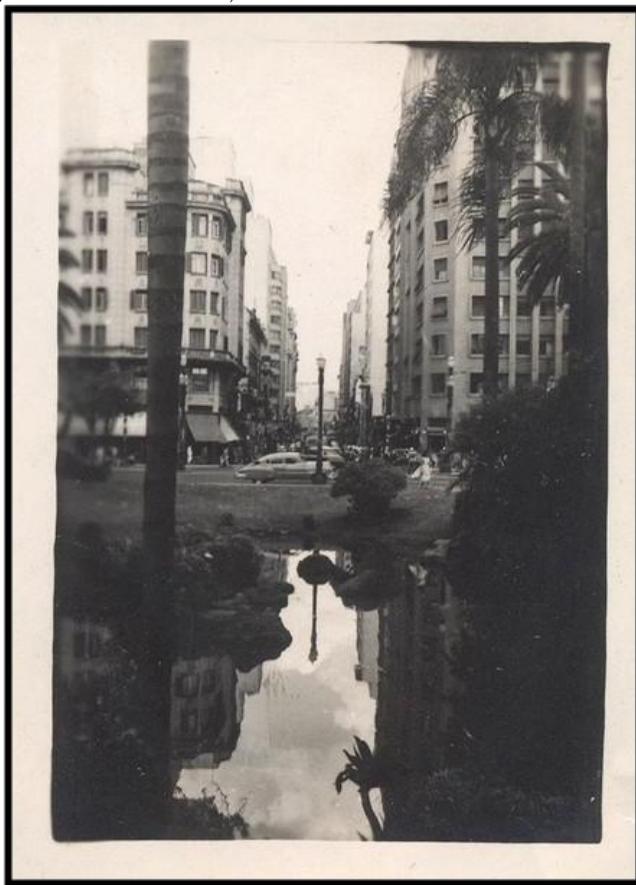


Fonte: Histórico Demográfico do Município da Cidade de São Paulo¹⁷

¹⁷Disponível em:

A vida para a família segue na São Paulo de fins dos anos 1920 e início de 1930. Segundo consta, e provavelmente seja reflexo da urbanização relatada, o trabalho de pedreiro é constante e não falta. A família consegue comprar um terreno na Mooca. Basílio trabalha com o pai desde sua chegada aos 15 anos. As memórias contam que a construção de chaminés para as fábricas se tornou o ofício principal. Após a sua chegada, Basílio não viria a frequentar a escola formal e continuaria a trabalhar na profissão de pedreiro até a sua prisão por atividade comunista em 1937.

Figura 11: São Paulo, cerca de 1940. Foto de Dito Escobar



Fonte: Arquivo de Família

<http://smdu.prefeitura.sp.gov.br/historico_demografico/img/mapas/1924.jpg>. Acesso em: 10 ago. 2016

1.4. A Relação do Imigrante com a Educação no Brasil.

Para esses trabalhadores e trabalhadoras que para cá vieram, a educação escolar não era uma realidade, e Basílio Zanvetor não fugiu à regra. Ele trouxe consigo apenas o início da formação básica, o letramento. A ida à escola no norte da Itália era difícil, como dizia, primeiro por causa do frio e da neve, e mais tarde por causa da fome e da guerra. Os três anos em que frequentou a escola foram suficientes para alfabetizá-lo. Ao chegar ao Brasil, aos 15 anos, o campo “profissão” do questionário de imigração aponta alguma profissão (ilegível), significando que já na Itália assumira o aprendizado do trabalho e a identidade de trabalhador. Seus irmãos menores Silvio (12), Helena (8) e Gilio (6) têm o campo profissão em branco. Na primeira página de seu passaporte (Fig. 12) há informações sobre seu letramento: os campos *Sa leggere* e *Sa scrivere* estão marcados com um si.

Figura 12: O Passaporte de Basílio Zanvetor¹⁸.



Fonte: Arquivo de Waltercio Zanvetor

¹⁸O documento também contém a seguinte informação: *Rilasciato a Basilio em Novembro de 1921, com validade de um ano, e ainda faz menção ao Reino de Itália: “Passaporto. In Nome di Sua Maesttà Vittorio Emanuele III . Per graziadi Dio e vol-lontà de laNazione Re D'Italia”.*

Entre as centenas de milhares de imigrantes, desde o início das políticas públicas e privadas, subsidiadas para povoamento, aumento de mão de obra e substituição do trabalho escravo através da imigração, alguns vieram com profissão definida, outros não, mas todos integrando as necessidades locais e pessoais, pouco conseguiriam se dedicar à educação escolar, tanto pelas condições de trabalho, que não deixavam tempo para a escolarização, quanto pela conhecida falta de acesso à escola pública no País à época (MORTATTI, 2010), bem como pela falta de recursos pessoais para frequentar escolas particulares.

Diegues Junior (1964) aponta que o imigrante trouxe consigo, através da sua formação, uma valoração cultural da escola e da educação. Também o autor apresenta alguns dados de alfabetização entre os imigrantes, que variam conforme a etnia: entre Alemães, 100% dos imigrantes, segundo o censo de 1938, eram alfabetizados. Entre Italianos e Austríacos o nível de alfabetização era em torno de 60% (Ibidem, p. 87).

Segundo o Mapa do Analfabetismo no Brasil, produzido pelo INEP em 2002 (Fig. 13), em 1920, 65% da população brasileira ainda era analfabeta. Certamente os filhos de pedreiros, como Basílio, não tinham ainda acesso à escola formal e as condições de escolarização encontradas aqui contrastam com os dados trazidos por Diegues Junior (Idem) sobre a alfabetização italiana.

Figura 13: Analfabetismo no Brasil 1900/2000.

Ano	População de 15 anos ou mais		
	Total ⁽¹⁾	Analfabeta ⁽¹⁾	Taxa de Analfabetismo
1900	9.728	6.348	65,3
1920	17.564	11.409	65,0
1940	23.648	13.269	56,1
1950	30.188	15.272	50,6
1960	40.233	15.964	39,7
1970	53.633	18.100	33,7
1980	74.600	19.356	25,9
1991	94.891	18.682	19,7
2000	119.533	16.295	13,6

Fonte: IBGE, Censo Demográfico.
Nota: (1) Em milhares

Fonte: Instituto Nacional de Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. /INEP, 2002.

Esses dados não eram ignorados pelo poder público nacional. Em 1920, a questão da escolarização das massas e sua relação com o possível atraso brasileiro preocupavam políticos e intelectuais:

A discussão em torno da educação já vinha sendo feita, nas décadas que antecedem 1920. Contudo, nessa década, a discussão ganha corpo e é realizada principalmente por educadores e intelectuais, antes era entendida como a base para resolver os problemas nacionais, passando a ser considerada como um instrumento capaz de participar do processo de modernização. Desse modo, constata-se que no pensamento político educacional dos anos de 1920, a escolarização viria a ocupar lugar de destaque (SPIGOLON, 2014, p. 81).

Desde o final do Império, no entanto, a educação no Brasil começara a ser alardeada como caminho para alavancar o progresso, mas o fato é que a educação pública demorou muito a ser implementada no País.

No final do império intensificaram-se os debates sobre a questão da instrução pública. A linha geral dos debates apontava na direção da construção de um sistema nacional de ensino. Emergia a tendência a considerar a escola como a chave para a solução dos demais problemas enfrentados pela sociedade, dando origem à ideia da “escola redentora da humanidade”. Nesse clima parecia que, efetivada a abolição da escravatura em 1888 e proclamada a República em 1889, a organização do sistema nacional de ensino seria uma consequência lógica. Mas isso não ocorreu. O novo regime não assumiu a instrução pública como uma questão de responsabilidade do governo central. Assim, serão os Estados que irão enfrentar a questão da difusão da instrução mediante a disseminação das escolas primárias (SAVIANI, 2004, p. 2-3).

A preocupação com a educação tomou corpo com a instauração da República.

Em nosso país, desde o final do século XIX, especialmente com a proclamação da República, a educação ganhou destaque como uma das utopias da modernidade. A escola, por sua vez, consolidou-se como lugar necessariamente institucionalizado para o preparo das novas gerações, com vistas a atender aos ideais do Estado republicano, pautado pela necessidade de instauração de uma nova ordem política e social; e a universalização da escola assumiu importante papel como instrumento de modernização e progresso do Estado-Nação, como principal propulsora do “es-

clarecimento das massas iletradas". No âmbito desses ideais republicanos, saber ler e escrever se tornou instrumento privilegiado de aquisição de saber/esclarecimento e imperativo da modernização e desenvolvimento social (MORTATTI, 2006, p. 2).

Os ideais republicanos que inspiravam a constituição da nação e uma reforma através da educação e da instrução do povo, tinham, no entanto, limites bem claros no processo de efetivação e figuravam como bandeiras no discurso hegemônico que não condiziam com a prática. A prática seguia outras temporalidades e intencionalidades.

Os liberais de então, engajados num projeto antioligárquico de fortalecimento da nacionalidade e modernização da sociedade brasileira, estavam marcados pela proposta autoritária de higienização e regeneração física, moral e social da população brasileira, por meio da qual poderia ser alcançada a disciplina social necessária ao mundo moderno em construção. Para eles, a escola seria o elemento chave desse processo (CAVALIERE, 2003, p. 32).

A preocupação com a necessidade de educar a população com vistas ao "progresso da nação" não se concretizava, porém, em políticas públicas. Segundo Paulo Ghiraldelli (1987) vem dizer que após 20 anos de República

Em todos os Estados da Federação a situação do ensino básico era de insuficiência [...] não era animadora nas regiões mais ricas. São Paulo, por exemplo, não conseguia atender $\frac{1}{3}$ dos habitantes em idade escolar em seus estabelecimentos de ensino (Ibidem, p.25-26).

Na pesquisa de Carlos Machado (2009) levanta-se, na São Paulo de 1920, a existência de apenas um ginásio público mantido pelo governo, contra 40 escolas privadas. A classe trabalhadora paulistana vivia pobremente e não é preciso muito exercício intelectual para compreender que esses ginásios particulares não eram de fácil acesso à população trabalhadora.

Saviani (2004) periodiza a História da Instrução Pública brasileira de maneira que pode auxiliar na compreensão do panorama geral e, conseqüentemente, do recorte de época e sujeitos estudados

A primeira etapa compreende três períodos: o primeiro (1549-1759) é dominado pela pedagogia jesuítica; o segundo (1759-1827) é representado pelas "Aulas Régias" instituídas pela reforma pombalina; e o terceiro período (1827-1890) consistiu nas

primeiras tentativas, descontínuas e intermitentes, de se organizar a educação como responsabilidade do poder público representado pelo governo imperial e pelos governos das províncias. A segunda etapa se inicia em 1890, com a implantação dos grupos escolares, e corresponde à história da escola pública propriamente dita. Nela podemos distinguir os seguintes períodos: 1º) criação das escolas primárias nos estados impulsionada pelo ideário do iluminismo republicano (1890-1931); 2º) regulamentação, em âmbito nacional, das escolas superiores, secundárias e primárias, incorporando crescentemente o ideário pedagógico renovador (1931-1961); 3º) unificação da regulamentação da educação nacional abrangendo as redes pública nas suas três instâncias, municipal, estadual e federal, e privada que, direta ou indiretamente, foram sendo moldadas segundo uma concepção produtivista de escola (1961-2001) (Ibidem, p.2).

Foi o Estado de São Paulo, onde figuram nossos sujeitos, que primeiro propôs um projeto de educação que visasse atingir as famílias da classe operária. Em 1920, o então diretor-geral da Instrução Pública, Sampaio Dória, elabora a reforma do ensino paulista, que se efetivaria com a lei nº 1.750, que encurta o tempo de escolarização na ânsia de atingir e alfabetizar mais crianças.

A reforma de 1920, apresentava-se de forma muito mais ousada, pois já não bastava dar instrução completa para alguns, urgia alfabetizar todos. Tratava-se então de regenerar a república, nacionalizar o país, e para isso, a escola poderia ser mais simples e rápida - dois anos eram suficientes para o ensino primário. Sim, por que Sampaio Dória entendia a alfabetização do povo como "questão nacional" por excelência" do que decorreria a formação do caráter nacional, a integração dos migrantes e a subordinação à ordem e ao trabalho (MACHADO, 2009, p. 54).

Para Ana Maria Cavaliere (2003), a necessidade de ampliação do alcance da escola no Estado, tinha imbricações políticas e de controle social.

Associando-se o grande afluxo de imigrantes europeus verificado na época a este crescente movimento social, pode-se ter a medida da preocupação das elites com a questão do controle social e da afirmação da nacionalidade brasileira. O estrangeiro, além de todas as ameaças que trazia, pelo simples fato de ser um "diferente", trazia o "perigo" suplementar das ideologias revolucionárias. Era preciso, portanto, abasileirar a todos, homogeneizar a nação. É nesse contexto de imposição de mudanças à política

tradicional que, em 1920, Washington Luís, eleito presidente do Estado de São Paulo, escolhe como meta importante de sua gestão o combate ao analfabetismo (Ibidem, p.31).

Em carta para imprensa encontrada no Arquivo Hermínio Cacheta, arquivada na pasta nº 30, um trabalhador denuncia a dificuldade de estudar:

E entre o povo, nós, jovens, somos a parte mais sacrificada, porque somos a maioria, somos os que dispõem de maior energia, somos os que mais trabalham e menos ganham. Em nossas famílias, somos o sustentáculo; de nós depende a vida e o futuro de nossos pais, irmãos menores e irmãs. Sacrificamos diariamente, nas cidades e nos campos, os melhores momentos de nossa vida, em troca de salários miseráveis. Não podemos estudar por que as taxas de escola e o custo dos livros aumentam cada vez mais; não estamos em condição de nos vestirmos decentemente, de frequentarmos um clube de esportes, de mantermos o vigor físico que é o que faz a alegria e a beleza da mocidade¹⁹.

A preocupação com a infância, aleitamento e educação das crianças, filhos dos trabalhadores e suas condições precárias, também é mote mobilizador de Mário de Andrade na ideação de seus Parques Infantis. O projeto de Mário de Andrade não foi visto com bons olhos pelo jornal *O Sindicalista*, órgão do Sindicato dos Ferroviários da Estrada de Ferro Sorocabana²⁰, entidade muito atuante, com forte histórico de lutas trabalhistas.

Chega a ser um absurdo o fato de querer o Estado que as crianças cresçam fortes, sem, contudo, proporcionar aos pais os recursos necessários à normal formação fisiológica do menino. As cri-

¹⁹ Carta de XXXX, de XXXX, para o Jornal *A Classe Operária*, data provável 1927.

²⁰ O Sindicato dos Ferroviários da Sorocabana teve forte influência do PCB, com trabalhadores militantes até 1937, o ano da repressão em que o partido perde membros em vários campos e células para as prisões do Estado. No livro "Um imigrante e a revolução", Eduardo Dias conta como foi mandado, pelo partido, ao interior do Estado para acompanhar, trabalhar, fortalecer e apoiar a luta dos ferroviários. Dias se impressiona com as condições de vida desses homens e suas famílias e, também, com a capacidade de mobilização. É importante lembrar aqui, que as ferrovias tinham importância crucial na economia do país e que, ao longo dos anos, apesar de serem uma saída de escoamento mais barata e sustentável, foram desmontadas paulatinamente e substituídas pelo escoamento por estradas e caminhões. Os caminhoneiros, num formato de trabalho pautado na lógica de serviços, parecem dar menos trabalho ao Estado, pois têm maior dificuldade de mobilização/organização.

anças pobres precisam é de boa alimentação...de nada valerá a vida ao ar livre, com exercícios musicados, sem alimentação [...] (O Sindicalista, 1933, apud DECCA, 1987, p. 115).

Sobre os Parques Infantis, Gobbi (2002, p. 150) fala que, "avançadas para a época, eram propostas que iam no sentido contrário ao da disciplina e da normalização escolar". Eram propostas de educação infantil através da música, com respeito ao movimento do corpo, feitas prioritariamente ao ar livre e sem compartimentação escolar, e por isso, bastante avançadas. Porém, não era apenas na concepção de Ensino de Arte e na valorização e importância da Arte que se dava o avanço da proposta de Andrade – já se sabia a algum tempo que a Arte era importante: os filhos da elite brasileira sempre tiveram tempo e dinheiro para se dedicar ao lazer, aos passeios externos, às leituras, a arte, a música e a pintura. O que torna a proposta de Mário de Andrade revolucionária é que essa era a proposta para a classe trabalhadora. Os parques infantis eram públicos e deveriam atender prioritariamente os filhos dos operários.

Mário de Andrade lutou contra o caráter elitista da Arte no Brasil – além do trabalho de registro da música popular, quando ainda se considerava música de valor apenas aquela feita com instrumentos clássicos – e também se arriscou nas políticas públicas. Tinha especial apreço pelas políticas de cultura, propôs a criação de museus populares e defendia a "desaristocratização" da obra-prima.

Os artistas do movimento modernista, do qual Mário de Andrade fez parte, tinham consciência do caráter elitista do próprio movimento. Numa tentativa de ir além disso, colaboraram com o pensamento de esquerda através de revistas, publicações e da própria produção em arte. É conhecida a viagem de Tarsila do Amaral à URSS, e há boatos de que a artista teria vendido pinturas para apoiar o partido revolucionário. Na análise crítica de suas obras, o período de 1930 a 1940 é conhecido como *fase social*.

A fase social de Tarsila não é individual, ela coincide com a de muitos outros intelectuais brasileiros que, atentos às condições políticas mundiais, se engajam na luta contra o fascismo.

Os modernistas Oswald de Andrade e Patrícia Galvão (Pagu) entraram para o partido (PCB), e publicações editadas entre 1931 e 1934, tais como a revista mensal Boletim de Ariel (destinada à divulgação e discussão de livros, na qual se travaram debates sobre o socialismo soviético e a literatura proletária) e a revista de literatura, arte, economia e ciência Espírito Novo contavam com

a colaboração de nomes vinculados ou próximos ao partido, como Jorge Amado, Alberto Passos Guimarães, Aderbal Jurema, Cândido Portinari, Aníbal Machado, Raquel de Queiroz, Caio Prado Júnior, Carlos Lacerda, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral e o já citado Oswald de Andrade, dentre outros (COSTA, 2011, p. 1).

A arte engajada de Tarsila, Andrade e Oswald, eles próprios filhos da elite, tem um valor especial na divulgação e reflexão sobre o assunto na época. Andrade procurava atingir "o patamar de negação e superação da consciência burguesa" e "se constituir no 'anti' da consciência conservadora", valorizando a cultura popular mesmo sendo um artista oriundo da elite paulistana (MAZZA, 2004, p. 28).

Embora Mário de Andrade tenha feito inúmeros esforços para participar, ele próprio, da construção de uma contra hegemonia, a crítica do trabalhador feita no jornal sindical aos parques infantis é justa. As mudanças no campo da cultura, no campo da educação são importantes, no entanto, não se pode perder de vista, porque são urgentes as mudanças nas condições de trabalho e de vida. No mundo do trabalho, onde ocorre a exploração do homem pelo homem, a fome e a saúde não podem esperar.

Nos arquivos consultados ao longo da presente pesquisa, a luta por melhores condições de trabalho e de vida vai caminhando ombro a ombro com a luta pela educação de homens e mulheres da classe trabalhadora, bem como a valorização da cultura, da arte, da música. Assim, ao encontrarem resistência para a continuidade da cultura escolar a que estavam habituados ou que aprenderam a vislumbrar nos seus países de origem, outros modos de educação se tornam meios e caminhos. Para as crianças as escolas étnicas e as escolas anarquistas, para os trabalhadores as associações de auxílio mútuo, os círculos de cultura e os partidos.

1.5 Escolas de imigrantes: valorização da educação.

Vários foram os meios pelos quais os trabalhadores contornaram a lacuna deixada pelo poder público brasileiro com relação à educação: no campo escolas étnicas, nas cidades as escolas mútuas, as associações anarquistas e os clubes de cultura nos bairros. Como nos diz Diegues Júnior (1964, p. 79):

Formado o núcleo colonial, logo cuidava o alemão ou o italiano - isto logo nos primeiros tempos de sua chegada, fosse aquele em 1824, ou este em 1875 - de fundar e manter suas escolas. É certo que, muitas vezes, o Governo Imperial ou provincial promovia a criação de escolas nesses núcleos; com elas seria ministrado o ensino da língua nacional e preparado o imigrante para contato com o novo ambiente. Contudo estas escolas eram, na maioria das vezes, inoperantes pela insuficiência de meios técnicos de que dispunham e também pela escolha de professores não devidamente habilitados para o mister que lhes era entregue.

As escolas étnicas dos núcleos imigrantes, mais bem organizadas, acabaram por competir com as poucas escolas oficiais, em que tudo faltava:

Decorre daí o fato que, em documento de 1879, no Rio Grande do Sul, o diretor da Instrução Pública registrava; depois de visitar as escolas existentes nos núcleos alemães, assinalava aquela autoridade a excelente organização que apresentavam os estabelecimentos mantidos pelos imigrantes, em contraste com o que se verificava nas escolas mantidas pelo Governo. Naquelas havia quadros negros, bancos, mapas, livros adequados; ensinava-se no idioma oficial dos imigrados; a frequência era alta. Nas escolas nacionais faltava tudo e a frequência era fraca. (DIEGUES JUNIOR, 1964, p. 79)

As chamadas Escolas Modernas, fundadas pelos anarquistas, proliferaram no Brasil no início do Século XX e foram experiências que duraram, segundo Saviani (1990), até o início da década de 1920. Segundo Calsavara (2002, p. 5), "no curto período de sua existência, essas escolas foram duramente perseguidas, tanto pelo Estado quanto pela Igreja por seu caráter subversivo e claramente anticlerical". Para Saviani (1990, p. 8), as escolas anarquistas

[...] se inspiravam predominantemente nas concepções pedagógicas de Francisco Ferrer [...] essa concepção pedagógica se caracteriza pelo chamado ensino racionalista, portanto um ensino que visava se introduzir na concepção científica combatendo em consequência a influência religiosa na educação.

Tanto nas escolas étnicas quanto nas anarquistas os professores e as crianças viviam experiências perigosas para a visão dominante: em uma, a de uma escola autogestionada e racionalista, em outra, o fato de que se cultivava a língua de origem, ou seja, havia a possibilidade

de uma fragmentação da união nacional pela pulverização dos idiomas falados (especificamente o alemão no Sul e o italiano no Sudeste).

A questão do ensino em língua pátria está imbricada também com o medo da não nacionalização do imigrante, o que se tornou um problema a ser resolvido para o Estado. Em 1934, muitas das escolas feitas pelos e para os imigrantes foram fechadas a fim de serem substituídas por escolas nacionais. A partir de 1938, as medidas de nacionalização nas escolas se tornaram, inclusive, repressivas "com a prisão de professores, vistoria de material escolar das crianças no caminho da escola, na destruição de obras e documentos históricos e culturalmente valiosos" (KREUTZ, 2010, p. 78).

O projeto nacionalista foi aplicado ao ensino com medidas que passavam pela valorização da língua portuguesa nas escolas, pela inclusão obrigatória do aprendizado de história e geografia do Brasil, pela proibição do uso de línguas estrangeiras e pelo veto à participação de estrangeiros em cargos como os de direção. Os recursos financeiros para as escolas públicas, no entanto, não foram suficientes e as escolas fechadas não foram substituídas com a mesma qualidade.

As escolas são insuficientes. Algumas baixaram muito o nível de ensino. A razão é simples. Citemos um caso como exemplo. Havia em Blumenau uma escola particular alemã, instalada em magnífico prédio, dotada de todos os recursos exigidos pela técnica moderna. O seu diretor recebia mensalmente 1.000\$000, e a escola tinha uma subvenção anual de 48 contos. Foi fechada em cumprimento à lei. Foi dirigida por uma professora que recebe cerca de 300\$000 mensais. Todo o material escolar foi apreendido, e não substituído pela falta de verba. Trinta e seis escolas ficaram nas mesmas condições, entregues ao município de Blumenau. Ainda no mês passado, quando lá estive, o Prefeito procurava 36 contos a fim de dotá-las de material escolar para substituir o que fora apreendido há mais de um ano (REVISTA de Imigração e Colonização, apud DIEGUES JUNIOR, 1964, p.79).

O Estado brasileiro demonstrava assim uma tendência autoritária e centralizadora ao tolher as experiências das escolas comunitárias dos grupos migrantes, acusando-as de não servir à formação de uma identidade nacional. Entretanto, é importante pontuar que foram as iniciativas de educação e escolarização dos coletivos migrantes que impulsionaram o Estado brasileiro no sentido de planejar, implantar e acompanhar uma rede de escolas públicas.

Embora a dificuldade de alcançar a diplomação escolar tenha se tornado um fato na vida desses migrantes, as experiências de escrita e leitura persistiam. Os livros, boletins, jornais, cartas, os debates nas reuniões de células do partido, se configuraram em espaços de educação, embora não reconhecidos pelo Estado e mesmo negados em seu direito, já que os tempos de ilegalidade do partido são, na verdade, maiores que os tempos de legalidade.

Paul Willis (1991), ao refletir sobre a escola para a classe trabalhadora, dirá que nem sempre ela é uma opção, e deixar de frequentá-la pode não ser um problema.

O abraçar o trabalho manual não é uma experiência de absoluta incoerência, na qual os indivíduos deixam de ter uma visão lúcida por causa de influências culturais perversas, assim como não é uma experiência de atávica inocência, profundamente marcada por ideologias pré-estabelecidas. Ela tem a natureza profana de si própria: ela não se apresenta nem sem significado, nem com o significado dos outros (Ibidem, p. 210).

Como vimos, Basílio, após sua chegada, não viria mais a frequentar o ensino formal, pois se dedicaria ao trabalho, mas dentro deste se dedicaria à militância e, dentro dela, ao estudo.

A educação escolar formal, no entanto, embora de difícil acesso, não foi desvalorizada. Mesmo que não pudessem frequentar as escolas, os imigrantes fizeram questão de oferecer esse tipo de educação para seus filhos. No campo e na cidade, a falta de escola, as difíceis condições de trabalho, a exploração do trabalho infantil, as precárias condições de vida obstaculizavam e adiavam a presença da classe trabalhadora nos bancos escolares. Ainda assim, foi na Zona Leste da cidade de São Paulo, mais precisamente no Belenzinho, em 1912, que se instaurou a Escola Moderna No 1, primeira escola brasileira inspirada nos ideais anarquistas²¹ fundada pelo anarquista João Penteadó.

²¹ Sobre isso acessar MORAES et all. **O ensino libertário e a relação entre trabalho e educação:** algumas reflexões. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ep/v38n4/aop638.pdf>>.

Figura 14: A Primeira Escola Moderna do Brasil no Bairro Belenzinho, Zona Leste de São Paulo.



Fonte: Laboratório de Pesquisas e Práticas de Ensino LPPE/UERJ

É constante nos jornais operários a pressão dos trabalhadores por escolas. Nas fontes consultadas, que veremos a seguir, podem-se ver notícias que vinham desde explicitar o problema da falta de instrução das crianças e da necessidade de regularização do trabalho infantil, para que elas pudessem se dedicar ao estudo, até a divulgação de cursos noturnos para trabalhadores e associações de ensino mútuo. Há ainda a reflexão sobre a alfabetização, estudo e formação socialista dentro das prisões, entre os presos políticos que assim, no dizer dos jornais, resistiam.

Pensar a educação na sociabilidade do partido "não é uma rejeição da cultura letrada em favor da experiência", mas sim "uma [...] dialética necessária entre a educação escolar e a educação no/do partido" (THOMPSON, 2002, p.41). Assim, entendemos aqui que ao longo da luta desses trabalhadores ocorreu um processo educativo que podemos chamar de significativo. Como vemos em Mazza (1989, p. 32), "em tais situações, o aprendizado não tem estreita relação com os bancos da escola formal e as diversas lições apreendidas sugerem uma es-

cola da vida que vai inscrevendo, no corpo, algumas relações (práticas sociais) de conhecimento”.

II

O PARTIDO, ESPAÇO DE SOCIABILIDADE, RESISTÊNCIA, EDUCAÇÃO E ARTE

Mas a educação, essa que acontece dentro do movimento popular, a isso eles denominam experiência.

Paulo Freire (1995, p.13)

Neste capítulo, busco compreender a educação dos trabalhadores da época em análise, inseridos na luta e militância políticas, como algo que transcende os bancos escolares, buscando demonstrar, através das fontes documentais, que os militantes participaram sim de processos educativos em seu sentido amplo, propiciados pelo envolvimento social, político e comunitário, sem necessariamente terem frequentado as escolas do governo. Uma educação vinculada à cultura, entendida como prática social que constrói formas de pensar, agir, sentir e se relacionar com os agrupamentos sociais.

A educação escolar para os comunistas era amplamente valorizada. Segundo Ghiraldelli (1987, p. 96), “há registros da existência de ‘Escolas Operárias’ em quase todos os Estados brasileiros”. Entretanto, não é para elas que esta pesquisa se debruça, já que embora valorizadas, os trabalhadores adultos a elas não tinham acesso e por isso buscavam outros tempos e espaços de educação.

Este trabalho volta os olhos para *o que*, na falta da escola, os educou: o mundo da militância e do trabalho, em especial para as atividades educativas realizadas no PCB²², identificadas a partir das fontes documentais e bibliográficas que me foi possível acessar. O partido político à época era pensado como um espaço de formação que propiciava aos trabalhadores urbanos e rurais uma consciência sobre as possibilidades de construção de outras ordens sociais. Levados pelas condições concretas em que viviam, esses trabalhadores se aglutinaram em torno de lutas de resistência contra a exploração do trabalho e aí imergiam num processo de aprendizado.

²² Sempre lembrando que se trata do Partido histórico, o Partido Comunista, cuja sigla era PCB, mas que se chamava Partido Comunista do Brasil, hoje chamado de Partido Comunista Brasileiro.

Para compreender a importância que o espaço de luta política (e educativa) tomou na vida dessas mulheres e homens do trabalho, é imprescindível compreender as condições de vida em que se encontravam. O mundo do trabalho no Brasil da época era marcado pela exploração, fato que também fazia da organização política em torno do partido, associações ou sindicatos, uma necessidade vital.

No item *Condições da classe trabalhadora* deste capítulo, procuro entrar nesse mundo, que se inicia na década de 1920, com a urbanização crescente e antes da consolidação das leis trabalhistas, e vai até a década de 1950, quando enfim são tornados direitos algumas das reivindicações feitas pelos trabalhadores desde o início da urbanização.

Após compreender a precariedade da vida que se apresentava e, portanto, a necessidade premente de resistência, procuro, no item *Lutas de resistência no Brasil* deste capítulo, inserir essa luta num amplo e maior cenário, que é o da exploração de grupos sociais desde o início da colonização no Brasil, a começar pelos indígenas nativos, passando pelos negros escravizados e atingindo os trabalhadores rurais e urbanos. Faço isso mapeando algumas das lutas de resistência que ocorreram desde o início da colonização portuguesa no país, que não foram poucas.

Através dessas lutas, é possível compreender que a lógica da exploração se dava em todo o território nacional, mesmo antes da urbanização e da industrialização: nas aldeias, no campo, no sertão, entre os trabalhadores rurais. Para além do mundo do trabalho, as resistências culturais são importantes indícios de que a exploração transbordava para a área do campo e da cultura. Após compreender os movimentos de resistência que se faziam presentes ao longo do território nacional, me debruço especificamente sobre o PCB enquanto espaço de resistência: o que foi e como era essa organização política na época.

2.1 Condições da Classe Trabalhadora em São Paulo nas décadas de 1920 até fins de 1950.

*Estou tão cansada
De ouvir todo dia
A mesma toada
O apito da fábrica a me chamar
Levanta da cama e vem trabalhar
Mas que viver desesperado
Sete e Meia da Manhã,
Samba de Pedro Caetano e Claudionor Cruz, 1945*

O mapa da cidade de São Paulo de 1920 (Fig. 13) ainda possui o desenho dos rios e córregos em torno dos quais foram construídos os bairros operários. Muitos desses córregos e rios hoje em dia estão encanados, encobertos ou mesmo aterrados. Os rios maiores que receberam urbanização em torno de suas margens marcam a cidade até hoje em épocas de chuva, retomando com as águas o espaço que era originariamente do rio, portanto, impróprio para construção e fixação de bairros.

Além das denúncias nos jornais populares, uma das fontes de material de pesquisa que permitiu a reconstrução das condições de vida na época, por Decca (1987), foi o Primeiro Congresso de Habitação realizado pelo Instituto de Engenharia de São Paulo.

Usando comumente expressões como "espeluncas", "cortiços sórdidos", "casebres insalubres" para referir-se às casas dos operários, os engenheiros congressistas propunham soluções técnicas para o problema. Tanto do ponto de vista técnico-administrativo, quanto do ponto de vista "humano" (Ibidem, p. 28).

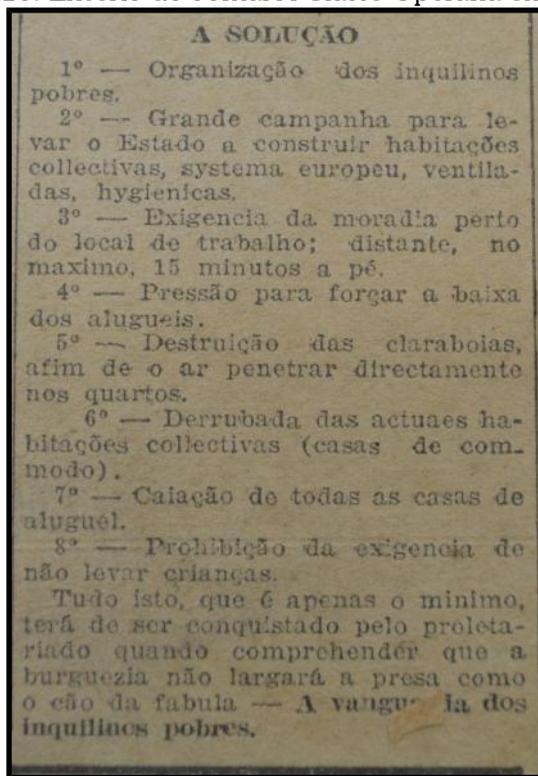
Os gastos com os alugueis dessas habitações não apropriadas consumiam grande parte dos salários e correspondiam a mais de 25% dos ganhos. A maior parte dos operários locava a preços altos casas de poucos cômodos onde vivia toda a família. Muitas vezes, as famílias dividiam entre si pequenas casas em torno das fábricas. Havia, por necessidade, o hábito de sublocar habitações como porões e quartos sem cozinha ou banheiro. Assim, muitas eram as famílias que "viviam em habitações coletivas, vilas, cortiços e porões" (Ibidem, p. 28), locais impróprios para habitação, do ponto de vista sanitário.

[...] a maioria dos trabalhadores industriais e urbanos na cidade de São Paulo morava mal, alimentava-se deficientemente e se vestia precariamente até meados da década de 30. Mesmo os operários mais qualificados e especializados enfrentavam duras condições de vida (Ibidem, p. 26).

As casas pequenas e sem quintais, não permitiam cultivo de hortas ou criar animais para a alimentação, e embora muitos soubessem cultivar, a falta de espaço e tempo para isso, além do ideário urbano que apontava o rural como atrasado, caipira, superado e prometia outro estilo de vida, constitui-se como uma ruptura com as práticas rurais, o que engendrou ainda mais esses trabalhadores na lógica de exploração do trabalho assalariado. Entretanto, uma das fontes pesquisadas, o jornal A Classe Operária de 1925, aponta indícios de que essa

exploração não era vivida com apatia, ao contrário, as mobilizações de todo o tipo iam permeando os contextos. Na figura 14, é possível compreender a consciência e a denúncia das condições precárias de habitação, assim como soluções propostas e a assinatura do que hoje poderíamos chamar de um coletivo, nomeado *A Vanguarda dos Inquilinos Pobres*. As fontes documentais de época produzidas pelos (as) trabalhadores (as) que circulavam em torno das atividades do PCB aferem uma leitura crítica sobre as condições concretas de existência.

Figura16: Excerto do Jornal A Classe Operária em 1925.



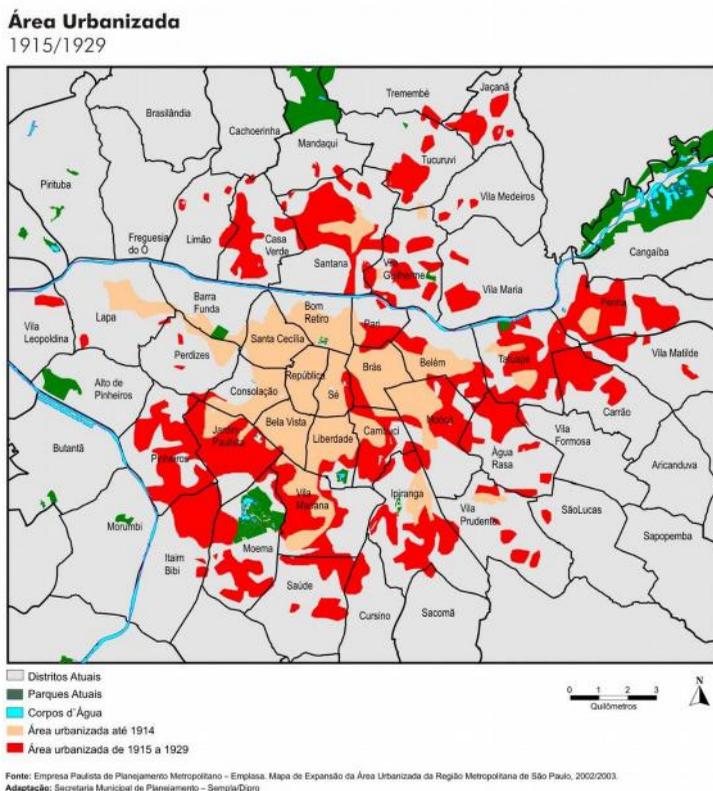
Fonte: AEL/Unicamp. Fundo Hermínio Sacchetta.

Eram mesmo tempos difíceis e a luta contra os donos das fábricas era permanente. Como descreve Peixoto (1990, p. 4), os meados de 1920 são "tempo de crise. O Capitalismo é reacionário e individualista, move-o a ganância e nenhuma preocupação com a classe trabalhadora". Mas como já mostrado, o enfrentamento não era calado: "Abundantes nesse momento, não apenas na imprensa operária, mas

também na chamada grande imprensa, são as referências à carestia de vida, à crise de moradia, às más condições de vida e trabalho da população obreira” (Ibidem, p. 41).

Fora da indústria, a mão de obra imigrante também encontrava trabalho na construção das fábricas, chaminés e casas, trabalho que empregava uma parte significativa de pessoas. Aos poucos, como aponta Rolnik (2003), a cidade foi se expandindo, com a compra de terrenos afastados e a construção de casas de moradia por esses imigrantes. A Figura 15 mostra a área urbanizada em São Paulo em 1914 e sua expansão até 1929 (em vermelho). Esse mapa mostra também como a urbanização impulsionou o crescimento de São Paulo.

Figura 17: Urbanização em São Paulo de 1915 a 1929.



Fonte: Histórico Demográfico do Município de São Paulo/ Prefeitura de São Paulo.

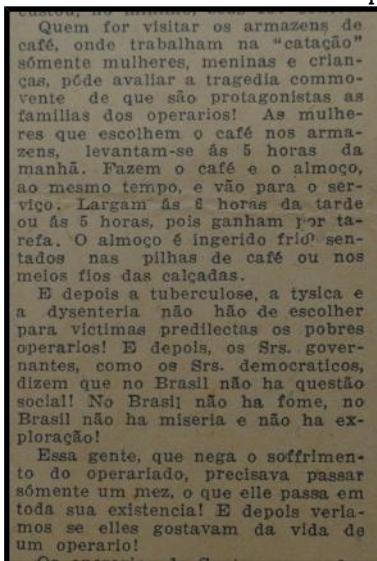
As condições de trabalho moldavam a vida dos habitantes das zonas populares: com o salário fortemente comprometido com a moradia, a alimentação era escassa e o vestuário insuficiente, gerando altos índices de desnutrição e de doenças infecciosas. Em um artigo de 1925 do jornal *A Classe Operária* (Fig. 16), é apresentada, pela voz dos operários, uma das facetas dessa realidade.

Quem for visitar os armazéns de café, onde trabalham na catação somente mulheres, meninas e crianças, pode avaliar a tragédia *comovente* de que são protagonistas as famílias dos operários! As mulheres que escolhem o café nos armazéns, levantam-se às 5 horas da manhã. Fazem o café e o almoço ao mesmo tempo, e vão para o serviço. Largam às 6 horas da tarde ou às 5 horas, pois ganham por tarefa. O almoço é ingerido frio sentados nas pilhas de café ou nos meios fios das calçadas.

E depois a tuberculose, a *tysicae* a *dysenteria* não hão de escolher para *victimias predilectas* os pobres operários! E depois, os Srs. governantes, como os Srs. democráticos, dizem que no Brasil não há questão social! No Brasil não há fome, no Brasil não há miséria, não há exploração!

Essa gente, que nega o *soffrimento* do operariado, precisava passar *somente* um *mez*, o que *ele* passa em toda a sua existência! E depois *veríamos* se *eles* gostavam da vida de um operário!

Figura 18: Denúncia do Jornal *A Classe Operária*, 1925.



Fonte: AEL/Unicamp. Fundo Hermínio Sacchetta.

O índice de mortalidade era alto entre todos, e mais especialmente entre as crianças e mulheres jovens. Os trabalhadores não tinham direito a nenhum tipo de indenização por acidente de trabalho, descanso remunerado, aposentadoria, equipamentos de segurança, entre outros direitos depois conquistados. A tuberculose era sombra constante a perseguir as famílias, e os ambientes de trabalho eram escuros, abafados, sujos e insalubres. Assim, as famílias iam sendo ceifadas aos poucos pela doença e pela miséria.

Com os salários insuficientes para a habitação saudável e boa alimentação, o operariado estava obviamente mais sujeito a doenças de fundo " eminentemente social " como a tuberculose, por exemplo. Além disso, as condições de trabalho, de forma geral, permaneceram quase inalteradas até meados da década de 30, a despeito da legislação existente, inúmeras vezes burlada e em alguns casos sistematicamente desrespeitadas, com a conivência, omissão ou insuficiência dos serviços públicos (DECCA, 1987, p.39).

No AEL, o *Fundo Hermínio Sacheta* contém uma pasta, identificada pelo número 34, que guarda diversos materiais para a imprensa da época, como cartas e outros documentos, que servem de testemunho para as condições de trabalho ora discutidas. A seguir, alguns excertos de cartas encontradas na pasta:

Trabalhamos pra burro, em lugares impróprios onde respiramos ar envenenado por emanções ou poeira de materiais de trabalho, ou pela falta de ventilação, pelo que a tuberculose colhe uma multidão de nós, alimentamo-nos mal, porque ganhamos pouco e os preços sobem, e, por tudo isso, ao chegar o fim do dia, desejamos com veemência chegar em casa para deitar e dormir²³.

Tudo sujo, não há privadas, não há ar. Uma coisa revoltante! Nós queremos ganhar mais! Carregamos grandes pesos, estragando nossa saúde²⁴.

Aqui, na fábrica de guarda-chuvas de RICCO & Cia., à rua Rodrigues dos Santos, enche-nos de revolta a exploração de menores, que constituem a maioria dentre nós, empregados da fábrica. Trata-se de menores de 12 a 14 anos ganhando, apenas, 3\$000

²³ Carta assinada apenas com "da Rua Borges Figueiredo", São Paulo, para o Jornal A Classe Operária. Sem data.

²⁴ Carta de Therezinha, trabalhadora da Fabricao de parafusos Santa Rosa, para o Jornal A Classe Operária. Sem data.

a 4\$000 por dia. Trabalham em serviços pesados e que exigem muita atenção e competência, pois o trabalho é em máquinas perigosas como prensas e estampadeiras. O número de acidentes verificados é enorme. Muitas meninas já lá perderam os dedos ou ficaram com as mãos inutilizadas. A indenização pelo acidente, calculada (quando paga) de acordo com a idade e o salário, é insignificante. Mas os Srs. Ricco & Cia prosperam, sobretudo porque só tem que pagar "qualquer coisa" a crianças sem defesa²⁵.

Os operários que aqui trabalham, na maior parte arrebanhados nos subúrbios da Capital, moços, inexperientes, isolados, são vergonhosamente explorados. Os vapores dos ácidos, quando não nos liquidam logo, minam a nossa saúde com relativa rapidez. Os patrões não fornecem máscaras contra os vapores, nem tomam qualquer outra medida para a proteção higiênica de trabalho na fábrica. São comuns os casos de tuberculose. Os salários- seria preciso dizer? - São de fome²⁶.

As jornadas de trabalho em geral variavam entre oito e quinze horas por dia. Para mais de um terço da população as jornadas eram bem mais longas que às oito horas instituídas pela Constituição de 1934, e que só foram regulamentadas em 1940, com o Decreto Lei nº 6596²⁷. As relações de trabalho na indústria paulistana eram extremamente desiguais, cabendo à parcela proletária, uma vida extremamente miserável e com poucas perspectivas de melhoras.

Num primeiro momento, antes das greves gerais de 1917/1918/1919, o empresariado brasileiro se coloca absolutamente contra a criação de qualquer direito trabalhista. [...] são essas greves que fazem com que o patronato deixe de se opor, por princípio, à intervenção do Estado no que diz respeito à implementação da legislação social no país. Contudo, neste aspecto, a mudança de posição do empresariado impunha-se não no sentido de reconhecer a necessidade de se atentar para a justiça social per se, mas com o objetivo de prevenir e/ou impedir perturbações da ordem pública, bem como, é claro, de seus lucros. (MORAES, 2008, p. 13)

²⁵ Carta assinada com o codnome "Um Jovem Comunista" enviada ao Jornal A Classe Operária. Sem data. Fundo Hermínio Sachetta, AEL/UNICAMP

²⁶ Carta assinada apenas com o codnome "Francisco" para o Jornal A Classe Operária, Sem data.

²⁷ Fonte Tribunal Superior do Trabalho. Disponível em: <<http://www.tst.jus.br/web/70-anos-clt/historia>>. Acesso em: 26 jul.2016.

A situação da mulher trabalhadora era ainda mais extenuante. Devido aos salários mais baixos em relação aos dos homens, precisavam trabalhar mais para obter o mesmo sustento: em 1920, enquanto um trabalhador ganhava em média mil réis por hora, a trabalhadora ganhava em média 700 réis pelo mesmo período (DECCA, 1987). Em uma carta encontrada no AEL, uma trabalhadora denuncia o salário ainda menor do que o apurado pela historiadora Maria Decca.

Entre as mulheres, a que ganha mais ganha \$500 por hora, SENDO QUE OS HOMENS GANHAM 1\$000. E dizem que a lei de trabalho de mulheres manda pagar o mesmo ao homem e a mulher que fazem o mesmo trabalho. Já matam os homens à fome, nessa época de custo de vida pela hora da morte, e ainda nos pagam a metade, no máximo, do que ganham eles!²⁸

Também as crianças eram muito exploradas nessa época. Apesar da proibição do trabalho infantil pelo Código Sanitário de 1894, era muito comum as crianças ajudarem no sustento da casa, seja fazendo pequenos bicos, seja através de empregos em “inúmeros estabelecimentos industriais que [...] burlavam a legislação vigente, o que permite supor que, sempre que possível, mesmo menores de doze anos trabalhavam regularmente.” (Decca, 1987, p. 24-25). Em outra carta do material para a imprensa da época é explicitado que as crianças trabalhavam em jornadas extensas:

Esta fábrica parece um colégio: há aqui a mais miserável exploração de menores. Por um salário miserável, trabalham mais de oito horas num serviço que exige paciência e produz *exgotamento* nervoso. Como os fortes, os ricos tripudiam sobre o operário, o jovem, a criança, a mulher! Onde a nossa alegria de viver? O sr. Alberti passeia, satisfeito, com os filhos em caros colégios, comendo uvas e peras. E nós? Já temos vontade de morrer quando apenas começamos a viver. Luta, camaradas! Levantemos nossas reivindicações! AUMENTO DE SALÁRIOS! Horário menor para os menores! Condições higiênicas de trabalho!²⁹

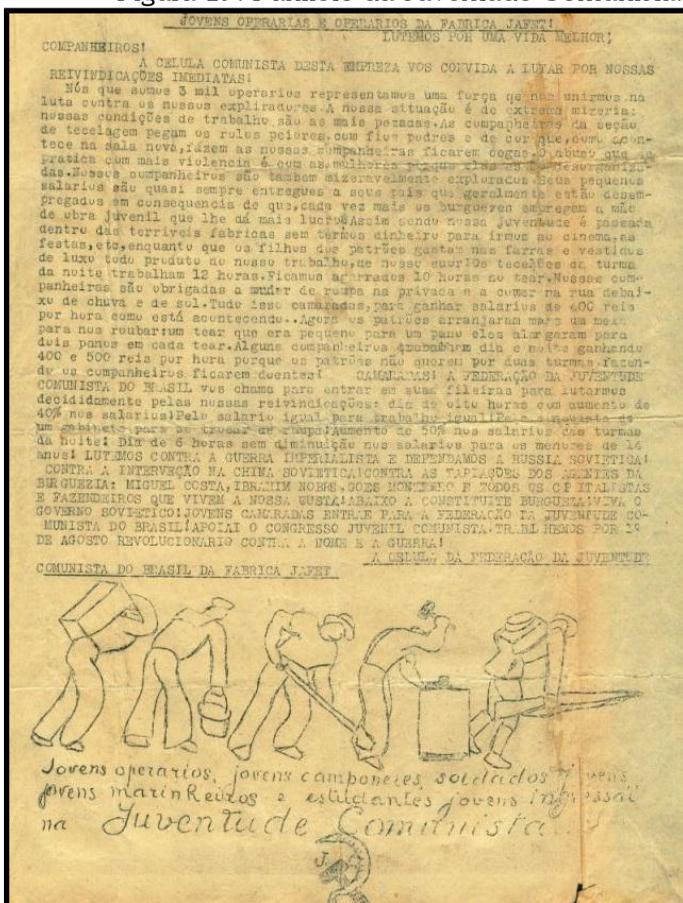
Durante a pesquisa, tive acesso a um Panfleto da Juventude Comunista (Fig. 17), constante do Arquivo da Polícia Politicado Estado de São Paulo (SÃO PAULO, s/ data) e ligado ao nome de Basílio Zanvettor. Esse panfleto apresenta outras denúncias mais graves: os indus-

²⁸Carta de trabalhadora da Fabrica de parafusos Santa Rosa, para o Jornal A Classe Operária, sem data. Essa carta foi publicada no Jornal de Fevereiro de 1924.

²⁹Carta de trabalhador da Fabrica de Botões Alberti, para A Classe Operária, sem data.

trias deixavam de empregar os trabalhadores adultos e preferiam os jovens, pois diminuía assim, o custo de produção ao pagar salários mais baixos. Entre as reivindicações que fecham a carta/panfleto, lê-se o pedido de “Dia de seis horas sem diminuição do salário para os menores de 14 anos!”. Há ainda reclamações sobre a insalubridade do ambiente de trabalho, sobre as muitas horas trabalhadas, sobre o trabalho noturno ininterrupto, e até sobre a natureza específica de algumas funções, que, portanto, necessitariam de maior proteção para evitar acidentes e desgaste físico irreversível.

Figura 19: Panfleto da Juventude Comunista.



Fonte: PROIN/DEOPS/SP³⁰

³⁰Disponível em: <<http://www.usp.br/proin/inventario/detalhe-panfleto.php?idPanfleto=75>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

[Transcrição – Figura 19]

Companheiros! A célula comunista desta empresa vos convida a lutar por nossas reivindicações imediatas! Nós, que somos três mil operários representamos uma força se nos unirmos na luta contra os nossos exploradores. A nossa situação é de extrema miséria: nossas condições de trabalho são as mais pesadas. As companheiras da seção de tecelagem pegam os rolos piores, com fios podres e de cor que, como acontece na sala nove, fazem as nossas companheiras ficarem cegas. O abuso que se pratica com mais violência é com as mulheres porque elas não estão organizadas. Nossos companheiros são, também, *miseravelmente* explorados. Seus pequenos salários são *quase* sempre entregues a seus pais, que geralmente estão desempregados em consequência de que, cada vez mais os burgueses empregam a mão de obra Juvenil que lhe dá mais lucro. Assim, nossa Juventude é passada dentro das terríveis fábricas sem termos dinheiro para irmos ao cinema, as festas, etc., enquanto que os filhos dos patrões gastam nas farras e vestidos de luxo todo produto de nosso trabalho, de nosso suor. Os *tecelões* da turma da noite trabalham 12 horas. Ficamos agarrados 10 horas ao tear. Nossas companheiras são obrigadas a mudar de roupa na privada e a comer na rua debaixo de chuva e de sol. Tudo isso camaradas, para ganhar *salários* de 400 reis por hora como está acontecendo. Agora os patrões arranjaram mais um meio para nos roubar: um tear que era pequeno para um pano eles alargaram para dois panos em cada tear.... Alguns companheiros trabalham dia e noite ganhando 400 e 500 reis por hora porque os patrões não querem por duas turmas, fazendo os companheiros ficarem doentes! Camaradas! A federação da juventude comunista do Brasil vos chama para entrar em suas fileiras para lutarmos decididamente pelas nossas reivindicações: dia de 8 horas com aumento de 40% nos salários. Pelo salário igual para trabalho igual. Pela (ilegível) de um gabinete para trocar de roupa. Aumento de 50% no salário da turma da noite: dia de 6 horas sem diminuição de salário para os menores de 14 anos: lutemos contra a guerra imperialista e defendamos a Rússia Soviética e contra a intervenção na China Soviética: Contra as *tapições* dos agentes da *burguezia*, Miguel Costa, Ibrahim Nobre, Goes Monteiro e todos os capitalistas e fazendeiros que vivem a nossa custa! Abaixo a constituinte *burgueza*: Viva o governo Soviético: jovens camaradas *entrae* para a federação da juventude comunista do Brasil. Apoiar o congresso juvenil comunista. Trabalhemos por 1 de agosto revolucionário

contra a fome e a guerra. A célula da Federação da juventude comunista do Brasil da Fábrica Jafet.

Parênteses para falar do uso da arte no panfleto. Desenhos aparecem duas vezes nele: na representação dos trabalhadores, que é feita com dignidade, embora se limite a ilustrar o trabalho masculino; e mais abaixo um pequeno desenho com o símbolo comunista, a foice e o martelo. Ambos os desenhos feitos à mão, abaixo do texto datilografado, o que mostra como eram importantes os mimeógrafos (antigos instrumentos de reprodução), comumente retidos e indicados como prova de envolvimento na agitação comunista pelo DEOPS.

Outra das reivindicações do panfleto é que as mulheres tenham local para se trocar. Decca (1987) informa que as mulheres se trocavam em banheiros imundos e sobre as privadas, onde às vezes também precisavam amamentar. No Decreto-Lei N.º 5.452, de 1º de maio de 1943 pode-se ler, no artigo 389 que:

Todo empregador será obrigado: a) a prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e locais de trabalho, tais como ventilação e iluminação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente (BRASIL, 1943).

Mas é somente em 1967 que é dada à redação o texto que obriga o empregador a prover locais em que as mulheres se troquem:

Art. 389 - Toda empresa é obrigada: (Redação dada pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

I - a prover os estabelecimentos de medidas concernentes à higienização dos métodos e locais de trabalho, tais como ventilação e iluminação e outros que se fizerem necessários à segurança e ao conforto das mulheres, a critério da autoridade competente; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

II - a instalar bebedouros, lavatórios, aparelhos sanitários; dispor de cadeiras ou bancos, em número suficiente, que permitam às mulheres trabalhar sem grande esgotamento físico; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967)

III - a instalar vestiários com armários individuais privativos das mulheres, exceto os estabelecimentos comerciais, escritórios, bancos e atividades afins, em que não seja exigida a troca de roupa e outros, a critério da autoridade competente em matéria de segurança e higiene do trabalho, admitindo-se como suficientes as gavetas ou escaninhos, onde possam as empregadas guar-

dar seus pertences; (Incluído pelo Decreto-lei nº 229, de 28.2.1967).

Coloco isso aqui na tentativa de realçar a importância da luta que se fez nas décadas anteriores e que, para muitos, ainda é vista como insignificante, ou de menor valor, numa tentativa de apagamento dos sujeitos que ali participavam. Sob esse ponto de vista, o político, representante do Estado e que assina direitos e investe em leis trabalhistas, passa pela história como grande estadista preocupado com o povo, o que não é exatamente verdade. Ignora-se a pressão feita ao longo de anos pela massa “anônima” de trabalhadores para que as leis passassem a vigorar. Lembrando agora do poema de Brecht, *Perguntas de um Operário Letrado*, fica a pergunta: quem construiu as melhorias nas condições de trabalho, verificadas quando comparamos o passado a realidade atual?

*Quem construiu Tebas, a das sete portas?
Nos livros vem o nome dos reis,
Mas foram os reis que transportaram as pedras?
Babilónia, tantas vezes destruída,
Quem outras tantas a reconstruiu?*

Retomando o panfleto e a Lei ora apresentados, percebe-se claramente que o que a Lei determinou em 1967 já vinha sendo reivindicado desde meados de 1930³¹. Essa lei, portanto, que não surge de repente, fora de contexto, ou da bondade de algum “grande estadista”, mas de uma pressão constante dos militantes, das mulheres trabalhadoras, enfim, da classe operária que tinha clareza sobre a precariedade de suas condições de vida e trabalho. Além do panfleto, questões sobre higiene e limpeza do local de trabalho foram temas recorrentes em vários dos artigos de trabalhadores publicados no jornal *A Classe Operária*. Segundo Cano (2012, p. 905),

A capacidade “postergatória” do Estado e das elites era muito grande. A jornada de 8 horas já havia sido “conquistada” na greve de 1907, mas só passaria a ser mais estendida a partir da greve de 1919. A legislação sobre acidentes de trabalho já havia sido sancionada em 1919, mas só em 1926 se efetivava. A lei de férias e o Código de Menores eram sancionados em 1926, mas também continuariam como “letras mortas”.

³¹ As menções, no Panfleto, a Miguel Costa, Ibrahim Nobre, Goes Monteiro e a uma constituinte indicam a época.

Também Salvador Sandoval (1994, p. 17) fala disso quando diz que:

As normas que regem o corpo das relações de trabalho [e que] foram estabelecidas por leis e decretos presidenciais promulgados entre 1930 e 1945 por Getúlio Vargas [tinham a intenção de] criar uma estrutura corporativa para controlar o conflito entre a burguesia e a classe trabalhadora com o objetivo explícito de dotar o Estado das necessárias disposições legais que lhe permitissem controlar o trabalho organizado. Assim, os arquitetos do Estado Novo visavam prevenir, através da interferência antecipada do governo, a possibilidade de maiores conflitos de classes.

Além da intervenção do Estado, a intervenção dos patrões contra as mobilizações e organizações dos trabalhadores foi constante. Esses empregadores tinham consciência da força dessas mobilizações. Numa das edições do *Jornal A Classe Operária* de 27 de junho de 1925 (Fig. 18), um pequeno artigo denuncia a mentalidade escravocrata dos patrões:

Como no tempo da escravatura

Há dias, um dos nossos companheiros foi saber da situação dos operários da fábrica de telhas *Ludolf*. Lá recebeu as maiores queixas contra os patrões. Eis, porém, que uma pessoa de confiança *veiu* procurar-nos para *communicar-nos* que o nosso companheiro não deveria ir mais lá, visto que os donos da fábrica o mandariam prender. Estes *burgueses Allemães* julgam que o Brasil é alguma colônia do kaiser? Prender? Por que? É crime recebermos as queixas de nossos companheiros? Enganai-vos. Os operários não são vossos escravos³².

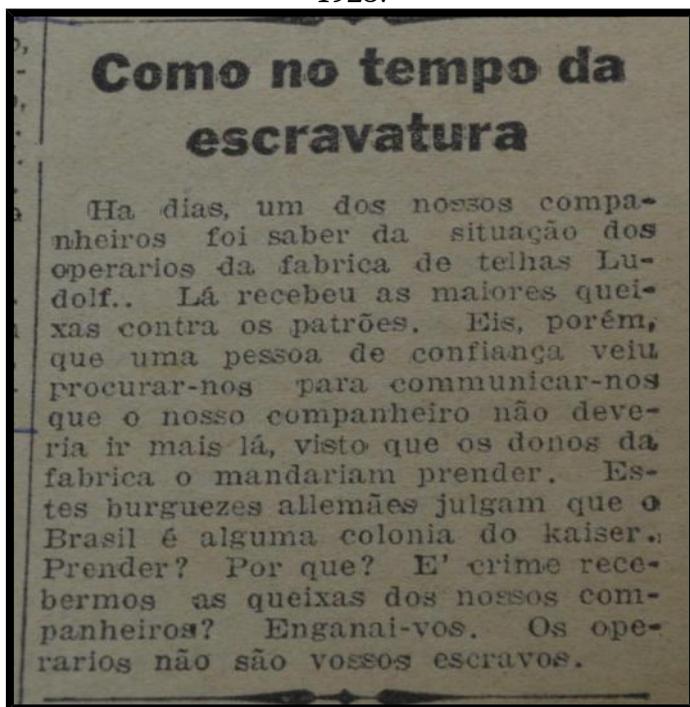
No entanto, e devido à força das mobilizações, bem como pela intervenção do Estado, as vantagens da regulação e legislação trabalhista acabaram sendo compreendidas também pelos empresários.

Nas primeiras décadas do século, a burguesia industrial propunha tratar o protesto operário como um “caso de polícia”, negando-se a fazer concessões, mesmo que insignificantes, inclusive

³² O artigo traz, também, um dado a ser levado em conta quando indica a identidade de imigrante do patrão. Embora eu não tenha seguido, nesta pesquisa, os rastros dos imigrantes que enriqueceram, ou que já vieram para cá com posses e se tornaram aqui exploradores do trabalho assalariado de seus conterrâneos pobres, é fato que eles existiram.

no que se referia a uma legislação trabalhista. Após 1930 - já na "Era de Vargas" - os industriais mudariam de ponto de vista, percebendo que a decretação de uma legislação trabalhista (de caráter autoritário, como a que foi adotada nos anos 30) tinha lá suas vantagens: a possibilidade de um rígido controle sobre as ações da classe operária (DE VITA, 1989, p. 162).

Figura 20: Excerto do Jornal A Classe Operária de 27 de junho de 1925.



Fonte: AEL.

Em *Velhos Militantes* (GOMES, 1988b), Elvira Boni conta que, com a ajuda do pai, pôde alugar e abrir um galpão de costura. Sua experiência como militante no sindicato, porém, não permitia que ela, que ganhava pouco por peça vendida, "pagasse menos ainda" às trabalhadoras a fim de obter lucro e manter a oficina. Entre o compromisso com o sindicato e a oficina, preferiu o sindicato e acabou fechando o galpão de costura. Isso dito para que se compreenda que as grandes fortunas de pessoas com sobrenomes italianos, que se tornaram conhe-

cidas como os "quatrocentões" de São Paulo, não são, como qualquer outro tipo de acumulação de capital, ingênuas, naturais, fruto da sorte ou do mérito, e sim conquistadas no alinhamento do modo de produção capitalista que orientou a organização do trabalho no campo e na cidade (SINGER, 1973). Ou seja, ser imigrante não necessariamente tornava a pessoa ligada aos movimentos de trabalhadores de esquerda, os anseios de alguns de seus conterrâneos se alinhavam a produção capitalista.

O patronato impediu como pôde o avanço das organizações de trabalhadores, a fim de aumentar seus lucros e naturalizar toda exploração. De Vita (1989, p. 157) comenta que as exceções do "comportamento abertamente repressivo" dos patrões eram poucas e "ficavam por conta de um autoritarismo paternalista, como era o caso do industrial Jorge Street". Os Street, donos da tecelagem Cia Nacional de Tecidos da Juta, construíram uma vila para moradia de seus trabalhadores, a Vila Maria Zélia, no Belenzinho. A Vila consistia num conjunto de fábrica, igreja, armazéns, escolas e moradias, e existe até hoje, em precárias condições de conservação. O conjunto foi vendido com o tempo para saldar dívidas, passando a outros industriários até cair nas mãos do governo do Estado.

Em 1936, uma ironia: o conjunto de prédios, pensado por Jorge Street para fugir à norma e dar condições dignas de trabalho e vida aos operários, foi utilizado como presídio pelo Estado Novo para aprisionar trabalhadores e comunistas que lutavam pela garantia de direitos básicos. Foi chamado de *Presídio Maria Zélia*, local onde, em 1937 um grande massacre de presos políticos aconteceu (Karepovs, 2003).

No início do século XX, segundo as fontes documentais até agora apresentadas, a luta dos trabalhadores em São Paulo era por melhores condições de vida. Mas depois das greves gerais de 1917, que pararam São Paulo e cidades vizinhas (como Santos) e demonstraram imensa força organizativa, o Estado passou a intervir para conter e/ou tutelar a luta dos trabalhadores. Aos poucos, entremeando as lutas por melhores condições de trabalho, salário e vida, surgiam, nos jornais operários, artigos denunciando o caráter fascista dos governos e a perseguição aos trabalhadores.

Ao se comparar as notícias dos Jornais *A Classe Operária* de 1928-1929 e de 1942-1945, é visível a mudança do leque de assuntos: nos jornais da década de 1940, aparecem várias denúncias contra o caráter fascista do governo Vargas. Se em 1920, os jornais não tinham descanso em receber e publicar denúncias sobre a exploração do traba-

lho, em 1940 as ações do governo Vargas se sobressaíam e eram atacadas veementemente por cercear e impedir a luta e organização dos trabalhadores. "Fascista", "camaleão", "duas caras" e "furta-cor" são alguns dos adjetivos usados para descrever Getúlio Vargas. Isso sugere que os trabalhadores tinham consciência de que as pressões exercidas por eles através das greves e denúncias passadas foram efetivas e tinham gerado mudanças. Assim, o segundo momento, o de denunciar a perseguição às lutas, o silenciamento dos trabalhadores e o caráter fascista do governo, pode ser visto também como um momento de escolha consciente de luta ativa. Essa consciência é demonstrada por Elvira Boni em seu depoimento para o livro *Velhos Militantes*, (GOMES, 1988b). Quando perguntada sobre o que pensava, olhando para trás, a respeito de todas as lutas empreendidas pelos militantes, ela respondeu:

Acho que chegamos a adiantar bastante, porque se não fossemos nós Getúlio Vargas não teria assinado as leis trabalhistas que assinou, e que mesmo assim, continuam até hoje a ser burladas. Realmente digo que o sacrifício foi grande, mas acho que começaria tudo de novo se fosse possível (GOMES, 1988b, p.57).

A reação do Estado contra as organizações de trabalhadores foi ficando cada vez mais forte, até culminar em 1937 com o Golpe do Estado Novo. Segundo Naiff et al (2008, p.03)

O primeiro governo de Vargas não foi um período de democracia [...]. Desde a ascensão ao poder, em 1930, até o seu término, em 1945, o Brasil viveu, inicialmente, uma situação autoritária de fato, e, a partir da decretação do Estado Novo, em 1937, com a dissolução do Congresso Nacional e a outorga de uma nova Constituição [...] o regime formalizou finalmente a implantação de uma ditadura de fato e de direito.

Se as condições de trabalho melhoraram, não era para todos, mas ao menos para os trabalhadores da indústria, as condições de liberdade de organização política foram pouco a pouco piorando.

Embora o golpe que instituiu o Estado Novo tenha se dado em 1937, os trabalhadores tinham a percepção de cerco às suas liberdades de associação e expressão desde antes de 1922, "ano em que a repressão policial desabou sem contemplação sobre o movimento sindical, e em especial sobre os anarquistas" (Gomes, 1988a, p.12). Carlo Romani (2011, p. 161) pontua a época de 1920 como fundante da futura política do Estado Novo,

A revolução de julho de 1924 em São Paulo foi muito pouco investigada pela historiografia brasileira, principalmente se considerarmos que ela determina o início de um controle social preventivo e sistemático, por parte do governo federal, sobretudo nas esferas da saúde e da segurança pública. [...] essa transformação no Estado Brasileiro, particularmente no que tange à polícia política, durante o governo do presidente Arthur Bernardes (1922-1926). [...] nesse período, foi inaugurado um novo modelo de exercício do poder político [...] precursor do futuro estado de controle social da era Vargas.

Em anotação de Astrojildo Pereira, jornalista e militante anarquista que viria, em 1922, participar da fundação do PCB, disponibilizada no AEL, e com data provável (atribuída pelo arquivo) de 1919, pode-se compreender que a perseguição aos anarquistas e comunistas vem de longa data.

Fui prezo no dia 18, pouco antes de 1/2 dia. Conduzido ao 1 distrito p. um *agente estrangeiro*, guarda-civil (ilegível). 40 min. depois p. a Central. Carrocinha. Protesto. Por volta das 5hs. Um tira traz-me ao *pateo*. Chegaram a seguir, Campos e Dias, Ricardo, Leite, um desconhecido. Fanfarronada *agentes*. Chega um carro Brigada. *Decem* crianças, adultos, uma velhinha, *mizera-veis*. Subimos nós...Roda o carro. Para num Pateo. Cavalaria Brigada. Ordem. Cornetas. Comando. Pelotões. Seremos fuzilados? Um oficial p. soldado: cão, besta, estúpido...Somos metidos num xadrez. # ranhuras Conjeturas...# Examinamos rápido nossa situação. Grave. Deitamo-nos, incertos, dormimos...aí estive-mos dia 19, 20, 21, 22, 22# Oficiais. Comida. Cigarros. Livros. Roupas lavadas. Vamos organizando a vida, ginástica, Lições Francês. Palestras. Faxina: Smero ser limpador latrinas...Projetos. Dia 22, pelas 3hs. chamados a fazer declarações. Um por vez. O sujeito que me interrogou. Minhas declarações. Metem-nos depois em cada cela. 11x 6 1/2 pés. Um tablado. Colchão, traves imundos. Urinol p. tudo. Moringa. Assobio Internacional. Jantar. Tristeza. Carlos. 1a noite. Dia seguinte. Faxineiro...Café. Almoço. Capitão Manso...meu país. Assobios...Cantos...# Festa Brasileira e da Bandeira# 23 dilúvio. Sentinela calças arregaçadas. V Cap. B. L. Retratos. Desaforos. Madrugada de 25 saíram grandes contingências de forças. As fabricas apitaram.- Carabina desvalada³³.

³³ Essa anotação faz parte do *Fundo Astrojildo Pereira*, do AEL/Unicamp, guardado na Pasta nº 6.

Após 1935, o processo de perseguição aos trabalhadores organizados aumentou. Greves, partidos de esquerda e organizações sindicais são lançados novamente à ilegalidade e os ideais comunistas e seus propagadores passam a perder as liberdades civis em prol do "bem nacional". A repressão na época foi bem além da perseguição política. Após a instauração do Estado Novo em 1937, as forças dominantes, chamadas fascizantes pelos comunistas, perseguiram até mesmo os sambistas e artistas populares, censurando as músicas que não auxiliassem na criação de uma identidade nacional voltada para a valorização da submissão do trabalhador ao trabalho e contra a subversão.

Para impulsionar o seu projeto político-cultural, o Estado Novo contava com dois órgãos fundamentais; o MES - Ministério da Educação e Saúde, e o DIP- Departamento de Imprensa e Propaganda, que controlava todas as informações a serem veiculadas à população e se esmerava em construir a imagem do Estado Novo como o governo que se preocupava com o bem-estar das massas, ressaltando a figura do trabalhador como a mola propulsora desse projeto. (GUIMARÃES, 2009, p. 66)

Os tradicionais sambas exaltando a malandragem seriam proibidos e vetados. Um novo carnaval, pautado na competição e na exaltação da identidade nacional é incentivado.

Getúlio Vargas, juntamente com o Departamento de Informação e Propaganda (DIP), conseguirá de certa forma utilizar o rádio e os sambas para “educar” e disciplinar os consumidores desse tipo de música (popular). Isso se dará através da censura, dos sambas celebrando o trabalho disciplinado, do nacionalismo ufanista das canções de exaltação, dos grandes concertos promovidos pelo Estado e por Villa-Lobos nos estádios de futebol e, em última instância, através dos concursos carnavalescos. (CUNHA, 2016, p. 10)

O Estado intentava a consolidação de uma ideia específica de nação, voltada à valorização do trabalho e do progresso e, para isso,

investiu na censura. O Departamento de Imprensa e Propaganda³⁴ (DIP) foi criado em 1939 para isso.

Um dos alvos do DIP foi reverter a tendência dos sambistas de exaltar a malandragem. Assim, por um lado ele começou a incentivar os compositores a enaltecer o trabalho e, por outro lado, a abandonar as referências elogiosas à malandragem. Isto se refletiu nas letras de vários compositores [...] que de repente começam a enaltecer as virtudes do trabalho. É verdade que, quando cai o Estado Novo, alguns desses compositores voltam a fazer o elogio da malandragem (OLIVEN, 2010, p.71).

Para Fabiana Cunha (2016, p. 9) a malandragem pode ser compreendida como forma de resistência popular na época.

Dentro de um universo social em que as camadas subalternas, principalmente de descendência africana, tinham grandes dificuldades em conseguir um trabalho regular que lhes dessem uma vida digna, a figura do malandro é cantada nos sambas com admiração e até com certa dose de heroísmo, pois, para transitar entre estes dois mundos é necessário alguns atributos, tais como esperteza, malícia, talento e coragem, que o “bom malandro” possui em abundância.

Essa censura praticada pelo Estado Novo no campo da música é vinculada à estratégia de desarticular as lutas dos trabalhadores, se aproveitando do uso do rádio, que alcançava maior difusão nessa época, para atingir, com mensagens específicas, a massa de trabalhadores.

Para minimizar a força que as classes subalternas, especialmente o operariado urbano, haviam adquirido na década de 1930, o Estado Novo atendia a algumas antigas reivindicações da classe, assim como difundia uma série de mensagens elaboradas de molde a ocultar o passado de luta dos operários e obscurecer suas reais condições de existência. Uma das formas de ocultar a capacidade de ação das classes consistia na repetida divulgação do caráter do povo brasileiro, apresentado como portador de “índole tradicionalmente pacífica”, criando assim, a imagem de um caráter nacional incompatível com quaisquer conflitos e lutas.

³⁴ O DIP foi criado por decreto presidencial em dezembro de 1939, com o objetivo de difundir a ideologia do Estado Novo junto às camadas populares. Mas sua origem remontava a um período anterior. Em 1931 foi criado o Departamento Oficial de Publicidade, e em 1934 o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC). Já no Estado Novo, no início de 1938, o DPDC transformou-se no Departamento Nacional de Propaganda (DNP), que finalmente deu lugar ao DIP. Fonte CPDOC

Passa-se então a formar uma “concepção do trabalho “segundo a qual não se distinguem atividades manuais das intelectuais e o trabalho passou a ser não apenas um meio de “ganhar a vida”, mas sobretudo um meio de “servir à pátria”. Os movimentos sociais eram assim apresentados como excepcionais, resultantes da infiltração de estrangeiros ou da ação de pequenos grupos (CUNHA, 2016, p.12).

Mas embora tenha sido adotada (forçadamente), nas letras dos sambas, a valorização do trabalho, houve sim resistência da figura do malandro na forma e ritmo da canção popular³⁵.

2.2 A Classe Operária e o PCB: caminhos da resistência.

As lutas de resistência contra a exploração no Brasil remontam à época da chegada dos Portugueses em terras indígenas. Muitos antes da proclamação da República, da industrialização e da formação de uma classe operária industrial, já existiam pessoas e movimentos contrários a essa lógica da exploração. É preciso lembrar, com justiça, dos muitos outros focos de resistência no relacionamento entre exploradores e explorados, focos, por assim dizer, de questionamento do pensamento hegemônico: a resistência indígena³⁶ que, ao contrário do que diz a história tradicional, se deu constante e ferozmente contra o colonizador; a luta dos negros e sua resistência à escravidão através da fuga e formação dos quilombos; os movimentos de resistência cultural como a capoeira, as religiões de matriz africana, o samba, o sincretismo religioso, as danças populares como o Jongo e Cavalhadas.

Há ainda a experiência messiânica de Belo Monte, mais conhecida como Guerra de Canudos, e a Guerra do Contestado, no Rio Grande do Sul, ambos movimentos de resistência ligados à religião³⁷. Houve também o cangaço³⁸ e as lutas camponesas que foram constan-

³⁵Sobre o assunto, ver *Negócio ou Ócio?* O samba, a malandragem e a política trabalhista de Vargas, de Fabiana Lopes da Cunha. Disponível em <<http://www.academiadosamba.com.br/monografias/fabiana.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2016.

³⁶ Para mais informações sobre as lutas entre índios e colonizadores nos primórdios do Brasil, conferir Resende & Langfur (2007).

³⁷ Para mais informações, conferir Giumbelli (1997).

³⁸ Por 1834, o termo *cangaceiro* já foi usado para se referir aos bandos de camponeses pobres que habitavam os sertões nordestinos, vestindo roupas de couro e chapéus, carregando carabinas, revólveres, espingardas e facas longas e estreitas, conhecidas

tes no sertão do Nordeste (DE VITA, 1989); muitos desses focos de resistência ao poder estatal da época foram abafados e quase apagados da história pelos poderes de então.

Com o movimento dos trabalhadores e os ideais comunistas de diferentes matizes não foi diferente. O movimento anarquista tem suma importância na constituição das lutas e na organização dos trabalhadores no Brasil. Eles foram os primeiros a se organizar e a organizar a classe trabalhadora. As históricas greves de 1917, que pararam São Paulo e Santos, contaram com articulação e orientação anarquista.

No início do século, as atividades anarcossindicalistas no Brasil reuniam em torno de si os trabalhadores. Após a revolução russa, no entanto, o Partido Comunista se tornou um forte aglutinador das lutas dos trabalhadores,

Os anarquistas sofreram perda de espaço político para os comunistas, notadamente com a transformação sofrida pelo PCB em 1922, por ex-anarquistas. As pautas reivindicativas dos vários eventos (moções, greves, manifestos, congressos, etc.) além de melhor organizadas pela classe trabalhadora, – reivindicação de direitos trabalhistas como férias, jornada de trabalho, trabalho do menor, acidente do trabalho, etc. – quase sempre eram acompanhadas de reivindicações de direitos civis, como liberdade de sindicato e de sua imprensa, voto secreto, liberdade de reunião, etc. (CANO, 2012, p. 905)

A diferença prioritária entre anarquistas e comunistas é que os primeiros creem que o Estado como algo "nocivo e desnecessário" e que "existem formas alternativas e viáveis de organização voluntária" e, portanto, anarquista é "o indivíduo que se propõe a criar uma sociedade sem Estado", e, nesta perspectiva, não luta pela tomada do poder, mas pela destruição do Estado (WOODCOCK, 2002, p. 13)

O conceito de sociedade sem Estado é essencial para a compreensão da atitude anarquista. Rejeitando o Estado, o anarquista autêntico não está rejeitando a ideia da existência da sociedade; ao contrário, sua visão da sociedade como uma entidade viva se intensifica quando ele considera a abolição do Estado. Na sua opinião, a estrutura piramidal imposta pelo Estado, com um poder que vem de cima para baixo, só poderá ser substituída se a sociedade tornar-se uma rede de relações voluntárias. A diferença entre uma sociedade estatal e uma sociedade anárquica é que a mesma que existe entre uma estrutura e um organismo:

como peixeiras (De Vita, 1989).

enquanto uma é construída artificialmente, o outro cresce de acordo com leis naturais. Metaforicamente, se pode comparar a pirâmide do Estado com a esfera da sociedade que é mantida por um equilíbrio de forças. Duas formas de equilíbrio têm muita importância na filosofia dos anarquistas. Uma delas é o equilíbrio entre destruição e construção, que domina suas táticas. A outra é o equilíbrio entre liberdade e ordem, que faz parte de sua visão de sociedade ideal. Para o anarquista a ordem não é algo imposto de cima para baixo. É uma ordem natural que se expressa pela autodisciplina e pela cooperação voluntária.

Para o anarquista a organização partidária – uma instituição regida por normas, regras e estruturada de forma hierárquica – não faz sentido, é um desvio, não só desnecessário, como também perigoso para a luta da classe operária. Os anarquistas compreendem que por meio da ação direta, da auto-organização e auto-gestão, é possível a criação de uma nova ordem, criação essa que não passa pela tomada do Estado. Para Rudolf de Jong (1974, p.7)

El anarquismo es, al mismo título que el Marxismo, una forma más de entre las muchas que se encierra el socialismo tal como se entendía en sus orígenes del pasado siglo. De hecho el socialismo no empezó a querer ser otra cosa que la realización de los ideales de la Revolución Francesa: libertad, igualdad y fraternidad. Al mismo tiempo representaba el socialismo una reacción frente al liberalismo, al "fallo", o si quiere, a la "traición" del liberalismo. Porque el liberalismo había hecho suyos los ideales de libertad e igualdad, pero solo para agitarlos como señuelo, no para realizarlos. Y, desde luego, el liberalismo no había proporcionado ni un ápice de libertad a los trabajadores. Las causas de este frustrante estado de cosas eran, evidentemente, de índole económica: relaciones de poder por la posesión de bienes e relaciones de propiedad en el proceso de la producción. Contra semejante situación se levantaron los socialistas, que querían acabar con esas relaciones de propiedad, precisamente. Anarquistas e Marxistas coinciden en creer que para poner fin a esas relaciones de la propiedad tan injustas, sólo podía lograr-se por medio de la revolución.

No pensamento marxista, a revolução seria o resultado de um processo de desenvolvimento histórico, de certa forma natural e inevitável, e que precisaria, no entanto, ser produzida pelo homem, ao longo do tempo.

Poder-se-ia perguntar: por que então se devem formar organizações operárias já que o advento do socialismo é inelutável? Na palavra de Prestes, a função de tais organismos seria a de garantir que o processo histórico se realizasse sem as "distorções" que os interesses particularistas podem gerar. Desta forma, a presença do Partido do operariado no Parlamento e de seus sindicatos nas fábricas garante a efetivação do pacto de classe por parte de todos os seus componentes. O Partido e seus sindicatos são assim como "policiais da razão histórica" (PIOZZI, 1983, p. 29).

Assim os marxistas ao viverem, trabalharem e produzirem em meio à sociedade capitalista, acreditam que devem se utilizar dos meios e instrumentos da burguesia, o Estado, a centralização do poder, a fim de dar andamento ao processo da tomada revolucionária da classe trabalhadora e da formação de um estado dominado por esta, que seria chamado ditadura do proletariado, mas que seria transitório e necessário até a instauração completa do comunismo, que em seu fim, também não necessitaria mais do Estado.

A ditadura do proletariado é apenas uma fase do poder proletário que é transitória, mas indispensável para chegar a uma sociedade sem classes [...] onde toda a sociedade é um conjunto de trabalhadores e, nesse sentido, o próprio proletariado é superado. (GRUPPI, 1978, p. 38).

Para os anarquistas, porém, a ditadura do proletariado é um engodo, já que leva o aburguesamento ao terreno da revolução e dá espaço a uma nova classe dominante, que não poderá mais ser chamada classe trabalhadora.

El anarquista considera la dictadura del proletariado una idea burguesa y no una solución en extremo revolucionaria Para un anarquista, sin embargo, a clase obrera se constituye en clase dominante es un absurdo y una injusticia, primero porque no quiere dominar y segundo porque no ve nada claro cómo podría dominar la clase trabajadora. El pensamiento, la concepción toda de eso que se llama "dictadura del proletariado" es para o anarquista no solo recusable sino también un imposible, una *contradictio in terminis*. (JONG, 1974, p. 8)

A organização não-hierárquica está longe de significar falta de organização ou desordem, conforme nos indica Piozzi (2006, p. 207):

Ficando claro, desde as primeiras e genéricas abordagens do tema, que, para os autores em pauta, a abolição de leis e governos não significa, em nenhum momento, um estado de anomia,

mas ao contrário, é condição para a emergência de uma ordem autogerida e equilibrada.

A ideia de que, no Brasil dos anos 1920, os anarquistas perdem espaço para os trabalhadores que se organizam em torno do Partido Comunista é combatida por Peixoto (1990). Para essa autora, as duas lutas se entrelaçam e as organizações anarquistas permanecem, trabalhando muitas vezes junto aos membros do partido nas chamadas "ações diretas"³⁹. Afirmar a diminuição do movimento anarquista é uma visão da história tomada pelo ponto de vista comunista. Haveria ainda uma complexidade histórica que transcenderia o partido: imersos na luta, os trabalhadores urbanos se imiscuíam nos ideais anarquistas e comunistas, e a materialidade que se fazia era a da luta contra a exploração e condições precárias de vida, que levava a todos para o campo de batalha.

Um procedimento muito comum em tais autores [HISTORIOGRAFIA TRADICIONAL] é o de reduzir a história do PCB à mera repetição do que foi dito por Astrojildo Pereira em seu livro *A Formação do PCB*. Para esses autores, até 1922 o anarquismo é o grande protagonista, quando então cede lugar ao partido comunista. Trata-se de um processo pelo qual a complexidade de fatores comprometidos com o desenvolvimento é deixada de lado, sendo recuperados apenas aqueles momentos sucessivos que supostamente preparariam o presente. Produz-se uma visão linear da história, em que um agente- depois de cumprir sua missão- desaparece silenciosamente do palco, cedendo a vez ao novo ator, portador de nova missão. Subjacente a essa postura, está a ideia de um sentido obrigatório, preestabelecido, para onde a história caminha. (PEIXOTO, 1990, p. 11)

As ideias acima corroboram a memória deixada por Basílio nas lembranças familiares: ele costumava falar de seus amigos anarquistas da época de lutas. Dizia que eram pessoas de uma inteligência "fora do comum", "muito inteligentes", mas, comunista que era, terminava a frase reforçando, "mas não tinham uma proposta de governo", o que, segundo ele, fazia com que as ideias "ficassem muito soltas".

O movimento anarquista, portanto, também resistia. "A tão propalada desunião da classe operária apenas demonstrou a existência de um pluralismo político-ideológico: comunistas, anarquistas e socia-

³⁹ Modo de atuação anarquista

listas disputando, entre si, a hegemonia do movimento operário”. (PEIXOTO, 1990, p. 41)

No escopo da pesquisa que tem como foco compreender as atividades de educação no Partido Comunista do Brasil, nas décadas de 1920 a 1950, não será explorado o ajuizamento sobre os erros ou acertos do PCB enquanto partido e instituição. Buscou-se preservar a perspectiva mais próxima dos trabalhadores que gravitavam no partido, sem destacar a posição e oposição dos principais dirigentes que respondiam oficialmente pela instituição. Entendo que, pelas condições históricas que se deram e pelo contexto social, o partido foi, nessa época, local de convergência das forças operárias e utópicas de mudança social. Dito isso, o capítulo não transcorre pela lógica e recorte da *Instituição Partido*, das escolhas dos principais dirigentes que respondiam institucionalmente, dos supostos desvios, das guerras internas e das tentativas de acerto, e muito menos de erros teóricos ou metodológicos.

Dizer que o partido incorreu em erros teóricos ou estratégicos não é prioritário considerando o objetivo da pesquisa, assim como é temerário enquadrar a postura da classe operária em uma orientação teórica ortodoxa que prescreveria como ela *deveria* ser. Para Paul Thompson (1987), aqueles que tomam erroneamente o conceito de classe de Marx, ignorando que ela é algo intrinsecamente ligado à sua história e contexto e acreditando ser ela algo pronto concreto, incorrem em erro.

Ela, a classe operária, é tomada como tendo uma existência real, capaz de ser definida quase matematicamente - uma quantidade de homens que se encontra numa certa proporção com os meios de produção. Uma vez isso assumido, torna-se possível deduzir a consciência de classe que "ela" deveria ter (mas raramente tem), se estivesse adequadamente consciente de sua própria condição e interesses reais. Há uma superestrutura cultural, por onde esse reconhecimento desponta sob formas ineficazes. Essas "defasagens" e distorções culturais constituem um incômodo, de modo que é mais fácil passar para alguma teoria substitutiva: o partido, a seita ou o teórico que desvenda a consciência de classe, não como ela é, mas como deveria ser (Ibidem, p. 10).

É fato que houve dificuldades para essa organização de trabalhadores: além das dificuldades internas, houve também aquelas impostas por um Estado centralizador e temido como foi o Estado brasileiro da época. Diluir, dividir e liquidar o PCB, as Organizações e Esco-

las Anarquistas, os Quilombos, os Canudos, entre tantas outras experiências de organização popular foram parte da batalha desse Estado para manter a hegemonia das elites econômicas e políticas.

A batalha nunca foi contra uma ou outra instituição em que se abrigaram as classes trabalhadoras, mas contra todo pensamento não hegemônico, contra tudo que acenava para qualquer processo de mudança social mesmo que altamente reformista e vantajoso inclusive para o capitalismo na periferia do sistema. Como diz Florestan Fernandes (2008), existe no Brasil uma resistência sociopática à mudança social.

Compreendo que, levados pelas condições históricas, os trabalhadores se aglutinaram em torno de lutas de resistência, das greves por melhores condições de trabalho e salário e de reuniões para debate e convergência de ideias. Sendo assim, tomei o partido como uma instituição social que participava e mediava relações, tanto civil como politicamente, e que promovia processos de socialização, educação e politização por meio da construção de consensos, discensos e muitas vezes resistindo às coerções violentas do Estado⁴⁰.

2.3 A história do PCB

Ainda que não esteja no escopo deste trabalho a análise do partido enquanto instituição, compreender sua história, em linhas mais gerais, se torna importante modo de contextualização das lutas aqui apresentadas.

Por motivos já explicitados, procurei compreender a história dessa instituição pela voz dos próprios sujeitos que nela estão inseridos. Assim, fiz uso do material que me foi entregue na sede do partido, durante um dos cursos de formação dos quais participei para a presente pesquisa, o *Curso Básico de Iniciação à Militância Partidária* (PCB, 2014). Aqui, é preciso lembrar que todo discurso desse material está eivado de intenções, falando de um lugar específico, o seu lugar. Mas acredito que trazer um documento de formação de militantes do partido estudado me parece auxiliar, mais do que atrapalhar, a compreensão sobre esses sujeitos e sua proposta.

⁴⁰Há alguns trabalhos que se debruçam detidamente sobre o PCB enquanto instituição, entre eles, *Luta Subterrânea*, de Dainis Karepovs; *Comunistas em Céu Aberto*, O PCB e a Internacional Comunista, PCB - na busca das origens de um marxismo nacional, todos de Michel Zaidan Filho e *A luta de classes no Brasil e o PCB*, Dinarco Reis.

Já no início do documento, o partido reivindica para si o lugar de "organização política histórica do proletariado brasileiro" e isso não apenas pelo histórico de lutas, mas também porque "condensa, em seu programa, os objetivos estratégicos da classe operária e do conjunto dos trabalhadores" (PCB, 2014, p. 2). Essa fala dialoga com as intenções do partido, e também com um embate que o PCB enfrentou durante anos com o partido dissidente, saído de seus quadros, o PC do B, que também reivindica para si os movimentos históricos junto às classes trabalhadoras e insurreições brasileiras desde 1922 (KAREPOVS, 2003).

A fundação do PCB, que se deu em 1922, foi uma culminância de fatores. A classe trabalhadora da sociedade urbanizada no Brasil se organizava já há algum tempo. Muitos dos militantes anarquistas, inspirados pela revolução Russa, começam a estudar o marxismo e a pensar a possibilidade de organização de um partido.

Concretizaram o projeto de fundação do Partido Comunista Brasileiro PCB, em congresso no Rio de Janeiro e em Niterói, nos dias 23, 24 e 25 de março de 1922. [...] Astrojildo Pereira, jornalista; Abílio Nequete, barbeiro; Cristiano Cordeiro, contador; Hermogênio Silva, eletricista; João da Costa Pimenta, gráfico; Joaquim Barbosa, alfaiate; José Elias da Silva, funcionário; Luís Peres, operário, e Manuel Cendon, alfaiate (PCB, 2014, p. 2).

A partir de um número pequeno de fundadores, com aproximadamente 70 membros, o partido foi se constituindo. A ebulição da época não era, porém, circunscrita ao partido. Em 1922, explode o movimento tenentista, com nova insurreição em 1924. Até 1927, Luís Carlos Prestes, nessa época um militar ainda não ligado aos quadros do partido, comanda uma coluna, que ficaria conhecida como Coluna Prestes, no intuito de se insurgir contra o governo. Em 1922, a Semana de Arte Moderna reivindica uma arte brasileira não colonizada.

Enquanto isso, o Partido Comunista lançava o jornal A Classe Operária, fundava a Juventude Comunista, organizava o movimento sindical e participava dos Congressos da Internacional Comunista. Em 1926, lança o Bloco Operário, uma proposta de frente de esquerda e do movimento operário que se tornou o Bloco Operário e Camponês (BOC) em 1928 (PCB, 2014, p. 3).

É importante destacar que o termo Partido Comunista aparece no Manifesto do Partido Comunista, redigido por Karl Marx e Friedrich Engels, em 1848. Os partidos comunistas surgiram majoritariamente no

decorrer da primeira metade do século XX, e participaram do embate e da correlação de forças presentes em diversos processos, tais como: a Primeira Guerra Mundial (1914 -1918), a Revolução Russa (1917), a criação da Internacional Comunista, a ascensão do Nazifascismo (1920 -1945), a Segunda Guerra Mundial (1939 -1945). O II Congresso Mundial da Internacional Comunista, de 1920, aprovou que todos os partidos membros se denominariam Partido Comunista do país que os associados se vinculassem. A fundação do Partido Comunista do Brasil em 1922, sugere a proximidade e a participação que os membros do Brasil tinham com as discussões e os movimentos de organização da classe trabalhadora na Europa Central e do Leste. Como exemplo comparativo, podemos apontar o Partido Comunista Italiano que nasceu em 1921, de uma cisão do Partido Socialista Italiano sob a liderança de Amadeo Bordiga e Antônio Gramsci.

O documento do partido segue narrando a própria história e coloca como ponto fundante, importante para demonstrar o caráter revolucionário dos antigos militantes, o fato de ter lançado, em 1929, a primeira candidatura de um operário e homem negro à presidência.

Em 1929, enquanto o tradicional Partido Republicano Paulista (PRP) apresentava Júlio Prestes como candidato à presidente da República, ao qual se contrapunha Getúlio Vargas à frente de uma coalizão chamada Aliança Liberal, o PCB lançava pelo BOC (Bloco Operário Camponês) o candidato Minervino de Oliveira. Minervino, então vereador pela cidade do Rio de Janeiro, foi o primeiro operário e o primeiro negro a ser candidato a presidente da República no Brasil. (PCB, 2014, p. 4)

Atualmente, o coletivo comunista que trabalha junto ao partido as questões da luta das mulheres e dos homens negros leva o nome de Coletivo Negro Minervino de Oliveira⁴¹.

Após 1930, o documento ressalta a luta empreendida em seus quadros contra o fascismo, a importância da Insurreição de 1935 e da Aliança Nacional Libertadora, organizada entre diversos setores sociais

⁴¹ Conforme informações constantes da página oficial do PCB na internet, Minervino de Oliveira foi, em 1928, eleito vereador para a Câmara Municipal do Rio de Janeiro, na época, Capital Federal, pelo Bloco Comunista e Operário, junto a Octavio Brandão. Militante do PCB, operário e negro, foi escolhido em 1930 para concorrer ao cargo de Presidente da República. "Com a tomada do poder, Getúlio manda fechar os parlamentos. Minervino é preso e levado para a Casa de Detenção. Mandado para o famoso Presídio de Ilha Grande, é libertado em fevereiro de 1931." Disponível em: <<http://www.pcb.org>>. Acesso em: 03 fev. 2016

que eram contrários ao fascismo e que extrapolava o partidarismo. Nessa época, a ANL, que chegou a ter 600.000 filiados, inclusive dentro dos meios militares, é posta por Vargas na ilegalidade. Aqui se gesta uma revolução brasileira que, formalmente derrotada, teve em si uma potência que não pode ser negada, tendo, inclusive, um governo provisório de três dias.

Perdido o espaço legal, o Partido opta por organizar a tomada do poder pela via insurrecional [...] A 24 de novembro de 1935, a insurreição explode em Natal, no Rio Grande do Norte. Os insurrectos, em nome da ANL, tomam o poder e instauram o primeiro Governo Popular Revolucionário do Brasil, com duração de três dias, onde um sapateiro foi ministro do Abastecimento. O comando nacional foi surpreendido, mas a 27 de novembro, deslança o levante no Rio de Janeiro e em Recife. Após violenta luta, a insurreição é derrotada. Segue-se terrível repressão. Em 1937, Getúlio endurece ainda mais e dá **o golpe** do Estado Novo. A repressão se abate sobre toda e qualquer organização popular, com especial virulência sobre o PCB. A Constituição do Estado Novo implanta uma estrutura sindical corporativista, inspirada na *Carta dele Lavoro* de Mussolini. (PCB, 2014, p. 4-5)

Embora a resposta estatal mais dura venha após esta Insurreição, desde logo após a sua fundação o partido enfrentou problemas com a legalidade. Em 1923 é aprovada a lei, conhecida como *Lei da mordação*, que cerceia a liberdade de imprensa. Antes ainda, em 1921, o Decreto nº 4.247 de 06/12/1921 (BRASIL, 1921), que ficou conhecido popularmente como *Lei dos Comunistas*, já dizia, no artigo segundo, que

Poderá ser expulso do território nacional, dentro de cinco *annos*, a contar de sua entrada no *paiz*, o estrangeiro a respeito de quem se provar: 1º, que foi expulso de outro *paiz*; 2º, que a polícia de outro *paiz* o tem como elemento pernicioso a ordem pública; 3º, que, dentro do prazo acima referido, provocou *actos* de violência para, por meio de factos criminosos, *impor* qualquer seita religiosa ou *política*; 4º, que, pela sua *conducta*, se considere nocivo à ordem pública ou a segurança nacional (Brasil, 1921, p. 484).

Ainda que sob forte repressão e ilegalidade, as atividades dos trabalhadores e do partido se mantiveram. Em 1935, após o sétimo congresso da *Internacional Comunista*, os partidos comunistas ao redor do mundo são incentivados a priorizar a luta antifascista.

Em 1939 aumenta a ameaça do nazifascismo: começa a II Guerra Mundial. No Brasil, Getúlio Vargas ora tende para o Eixo do nazi fascismo, ora parece seduzido pelos aliados ocidentais. O Partido atravessa sua hora mais difícil: está enfraquecido por tantas prisões e divergências internas, especialmente por causa do pacto germano-soviético. Mesmo assim, o Partido se reorganiza a partir da Conferência da Mantiqueira, em 1943, realizada por jovens militantes que não estavam presos na época. O PCB lança então a bandeira da Frente Única contra o Fascismo (PCB, 2014, p. 5).

Deter o avanço do fascismo em escala mundial era prioritário para a continuidade da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS), portanto, para a sobrevivência e consolidação da revolução em caráter mundial, que era o que se esperava que ia acontecer mais cedo ou mais tarde. “Após uma grande campanha de massa, Getúlio se vê obrigado a declarar guerra ao Eixo em 1943. Forma-se então a Força Expedicionária Brasileira (FEB) e o PCB orienta seus militantes a se apresentarem como voluntários” (PCB, 2014, p. 5).

Assim, a luta do PCB contra o Fascismo incluiu a colaboração militar: 22 militantes foram mandados à Espanha, 16 lutaram na Guerra Civil Espanhola, e houve ainda os que integraram os quadros de Resistência Francesa contra a Alemanha em 1940 (Battibugli, 2004). Alguns, inclusive, foram presos em campos de concentração do regime nazista, fato comumente omitido pelo discurso corrente.

Durante todo o período de luta antifascista o PCB esteve na ilegalidade. Quando tudo terminou, veio a obtenção do registro legal, em 10 de novembro de 1945.

Com o fim da Guerra e a derrota das potências nazifascistas, Getúlio vê seus dias no poder contados. O PCB inicia uma campanha pela anistia aos presos políticos e pela convocação de uma Assembleia Nacional Constituinte. Vargas decreta a anistia e convoca a Constituinte. Então, é derrubado pelos militares em outubro de 1945 (PCB, 2014, p. 5).

Em dezembro do mesmo ano, o partido recebeu a mais expressiva votação da sua história, tendo elegido catorze deputados para a Assembleia Constituinte e um senador (Luís Carlos Prestes), além de ter obtido 10% dos votos válidos para presidente.

Valendo-se de uma relativa abertura política, proporcionada pelo fim do Estado Novo e ascensão do que se convencionou chamar de período da democratização, que se estendeu de 1945 a 1964, caracterizado como um interregno entre a ditadura estadonovista

e o golpe militar, o PCB procura maximizar a sua participação dentro da legalidade, ampliando seu poder e prestígio políticos, conquistando um crescente sucesso eleitoral e procurando alcançar uma estrutura logística adequada a um grande partido em funcionamento (GUIMARÃES, 2009, p. 23).

O partido cresce e se tornava um partido de massas.

Em 1947 o povo vai às urnas para eleger governadores, deputados estaduais, prefeitos e vereadores. O PCB obtém expressiva votação nas Câmaras de Vereadores: no Rio de Janeiro (onde elegeu 18 vereadores de uma Câmara composta por 50 e obtendo sua presidência, o médico Campos da Paz), Santo André, Santos, além de eleger vereadores em dezenas de outras cidades. Em Pernambuco, elege o prefeito de Jaboatão, desde então conhecida como "Moscouzinho". Elege ainda deputados estaduais em 12 Assembleias Legislativas, mas a Grande Guerra deixou um legado: a polarização entre os blocos capitalista e socialista, especialmente a partir de 47, quando vários países, devastados pela guerra, elegeram governos comunistas (PCB, 2014, p. 6).

Mas a aparente liberdade democrática não dura muito.

Ainda em 1947, foi cassado o registro legal do PCB. Em 1948, são cassados os mandatos dos parlamentares comunistas em todos os fóruns do país. O PCB passa à clandestinidade, vários dos deputados são presos, além de outros militantes, e começa uma "caça às bruxas", com demissões e perseguições em diversas áreas. (PCB, 2014, p. 6)

Em 1953, morre Joseph Stalin. O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), em 1956, adota a linha de ação diferente da seguida até então, o que esfacela e cinde as lideranças brasileiras.

O XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS) adota uma linha de coexistência pacífica entre os sistemas socialista e capitalista. Também neste congresso, Nikita Krustchev, novo líder soviético, apresenta o seu famoso relatório, denunciando os crimes de Stálin. Os reflexos da política traçada pelo XX Congresso do PCUS no PCB irão provocar uma viragem na atuação do Partido, que irá desencadear rachas e dissidências internas (PCB, 2014, p. 7).

O relatório de Krustchev foi um abalo profundo para os partidos comunistas e a crença na promessa da URSS como o início de uma revolução socialista que se espalharia pelo mundo. Clara Charf (2011), militante e companheira de Marighella, em uma entrevista que concedeu em 06 de dezembro de 2011 no programa Provocações da TV Cultura, conta que o documento foi um peso enorme para todos os militantes.

AB: As denúncias contra Stalin em 1955 abalaram vocês?

Charf: Abalaram todo mundo. Porque quando começou a surgir na imprensa a notícia do que era realmente a vida de Stalin, a maioria dos comunistas não acreditava. Toda a direção do partido naquela época ficou abaladíssima. Fizeram uma reunião, que era para decidir o que fazer, se o partido comunista que existia no Brasil ia continuar ligado a União Soviética ou não [...]. Essa foi uma reunião histórica, estava o Jorge Amado, o Agildo Barata, o Marighella, muitas outras pessoas. Aí, o Arruda, que era um dos dirigentes comunistas que tinha ido à União Soviética para saber se aquilo era verdade ou mentira, voltou e contou que aquilo era verdade. E aquilo foi uma coisa terrível, né? Inclusive o Marighella, que nunca tinha chorado, chorou (Charf, 2011).

Seguiram-se daí conflitos internos que acabaram por produzir uma cisão no partido, da onde surgiriam os grupos trotskistas e mais tarde o PCdoB, inspirado no comunismo de Mao e que, segundo o documento sobre a história do partido, se mantém fiel à via de Stalin e nega os crimes apontados por Krustchev. O movimento trotskista brasileiro, segundo Ana Said (2006, p. 100), se restringiu “a pequenos agrupamentos sem inserção de massas, em geral composto por intelectuais e estudantes”. Ainda assim, esses grupos foram importantes para o movimento de esquerda no Brasil.

Grupos dissidentes tentam organizar-se externamente ao Partido, entre os quais o trotskista [...]. O trotskismo contribuiu para romper com o monolitismo do partido único, dando caráter pluralista a história do movimento operário e fornecendo chaves teóricas para a discussão dos impasses e derrotas dos projetos de esquerda (Ibidem, p. 100).

Said ressalta o surgimento de uma esquerda "desvinculada tanto da tradição stalinista quanto da alternativa trotskista", que acabaria por formar o Partido Operário Revolucionário (POR) e a Ação Popular, uma "síntese, construída nos anos 60 entre marxismo e cristianismo"

que culminaria no crescimento das Pastorais e Comunidades Eclesiais de Base, "fundadas na teologia da libertação" (SAID, 2006, p. 101).

Os movimentos sindicais também tomaram força, em especial na região paulistana do chamado grande ABC, movimentos esses que culminariam na fundação, em 1980, do Partido dos Trabalhadores.

Nesse momento nasce então o Partido dos Trabalhadores (PT), tendo se organizado em torno das mobilizações do "novo sindicalismo" em unidade com outros movimentos populares. A organização e funcionamento interno do PT escapavam aos moldes da LOPP⁴², introduzindo uma ligação mais estreita com suas organizações de base e dando maior ênfase às lutas sociais, bem como com uma proposta política de orientação ideológica definida que se resumia na inserção dos setores até então marginalizados no sistema político brasileiro. Assim, o PT nascia no dia 10 de fevereiro de 1980, no colégio Sion em SP, com a participação de diversos representantes dos movimentos sociais e intelectuais de todo o país (LACERDA, 1984, p. 10).

Em 1980, Luís Carlos Prestes redige a *Carta aos Comunistas*.

Sinto-me no dever de alertar os companheiros e amigos para o real significado da vasta campanha anticomunista que vem sendo promovida nas páginas da imprensa burguesa. Campanha está visivelmente orquestrada pelo regime ditatorial, visando a desmoralização, a divisão e o aniquilamento do PCB. Fica cada vez mais evidente que, através de intrigas e calúnias, o inimigo de classe – após nos ter desferido violentos golpes nos últimos anos – pretende agora minar o PCB a partir de dentro, transformando-o num dócil instrumento dos planos de legitimação do regime. Este é o motivo pelo qual as páginas da grande imprensa foram colocadas à disposição de alguns dirigentes do PCB, enquanto em relação a outros o que se verifica é o boicote e a tergiversação de suas opiniões (Prestes, 1980, p. 4).

Prestes acaba por deixar os quadros do partido por não compactuar com o caminho da direção à época, que assumia uma postura conciliatória. Para ele, não haveria cooperação entre as classes e, para alcançar o socialismo, a luta deveria continuar

Um partido comunista não pode, em nome de uma suposta democracia abstrata e acima das classes, abdicar do seu papel revolucionário e assumir a posição de freio dos movimentos popu-

⁴² Lei orgânica dos Partidos Políticos (LOPP). Brasil, Lei no 5.682, de 21 de julho de 1971.

lares, de fiador de um pacto com a burguesia, em que sejam sacrificados os interesses e as aspirações dos trabalhadores [...], não podemos, pois, compactuar com aqueles que defendem "evitar tensões", freando a luta dos trabalhadores em nome de salvaguardar supostas alianças com setores da burguesia (Prestes, 1980, p. 4).

No documento do PCB, a saída de Prestes é vista como um prenúncio da desorganização das direções a época, e no curso sobre a história do PCB do qual participei, esse é um período sobre o qual a organização partidária faz uma autocrítica.

Na volta do exílio, as divergências no Comitê Central do Partido se tornam públicas. Resultado desse processo foi a saída de Luís Carlos Prestes do PCB, por divergir da linha política conciliadora da maioria do CC. Já àquela época, Prestes denunciava a incapacidade e o despreparo da maioria da direção do partido para compreender a realidade do país e liderar a luta da classe operária. Esta direção levou posteriormente o PCB a posições conciliadoras e reformistas, gerando enorme desprestígio para os comunistas no País (PCB, 2014, p. 10).

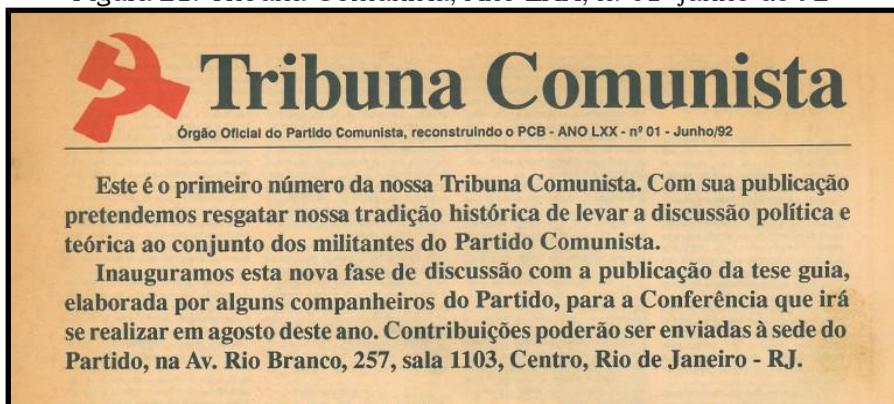
É preciso lembrar, no entanto, que as lideranças orgânicas, aquelas criadas na luta por um processo de estudo e militância, haviam sido, ao longo das décadas anteriores, perseguidas, exiladas e mortas. Assim, é de se entender que a direção da década de 1980, que foi obrigada a tomar a direção ainda não preparada, fosse mais imatura. Muitos desistiram da militância nas fileiras do partido, outros pressionavam a direção, mas a insatisfação entrava em choque com a necessidade de disciplina e lealdade ao partido.

A culminância do movimento de "conciliação" iria se dar após o IX Congresso do PCB, quando os chamados *liquidacionistas* (termo cunhado pelos atuais militantes), entre eles Roberto Freire, propõem o encerramento do partido e a criação de um novo, não revolucionário, o Partido Popular Socialista (PPS). Essa proposta foi feita em um X Congresso, não reconhecido pelo atual PCB como congresso histórico. Convocado sem o preparo e espaço de tempo usual, propunha o encerramento do partido e chamava, para voto, pessoas não filiadas, mas interessadas em integrar o futuro PPS. Após a fala inicial, pedem a palavra dois militantes que reforçam o caráter marxista e revolucionário do PCB e convocam a militância a se retirar do Congresso.

No mesmo instante em que a maioria forjada votava pela liquidação do Partido, os militantes do Movimento Nacional em Defesa do PCB, após exporem sua decisão e objetivo na abertura do espúrio X Congresso, se retiram em passeata até o Colégio Estadual Roosevelt. Ali, foi realizada a Conferência Extraordinária de Reorganização do PCB, que decidiu, por aclamação, pela continuidade do Partido, com manutenção do seu nome e sigla históricos, prosseguindo na luta pelo socialismo. (PCB, 2012, s/p)

O grupo, depois conhecido como "mantenedores", redige o primeiro documento após a cisão, onde retoma a ideia, já anteriormente levada a cabo com o Jornal A Classe Operária, de colaboração entre bases e cúpula através de discussões possibilitadas pelo jornal, agora chamado Tribuna Comunista. A Figura 19 mostra a primeira edição do jornal com o novo nome.

Figura 21: Tribuna Comunista, Ano LXX, n. 01- junho de 92



Fonte: Fundação Dinarco Reis

[Transcrição da figura 21]

Esse é primeiro número da nossa tribuna comunista. Com essa publicação pretendemos resgatar nossa tradição histórica de levar a discussão política e teórica ao conjunto dos militantes do Partido Comunista. Inauguramos esta nova fase de discussão com a publicação da tese guia, elaborada por alguns companheiros do Partido, para a Conferencia que irá se realizar em agosto desse ano. *Contribuições poderão ser enviadas à sede do Partido, na Av. Rio Branco, 257, sala 1103, Centro, Rio de Janeiro, RJ.*

Edmilson Costa, economista, pesquisador, professor universitário e militante do PCB em São Paulo, reforçou esse ponto de vista na sua fala durante o Seminário *PCB - 90 Anos de Lutas*, realizado em 2012, no Rio de Janeiro, em comemoração aos 90 anos de fundação do partido e acessado através do registro em vídeo feito pelos militantes e disponível no sítio do PCB⁴³. Ele afirma que, nos momentos de cisão, de dificuldades e de decisões, as disputas não eram apenas disputas de cúpula: "o interior do partido estava vivo, estava resistindo e estava buscando uma maneira de se manter ideologicamente firme naquela conjuntura adversa" (PCB 90 ANOS, 2012). Quando análises são feitas priorizando a cúpula do partido, e a via institucional, perde-se de vista o corpo orgânico da militância.

Muitos foram os estudos acadêmicos feitos sobre a história dessa organização. Maria do Rosário Cunha Peixoto (1990, P. 10) aponta a relevância de se compreender o processo histórico em que se deu a formação do PCB:

É importante notar a influência do PCB exerceu e continua exercendo explícita e implicitamente, na formação da esquerda brasileira no nível teórico (formulação de projetos de revolução brasileira e produção acadêmica de conhecimento sobre nossa realidade) e no nível prático, no sentido de ação política.

No Seminário já citado, *PCB- 90 Anos de Lutas*, a historiadora, professora aposentada pela Universidade Federal de São Carlos (UFS-CAR) e militante do partido, Marly Vianna, faz em sua fala, após uma ampla autocrítica, uma análise da história do partido.

É preciso lembrar que estamos combatendo com uma sociedade autoritária, repressiva, com uma classe operária que não está colocada para ela, ainda, a revolução, por mais combativa que ela seja, e com uma repressão brutal em cima de nós. O partido se forma em março (de 1922) e em julho ele já está clandestino (PCB 90 ANOS, 2012).

No mesmo seminário, Virginia Fontes, pesquisadora, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e militante do partido, questionada sobre os novos movimentos sociais e a relação com o PCB, traz um dado que se confirma através da pesquisa em fontes materiais.

⁴³ Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4236:seminario-qpcb-90-anos-de-lutasq-&catid=56:memoria>. Acesso em: 08 de Jun. 2017

Esta sempre foi a prática do partido comunista. O partido comunista na década de 30, 40, 50 estava com a mulher, com os bairros, com a cultura, com o racismo, com uma série de questões. Não é uma novidade, (*a pluralidade do movimento*) isso não nasceu ontem! A diferença é que a expansão da classe trabalhadora sob um formato mais variado complexifica nossa atuação (PCB 90 ANOS, 2012).

José Paulo Neto, professor pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no seminário, analisa o momento atual como contrarrevolucionário e põe os desafios do partido na atualidade como imensos, mas possíveis em longo prazo, reafirmando a linha histórica dos militantes de base.

Para aqueles que estão preocupados com o socialismo amanhã de manhã às 8:30, não há esperança! Mas para aqueles que compreendem o processo revolucionário, como um largo processo histórico [...] a esperança não é apenas um princípio ético. É também um princípio que anima a intervenção política (PCB 90 ANOS, 2012).

E reforça, mais adiante, que, mesmo sendo um partido pequeno, ao conhecer a história, pode evitar muito dos erros cometidos no passado.

Não se pode pensar em construção socialista nesse país e em derrocada do poder burguês se não trabalharmos com hipótese de uma ruptura do sistema político. Ou seja, não é possível pensar aqui uma transição apostando exclusivamente nos mecanismos institucionais. Essa ruptura será o resultado de um grande acúmulo de luta e de forças sociais. E também, o acúmulo de forças sociais sem ruptura não irá mudar nada (PCB 90 ANOS, 2012).

2.3.1 O Partido hoje

Imbuída da necessidade de compreender o objeto de pesquisa, fiz uma visita à sede do PCB em março de 2015. Ao descobrir que o partido, mesmo pequeno, resistia, ainda que depois de tantos anos de ilegalidade e dissidências nos seus quadros, quis compreender um pouco do que ele é hoje. Nessa época, em virtude do diálogo que estabeleci com o objeto de pesquisa, em que me colocava como pesquisadora, comecei a me sentir também uma possível militante. Eu já havia feito a maior parte da pesquisa bibliográfica e estava bastante impressionada

com a complexidade da atuação histórica do PCB, em especial ao valor dado à arte e à educação ao longo dos anos. Tive permitida a participação em um curso de formação exclusivo para novos militantes, e queria compreender por que, na contemporaneidade, ele se autodenominava o *partido comunista histórico da classe trabalhadora no Brasil* (frase extraída do sítio oficial do partido).

Questionava-me se o partido de hoje seria apenas um nome, esvaziado de sentido, ou estaria ainda concretamente imbuído do trabalho de construção de um processo educativo dos indivíduos e que pudesse também se ampliar para uma modificação social? Fui então para São Paulo, em outubro de 2015, para participar do curso de formação, com um misto de apreensão e esperança. Depois de passar por golpes e ditaduras, o pensamento de que uma nova sociedade se constrói pela via da educação do povo ainda estaria presente?

Edmilson Costa, dirigente e um dos professores responsáveis pelo curso, frisou que não é, e nunca será, o foco do partido a participação nas eleições, a fim de ganhar cadeiras dentro da máquina estatal. Para ele, é muito claro que esse objetivo é irreal e incompatível com um ideal revolucionário. A mudança necessária na sociedade não acontecerá do alto para baixo, ao contrário, para uma mudança na ordem capitalista é imprescindível a formação de uma grande leva de trabalhadores e trabalhadoras conscientes. Essa é, segundo ele, a função do partido: aumentar a militância orgânica da classe trabalhadora, seja ela filiada ao partido ou não. Para isso, segundo ele, é necessária a construção de células de luta e estudo entre os trabalhadores: quanto mais pessoas compreenderem o sistema de exploração a que estão submetidas e puderem, aos poucos, resistir, mais chances de haver a subversão da ordem capitalista, fala essa que concorda com a ideia de Gramsci (1982) para o Partido Comunista Italiano.

A primeira tarefa de nosso partido consiste em aparelhar-se de modo a se adequar a sua missão histórica. Em toda a fábrica, em toda aldeia, deve existir uma célula comunista, que represente o partido e a internacional, que saiba trabalhar politicamente, que tenha iniciativa. Por isso, é preciso lutar (Ibidem, p. 106).

Foi interessante notar que a arte, que tem um conhecido alinhavo no Brasil com as lutas do PCB⁴⁴, continua sendo uma bandeira

⁴⁴ Sobre o assunto se debruça a pesquisa de Valeria Lima Guimarães: *O PCB Cai no Samba: Os Comunistas e a Cultura Popular*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

importante. No curso, cada militante educador abria sua fala com um poema. Ao longo de um dia inteiro de atividade de formação, que contava com estudantes, trabalhadores e professores, foram lidos seis poemas, três de Brecht e três de Mauro Iasi⁴⁵. Além da leitura de poemas, as paredes da sede têm cartazes, novos e antigos, que revelam cuidado estético. Ao lado da mesa de trabalho, um grande e colorido mural traz os rostos de Marx e Lênin junto a diversos outros rostos estilizados (Fig. 22).

Esse mural guarda semelhanças com a obra *Operários*, de Tarsila do Amaral. Porém, uma nova leitura da classe trabalhadora toma o lugar de fala: ao contrário de em *Operários*, na pintura do PCB os trabalhadores trazem punhos levantados, empunham bandeiras, flores, instrumentos musicais, ferramentas de trabalho que expressam opções políticas libertárias.

Figura 22: Pintura Mural do PCB. Data aproximada: 2012.

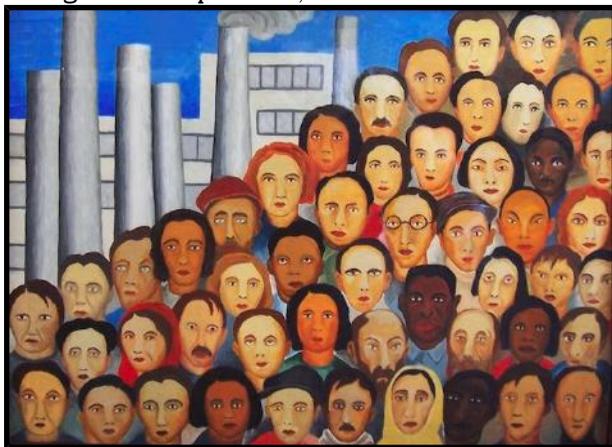


Fonte: Sede do PCB em São Paulo.

⁴⁵ Mauro Luis Iasi é Professor adjunto da Escola de Serviço Social e pesquisador da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É membro do Comitê Central do PCB.

A tela *Operários*, de Tarsila do Amaral (Fig. 23), retrata o momento da industrialização brasileira, principalmente, a paulistana, e foi pintada durante o governo de Getúlio Vargas. Nesse período, o País se industrializou e a classe operária começou a surgir. Embora as pessoas estejam em primeiro plano e todas tenham traços diferentes, não é fácil diferenciá-las, pois todas expressam cansaço, tristeza e indiferença, representando, portanto, um sistema que massifica o cidadão. A fábrica ao fundo apresenta-se como o motivo que amontoa e oprime os operários diferentes e desiguais que olham para lugar nenhum. Ao se comparar as duas pinturas, é possível pensar que há intencionalidade no discurso do mural do PCB: algum passo foi dado, se não para o fim da exploração, pelo menos para a organização do trabalhador, de explorado para mobilizado. Se antes a fábrica, atrás, em preto e branco, surgia como o apoio das massas, agora as figuras de Marx e Lênin fazem esse papel. A fábrica toma cores de liberdade, de trabalho consciente, de parte da vida junto à mobilização, à cultura, ao coletivo.

Figura 23: Operários, de Tarsila do Amaral.



Fonte: Acervo Artístico-Cultural dos Palácios do Governo do Estado de São Paulo.

Objetiva e subjetivamente, o mural fala. Afinal, é naquele espaço onde está que se gesta muita coisa, pois é o lugar onde se reúnem para cursos, debates e conferências, os trabalhadores que estudam o marxismo. Segundo apurei, o mural foi pintado coletivamente.

Outra intersecção com a arte é a aproximação da militância à juventude através dos Saraus Populares. Os saraus na periferia são

uma estratégia que remonta à Jean Francesco Guarnieri, ator e teatrólogo, que aos 20 anos, trabalhador ativo da juventude comunista no partido, resolveu, após uma avaliação da militância, em 1954, abrir uma nova frente de trabalho, através da arte, e fundou o Teatro Paulista do Estudante (TPE) no intuito de aproximar a reflexão política da população.

Nós concluímos que aquilo que a gente estava fazendo [militância na juventude comunista] era uma bobagem e reconhecemos nosso desligamento total da grande estudantada. E a gente começou a perceber que a nossa atuação tinha que ser na área cultural. Em São Paulo, apesar de ser um teatro de elite, o teatro era muito marcante na área cultural. Mesmo sendo de uma camada social, ele influía, porque era uma expressão moderna. O teatro começou então a aparecer para nós como um “abre-te Sésamo”, pois o teatro é eminentemente social. [...] O teatro começou a aparecer como uma possibilidade de organização, um meio de organização nas escolas e nas faculdades. Através do teatro se procuraria discutir a questão social. Nós precisávamos fazer com que a questão do movimento estudantil chegasse às massas. Estávamos afastados das massas, tinha-se que formar o teatro, aí se discute etecetera e tal... Chegamos então ao teatro do estudante (BARCELLOS, 1994, p. 227-228).

Figura 24: Panfleto de divulgação, Sarau Popular, 2015.



Fonte: Sede do PCB em São Paulo.

Os saraus atuais são encabeçados pela União da Juventude Comunista (UJC) e acontecem nas periferias, junto às comunidades dos militantes. Todos são incentivados a participar com poemas, teatro, música, pintura ou dança. O sarau, assim como o teatro, é uma atividade eminentemente social, pois funciona na coletividade. Sugiro, no entanto, que aqui um avanço se deu: o Sarau, enquanto forma social, participativa e colaborativa de arte, é ainda mais revolucionário, pois além de propiciar a socialização dos diversos tipos de experiência em arte, chama à participação todo o público que o frequenta, com suas inclinações artísticas individuais e coletivas.

O uso da imagem, das artes visuais é também algo que tem permeado os atos do PCB desde o início. Nos arquivos encontrados ao longo do trabalho de pesquisa, pude ver que há recorrência nos desenhos e gravuras em panfletos e jornais.

Na imagem 25, a litografia de Carlos Scliar⁴⁶, que junto a Jorge Amado⁴⁷, desenvolve uma história, em forma de quadrinhos, que perpassa o rodapé das várias páginas da edição de A Classe Operária de 06 de abril de 1946.

Figura 25: Litografia de Carlos Scliar. Jornal A Classe Operária, 1946.



Fonte: AEL/IFCH

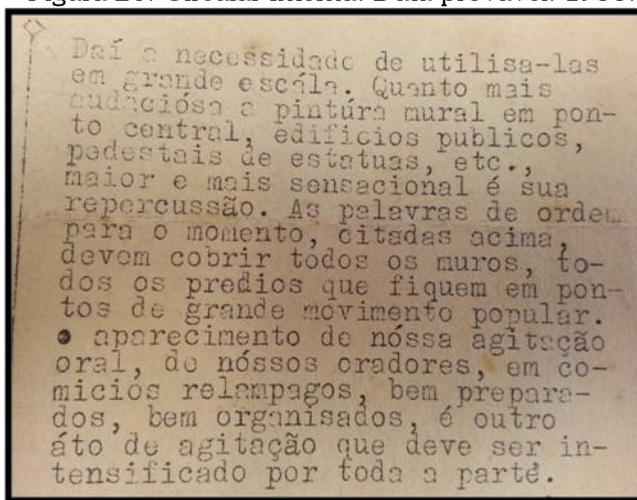
⁴⁶ Carlos Scliar (Santa Maria, RS, 1920 - Rio de Janeiro, RJ, 2001). Pintor, desenhista, gravador, ilustrador, cenógrafo, roteirista, designer gráfico. Disponível em: <<http://enciclopedia.itaucultural.org.br/pessoa9898/carlos-scliar>>.

⁴⁷ “Em 1947 [...] o PCB foi declarado ilegal e seus membros perseguidos e presos. Jorge Amado teve que se exilar com a família na França, onde ficou até 1950 [...] Entre 1950 e 1952 viveu em Praga. Disponível em: <<http://www.jorgeamado.org.br>>.

Em seu pior momento de clandestinidade, no Estado Novo, quando ser pego com um panfleto na mão era motivo de prisão, surgiu a tática de pintura de muros, geralmente feita de madrugada. Em circular interna, os militantes são orientados quanto à pintura mural:

[...] Quanto mais audaciosa a pintura mural em ponto central, edifícios públicos, pedestais de estátuas, etc., maior e mais sensacional é sua repercussão. As palavras de ordem para o momento [...] devem cobrir todos os muros, todos os prédios que fiquem em pontos de grande movimento popular.

Figura 26: Circular Interna. Data provável: 1938.



Fonte: Fundo PCB / AEL / IFCH.

O próprio meio artístico esteve imbricado com o chamado Partido. Os artistas da Semana de Arte Moderna, além de pinturas e charges, chegaram a editar revistas e jornais, fazendo do PCB, especialmente na década de 1940, um dos partidos que mais tinham escritores e artistas em seus quadros⁴⁸.

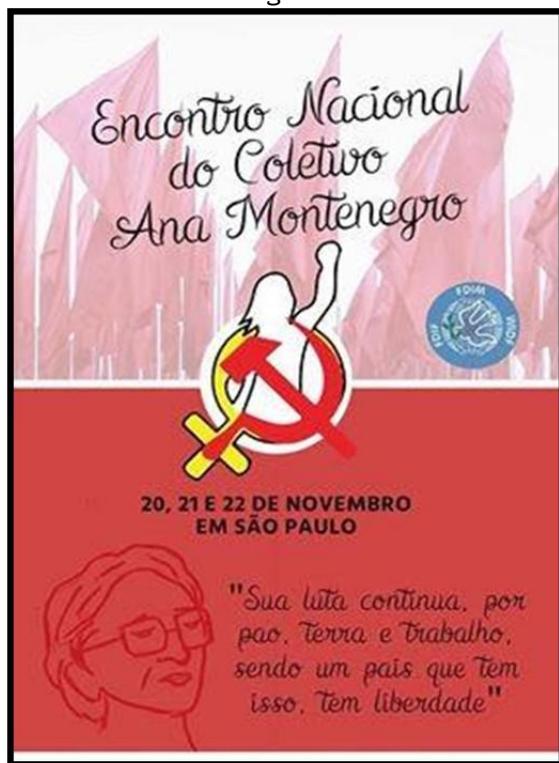
Uma das estratégias atuais do partido que vale nota, pois busca subverter a lógica partidária centralizada, é a do incentivo ao fortalecimento de coletivos do povo, seja do campo, da juventude comunista, dos companheiros negros e negras, das mulheres ou da comunidade LGBT, grupos esses que não têm necessariamente vínculo com o PCB,

⁴⁸ Sobre isso ver A produção político-cultural do PCB dos anos 30 aos 60, de Ricardo Costa, disponível no site da Fundação Dinarco Reis, <https://pcb.org.br/fdr/>

mas que o partido procura incentivar enquanto movimentos sociais numa perspectiva classista⁴⁹.

Segundo uma ativista do Coletivo Ana Montenegro (Coletivo Feminista do PCB de cujo Congresso Nacional participei em novembro de 2015), dentro dos movimentos sociais há também uma luta pela hegemonia, é lá que os coletivos classistas devem se mobilizar para construir a ideia de que toda luta deve ter a perspectiva classista, ou seja, a de que todo o tipo de exploração, a de gênero, sexo, raça/cor, tem como horizonte a exploração de classes para a manutenção da sociedade capitalista.

Figura 27: Cartaz de divulgação do Congresso Nacional Ana Montenegro.



Fonte: Sede do PCB em São Paulo.

⁴⁹ Os Coletivos são: Coletivo Feminista Classista Ana Montenegro (Movimento Feminista), Coletivo Minervino de Oliveira (Movimento Negro), Coletivo Unidade Classista (Movimento Sindical), União da Juventude Comunista (Jovens).

III

A EDUCAÇÃO NAS ENTRELINHAS DA MEMÓRIA

Nesse capítulo, trabalho mais especificamente com as fontes documentais primárias, recolhidas no Arquivo Edgard Leuenhot. Ali, encontrei cartas, artigos, cartazes, materiais preservados e arquivados por diferentes militantes relacionados ao PCB. Estão ali os arquivos do próprio PCB, anteriormente sob a guarda do Instituto Astrojildo Pereira, e as coleções compostas por documentos doados pelos militantes e seus familiares.

Os Fundos consultados e seu período de abrangência são: Astrojildo Pereira (1920 a 1930); Hermínio Sacchetta (1933 a 1969); PCB e Octavio Brandão (1920 a 1946). Os Fundos contêm materiais de interesse histórico, incluindo cartas trocadas por militantes, em que se discute a situação política do Brasil na época, o que justificaria serem olhadas com atenção pelos historiadores. Mantive-me, durante a pesquisa, com o olhar sobre o recorte das atividades educativas dentro da militância do partido.

Ainda há o fundo intitulado *Internacional Comunista*, que reúne documentos compilados por militantes e familiares que moraram na URSS de 1922 a 1939.

A maioria dos documentos são aqui expostos com a intenção de descrever práticas e causar reflexões, fomentar questões sobre o partido e sua relação com a educação na época, e não para dar propriamente uma resposta ou emitir um juízo de valor.

As fontes documentais apresentam uma visão de educação que não se restringe à escolarização, mas que transborda para as dinâmicas da sociedade e incorpora os espaços e tempos de cultura.

São muitos os documentos constantes no AEL ligados às atividades do PCB, em especial aos seus primeiros anos até o fim da Segunda Guerra. Há uma grande diversidade de documentos: panfletos, livros, anotações, memorandos, cartas e jornais. Para fins de exequibilidade da análise, optei por me aprofundar na leitura das cartas para imprensa (não publicadas) e nos jornais (que incluem cartas publicadas).

Os jornais possuem pequenos artigos não só de militantes, mas também de trabalhadores e simpatizantes, e muito embora funcionem

como parte do trabalho da instituição e do trabalho individual dentro da instituição, não são necessariamente oficiais e passam por um recorte mais intimista do pensamento e da vida daquele que escreve e publica ou envia a um camarada.

O Jornal A Classe Operária (CLASSOP), órgão oficial do partido, traz uma grande pluralidade de falas de trabalhadores e militantes, além de reflexões feitas de modo a chamar o coletivo a pensar.

3.1 Os Jornais Operários

Antes de mais, o operário deve negar decididamente qualquer solidariedade com o jornal burguês.
Gramsci, 2005b

A citação acima foi extraída do texto de Gramsci "Os jornais e os Operários" (2005b), que fala do jornal e seu papel na conquista da hegemonia. Nesse texto, Gramsci se pergunta o porquê, e se espanta de o trabalhador continuar a ler, nos jornais burgueses, a verdade de quem os oprime, travestida de notícia e que ainda pague por isso. Gramsci exorta os operários a boicotarem o veículo de propaganda burguesa.

Deveria recordar-se sempre, sempre, sempre, que o jornal burguês (qualquer que seja sua cor) é um instrumento de luta movido por ideias e interesses que estão em contraste com os seus. Tudo o que se publica é constantemente influenciado por uma ideia: servir a classe dominante, o que se traduz, sem dúvida, num fato: combater a classe trabalhadora (GRAMSCI, 2005b).

Antes de Gramsci, Marx e Lênin já haviam se debruçado sobre a questão da imprensa. Marx, porque se sustentou por muitos anos como jornalista e, embora trabalhasse na imprensa comum, era combativo quanto aos interesses expressos nos jornais. Chegou a ser redator chefe de um jornal posteriormente fechado pela censura do governo na Prússia (BORGES, 2013).

Lênin escreveu diversos textos sobre o assunto e fez propostas de imprensa operária e coletiva. Em *Teses sobre a democracia burguesa e a ditadura do proletariado* (1919), apresentado no congresso de fundação da Terceira Internacional, Lênin desconstrói a ideia de liberdade de Imprensa no Capitalismo, e em *O que fazer? Problemas candentes do nosso movimento* (1946), ele traz a ideia de que o jornal co-

letivo pode ser um órgão importante nos governos revolucionários, já que se traduz em instrumento de coesão, de aprendizado e de diálogo entre todos os trabalhadores que seriam, ou deveriam se tornar, responsáveis pelo Estado.

Para Marx e Engels o jornal operário exigia estudo, rigor, cultura. Engels escreve:

[...] Você que, sem dúvida, já produziu alguma coisa, notou certamente como é reduzido o número de jovens literatos, filiados ao Partido, que se dão ao trabalho de estudar a economia, a história da economia e a história do comércio, da indústria, da agricultura e das formações sociais. Quantos conhecem de Maurer mais do que o nome? É a auto-suficiência do jornalista que deve resolver todas as dificuldades, mas depois os resultados medem-se proporcionalmente! Dir-se-ia que esses senhores julgam que tudo é sempre suficientemente bom para os operários. Se esses senhores soubessem a que ponto Marx considerava que as suas melhores produções não eram ainda bastante boas para os operários e como considerava um crime oferecer aos trabalhadores qualquer coisa que estivesse aquém da perfeição! (Engels: 1951, p.127-128).

Marx, assim como Engels, via o jornal e a imprensa operária como uma prática política, uma possibilidade de intervenção à luz de elaborações teóricas, científico-filosóficas. Ele buscou construir textos de natureza “panfletária” (Manifesto do Partido Comunista), abrindo um canal de diálogo com o povo e, concomitantemente, desenvolveu o exercício intelectual mais árduo que comparece na redação de *O capital*.

No Brasil os jornais operários foram experiências concretas da população trabalhadora. Desde fins do século XIX, muitas foram as experiências de imprensa popular, uma imprensa que tinha por intenção propagar os ideais anarquistas, denunciar condições de vida, estadia e trabalho no Brasil, entre outras coisas, como divulgar festas, grêmios, empregos e sindicatos.

Os jornais de tendência anarquista, anarco-sindicalista, comunista, ou jornais de sindicatos, dos pequenos grupos socialistas ou antifascistas, eram parte integrante do cotidiano da cidade e do ponto de vista de como os trabalhadores viam seus problemas. (DECCA, 1987, p. 97)

Na cidade de São Paulo, no início do século XX, circularam diversos folhetins, publicados não só em português, mas também nos dialetos dos italianos que aqui viviam. A proibição do uso da língua estrangeira viria apenas mais tarde, com a figura de Vargas.

Gramsci também discute a possibilidade educativa das redações coletivas:

Um tipo de colegiado deliberativo, que busca incorporar a competência técnica necessária para operar de um modo realista, foi descrito em outro local, no qual se fala do que ocorre em certas redações de revistas, que funcionam ao mesmo tempo como redação e como círculo de cultura. O círculo crítica de modo colegiado e contribui assim para elaborar os trabalhos dos redatores individuais, cuja operosidade é organizada segundo um plano e uma divisão do trabalho racionalmente preestabelecidos. Através da discussão e da crítica colegiada (feita através de sugestões, conselhos, indicações metodológicas, crítica construtiva e voltada para a educação recíproca), mediante as quais cada um funciona como especialista em sua matéria a fim de integrar a competência coletiva, consegue-se efetivamente elevar o nível médio dos redatores individuais, alcançar o nível ou a capacidade do mais preparado, assegurando à revista uma colaboração cada vez mais selecionada e orgânica; e não se consegue apenas isso, mas cria-se também as condições para o surgimento de um grupo homogêneo de intelectuais, preparados para a produção de uma atividade "editorial" regular e metódica (não apenas de publicações de ocasião e de ensaios parciais, mas de trabalhos orgânicos de conjunto) (GRAMSCI, 1982, p.120).

Os jornais e boletins operários tinham, nessa época, boa circulação entre a classe operária e eram vistos como uma instância não só de informação, mas também de formação política. Segundo Saviani (2010, p. 182),

Os ideais libertários difundiram-se no Brasil na forma das correntes anarquista e anarcossindicalista. Aquela mais afeita aos meios literários e está diretamente ligada ao movimento operário. Seus quadros provinham basicamente do fluxo imigratório e expressavam-se por meio da criação de um número crescente de jornais, revistas, sindicatos livres e ligas operárias.

Em 1925, três anos após a fundação do Partido Comunista Brasileiro, inicia-se a publicação do jornal *A Classe Operária*, com a intenção de ser um órgão oficial do partido.

Para todos os militantes que ingressaram em partidos de esquerda nas últimas três décadas da história brasileira, falar em política cultural é, quando muito, lembrar da influência difusa das teses de determinada organização política sobre esse ou aquele artista ou veículo cultural em particular. Imprensa partidária é, para nossa geração, sinônimo de jornais e revistas de circulação restrita, voltados para o público interno, com dimensões acanhadas e periodicidade larga e irregular [...] olhando desse nosso presente, é fundamental resgatar a história – e quem sabe o exemplo – de um partido de esquerda que, atuando há mais de meio século, publicava uma rede de oito jornais diários e vários semanários em diferentes capitais brasileiras. O mesmo partido que fundou 24 editoras, a mais importante delas a Editorial Vitória, já no ano de sua criação pôs em circulação 57 mil volumes de livros (MATOS, 2010, p.249).

A fala de Mattos traz uma nova perspectiva. Hoje, a palavra partido parece esvaziada do mesmo significado que tinha para esses homens e mulheres do trabalho. Enquanto que para o cidadão do século XXI, essa palavra é atrelada à busca da representatividade através da via eleitoral, na época, o partido ia muito além disso. Além de uma associação de classe, o partido era o apoio moral e financeiro nas dificuldades pontuais da vida: no desemprego, na doença, na viuvez, e também nas dificuldades sociais enfrentadas relativas ao ideal e à estigmatização dos comunistas.

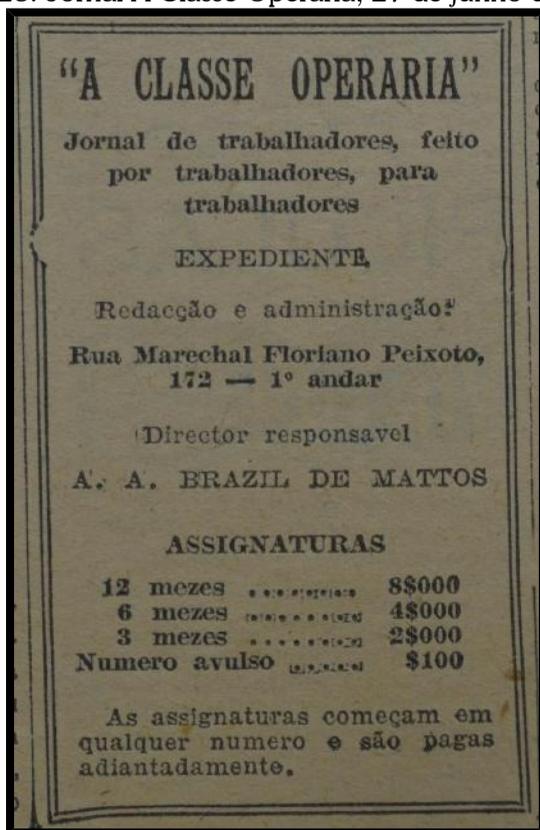
3.2 A Classe Operária, jornal e órgão oficial do Partido Comunista do Brasil

É preciso compreender o alcance de um jornal operário à época. Para um jornal clandestino e perseguido pelo poder Estatal, *A Classe Operária* tinha grande tiragem. Era editado com o auxílio dos próprios trabalhadores, impresso em gráficas cedidas e improvisadas nas casas de militantes. Sua sede mudava constantemente de endereço para fugir da repressão. Chegou a ser impresso no Rio, em São Paulo e em Salvador. Segundo Lacerda (1938), citado por Dainis Karepovs (2003, p. 154), “[...] até abril de 1937, editou-se *A Classe Operária* em São Paulo (mensal, com tiragem de cinco mil exemplares), Salvador (quinzenal, 2,2 mil exemplares) e no Rio de Janeiro (de janeiro a março de 1937, mensal com dois mil exemplares)”.

Era mandado para o interior das fábricas e também para o campo através dos militantes mais ativos que chegavam a ter a divulgação e organização do jornal como trabalho único. Em sua autobiografia, Otávio Brandão (1978), militante responsável por fundar e dar cumprimento à ideia do jornal, conta que a concepção primeira vinha da leitura de Lênin. Brandão reforça a intenção clara de que ele deveria ser um órgão, não somente de divulgação, mas também de caráter colaborativo e educativo entre os trabalhadores e trabalhadoras.

A Classe Operária tinha um título que já era um programa teórico e de ação. Acentuava a ideia central de classe. Determinava de que classe se tratava. Levava um subtítulo que era, também, um programa: "Jornal de trabalhadores, feito por trabalhadores, para trabalhadores (BRANDÃO, 1978, p. 302).

Figura 28: Jornal A Classe Operária, 27 de junho de 1925.



Fonte: AEL / IFCH.

Além da leitura, portanto, os trabalhadores eram chamados a contribuir com o jornal, em especial na denúncia de condições de vida e trabalho, o que faz da Classe Operária um documento interessante para compreensão do cotidiano desses trabalhadores.

A chamada imprensa operária ou pequena imprensa foi veículo dos interesses do operariado industrial e urbano e, através de sua leitura, se pode dimensionar como eram propostas formas de luta e resistência organizada para a classe trabalhadora no cotidiano. O discurso da chamada imprensa operária deixa entrever, além da realidade de uma "condição operária", contrapontos de diversas ordens às iniciativas de poder. Embora divergentes quanto à orientação política a ser dada ao movimento operário ou a organização sindical ou partidária, esses jornais, representando diferentes tendências políticas, apresentam uma temática mais ou menos comum quanto ao trabalhador urbano e industrial e lhe conferem uma existência diferente daquela emprestada pelo poder (DE DECCA, 1986, p. 98).

O CLASSOP não era apenas um jornal operário. Ele seguia a diretriz do partido, inspirado pela concepção marxista-leninista de que o jornal era parte integrante das atividades do partido e visto como um meio de organização e politização, pois, ao denunciar as condições materiais de existência, conscientizava a classe trabalhadora que

[...] as ideias dominantes de uma época sempre foram apenas as ideias da classe dominante. Fala-se de ideias que revolucionam uma sociedade inteira; com tais palavras exprime-se apenas o fato de que, no interior da velha sociedade, formaram-se os elementos de uma sociedade nova e a dissolução das velhas ideias acompanha a dissolução das velhas condições de existência (ENGELS, MARX, 1989, p. 85).

As denúncias que apareciam no jornal variavam indo desde o descumprimento de leis por parte dos patrões, até a insalubridade no ambiente de trabalho (falta de janelas, de local para alimentação, falta de ventilação, intoxicação, instabilidade das máquinas), passando por denúncias de excesso de trabalho dos "juvenis", bem como de violências por parte dos patrões e encarregados da fábrica, inclusive violências de gênero.

Em 1925, apesar do estado de sítio decretado pelo Presidente Artur Bernardes desde 1922 e das difíceis condições para a luta operária, o jornal ainda permanecia na legalidade e os nomes dos artigos, em sua maior parte, eram assinados. Alguns artigos eram identificados

por grupos ou classes ("Trabalhadores dos Trapiches", "Um grupo de Vassoureiros", "Os pequenos operários da estamperia *Bonavita*"). O Jornal se tornou ilegal em 1929, ficando assim por 16 anos, mas ainda publicando apesar das dificuldades (BRANDÃO, 1978). É possível observar, nos números dispostos no AEL, que nas edições do Ano XII, em 1936, nenhum artigo é assinado, apenas as iniciais são grafadas.

Outra mudança visível que explicita o recrudescimento da perseguição aos trabalhadores e à liberdade de imprensa é o teor dos artigos no Jornal. Se os primeiros números se dedicam à denúncia das condições de trabalho, os números da década de 1930 têm em seu corpo uma temática bem diferente: a denúncia da fascistização do Estado Brasileiro, a perda das liberdades dos trabalhadores e uma constante denúncia sobre a possibilidade de perda da democracia no país, o que mais tarde se verificou.

Segundo Fábio Sousa (2012), o jornal foi editado até 1940, foi retomado em 1945 e, embora não de maneira completamente regular, foi publicado até 1953. Após nova interrupção, foi retomado em 1960 e, de maneira intermitente, é "publicado até hoje [...] pode ser considerado o jornal de esquerda mais antigo da História da Imprensa Brasileira". Não foi possível, no entanto, encontrar as séries completas de jornais. Foram consultados os números constantes do AEL, no Arquivo Nacional, na Fundação Maurício Grabois (Ligada ao PC do B) e no *Marxists*, sítio aberto e colaborativo, que funciona como arquivo marxista na internet.

Para a historiografia tradicional, o Brasil passou por uma ditadura após o golpe dado por Getúlio Vargas em 1937. Sabemos, no entanto, que recrudesceram as perseguições aos trabalhadores e militantes desde muito antes: o Departamento Estadual de Ordem Política e Social de São Paulo (DEOPS-SP), por exemplo, foi criado em 1924.

No depoimento de Elvira Boni, militante anarquista e colaboradora do PCB, é possível compreender que a perseguição era sentida vivamente pelos trabalhadores desde fins de 1920. A militante deixa claro também a consciência de que a luta dos trabalhadores gerou frutos na conquista dos direitos trabalhistas (GOMES, 1988b).

A colaboração ao jornal não se limitava à militância. Os artigos, cartas e propagandas não se restringiam aos membros do partido. Os jornais agregavam todas as falas dos trabalhadores, fossem eles militantes ou não. Os artigos eram escritos pelos trabalhadores e grupos de trabalhadores, e não só pelos membros do partido. Todos os que tinham dificuldades, problemas, necessidades, eram incentivados a es-

crever e denunciar. No jornal de 4 de julho de 1925 (Ano I), aparecem vinte e cinco pequenos artigos de trabalhadores, todos em tom de denúncia das condições de vida, trabalho e salário. Assim, *A Classe Operária* era órgão oficial e parte intrínseca do partido, responsável por manter sua unidade e publicar as resoluções e documentos oficiais, o que explica a constante luta dos militantes para mantê-lo vivo, apesar das perseguições (SOUSA, 2012).

3.3 A colaboração, a leitura e a educação dos trabalhadores

A discussão sobre educação perpassa a questão do jornal colaborativo de duas maneiras: a colaboração em si, como um processo de aprendizado através do incentivo ao uso da escrita e no processo de aprendizagem que se possibilita com a leitura propriamente dita do jornal; e o registro que se fez e que pode ser acessado das experiências educativas para além do *Classop*.

É possível perceber, ao longo da consulta aos documentos, que os editores buscavam incentivar a escrita, inclusive dos trabalhadores mais simples; faziam questão da colaboração dos homens do campo; e a valoração de qualidade no texto e a escrita na norma culta, embora não fosse negada, não era algo prioritário. Prioritária era a participação de todos. Para resolver as dificuldades de escrita dos colaboradores, as cartas eram corrigidas e editadas por Laura Brandão (1978). Além disso, o jornal parecia consciente da sua possibilidade de promover, entre as massas, leituras de cunho reflexivo, incentivando a leitura de obras teóricas e literárias.

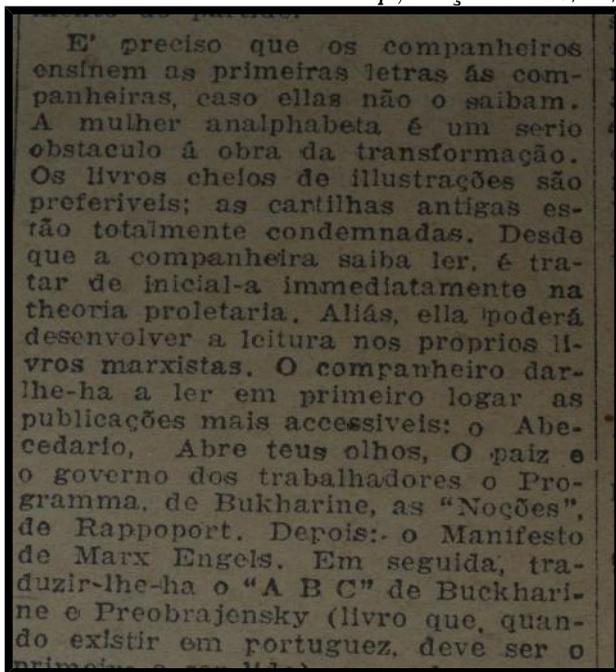
3.4 A educação formal-escolar e a educação através e pelo jornal colaborativo

Ao me debruçar entre os números do jornal dispostos no Arquivo Edgard Leuenroth da Unicamp, pude notar que as falas e escritos sobre a educação são recorrentes. Além das já discutidas chamadas para a colaboração escrita do trabalhador, as indicações de leituras, as críticas às condições de acesso à educação formal e sugestões de vias de resistência à falta de espaço formal de educação, se fazem presentes.

Os artigos às vezes vinham explicitar o problema da falta de instrução das crianças, às vezes divulgar cursos noturnos e associações de ensino. Pôde-se observar também a valorização das iniciativas educativas dentro das prisões (Presídio Maria Zélia e Colônia Correccional de Ilha Grande. Não foram achados registros sobre o presídio de Fernando de Noronha) e entre os presos políticos que, ao montar bibliotecas e grupos de estudo, no dizer dos jornais, resistiam. Para além do jornal como experiência educativa *per se*, em seu fazer colaborativo, o discurso e a reflexão sobre educação, no periódico, foi uma constante.

As falas sobre o assunto da educação são recorrentes, variadas e perpassam diversos artigos. Na edição de 27 de junho de 1925 (Fig. 29) lê-se sobre a educação das mães operárias e a importância da alfabetização.

Figura 29: Recorte do Jornal *Classop*, edição de 27/06/1925.



Fonte: AEL / IFCH.

[Transcrição da figura 29]

É preciso que os companheiros ensinem as primeiras letras às companheiras, caso *ellas* não o saibam. A mulher *analfabeta* é

um sério obstáculo à obra de transformação. Os livros cheios de ilustrações são preferíveis; as cartilhas antigas estão totalmente condenadas. Desde que a companheira saiba ler, é tratar de iniciá-la imediatamente na *theoria* proletária. Aliás, ela poderá desenvolver a leitura nos próprios livros marxistas. O companheiro dar-lhe-a em primeiro lugar as publicações mais acessíveis: O Abecedário, Abre teus olhos, O paiz e o governo dos trabalhadores o Programma de Bukahrine, as "Noções" de Rappoport. Depois: o Manifesto de MarxEngels. Em seguida traduzir-lhe-a o "A B C" de Buckharine e Preobrajensky[...].

Na edição de maio de 1928, um artigo procura levantar questões para o jovem proletário. Nesse artigo, fica implícita a crítica ao emprego na condição de aprendiz, que é remunerado de maneira inferior e mais usado na fábrica como forma de diminuir os gastos que para o aprendiz, de fato, de uma profissão: “Jovem proletário. Onde trabalhas? Tem muitos companheiros? Quantas horas trabalhas? Qual é o teu salário? Quantas horas dormes? Como é a tua cama? Os pagamentos são pontuaes? És aprendiz, ou, és apenas roubado como aprendiz?”

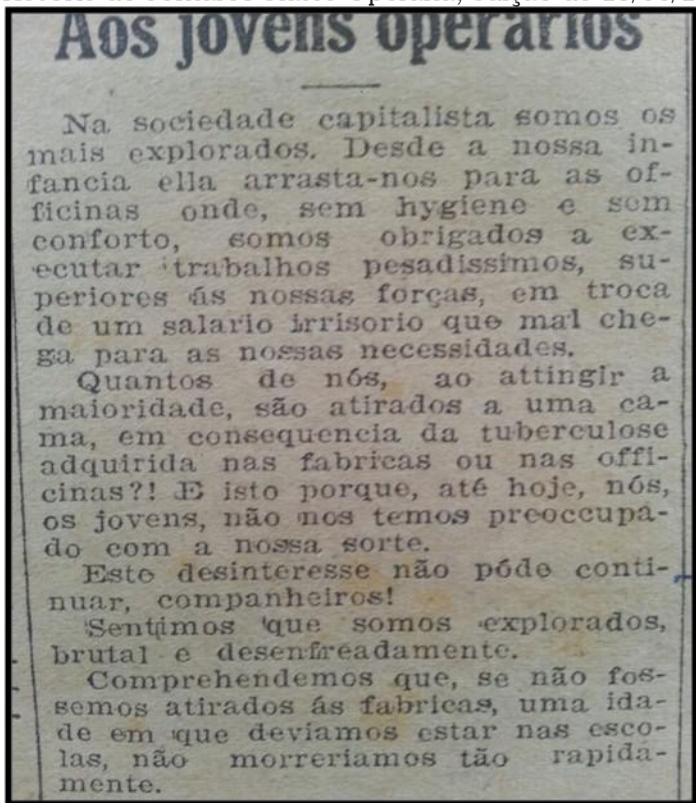
Em janeiro de 1938, no Manifesto de Convocação para o IV Congresso do PCB, que foi lançado como folha suplementar ao jornal, entre outras propostas, figuram ideias sobre a educação da juventude. “Um programa que *abrisse* a mocidade brasileira maiores horizontes, para a concretização de suas sentidas aspirações deveria compreender uma campanha juvenil pela cultura popular ampla, pela proteção, a recreação e ao esporte dos jovens.”

Vários artigos se mostram sensíveis, diversas vezes, à condição da juventude trabalhadora e à dificuldade que ela tem de unir trabalho e estudo. Na edição de 13 de junho de 1925 as já comentadas condições precárias da juventude trabalhadora são denunciadas. Abaixo a transcrição.

Aos jovens operários. Na sociedade Capitalista somos os mais explorados. Desde a nossa infância ella arrasta-nos para as oficinas onde, sem hygiene e sem conforto, somos obrigados a executar trabalhos pesadíssimos, superiores as nossas forças, em troca de um salario irrisório que mal chega para as nossas necessidades. Quantos de nós, ao atingir a maioridade, são atirados a uma cama, em consequência da tuberculose adquirida nas fábricas ou nas oficinas?! E isto porque, até hoje, nós, os jovens, não nos temos preocupado com a nossa sorte. Este desinteresse não pode continuar, companheiros! Sentimos que somos explorados

brutal e desenfreadamente. *Compreendemos que, se não fossemos atirados às fábricas, uma idade em que deveríamos estar nas escolas, não morreríamos tão rapidamente.*

Figura 30: Recorte do Jornal A Classe Operária, edição de 13/06/1925.



Fonte: AEL / IFCH

Em uma carta de Material para a Imprensa, na pasta 33 do Fundo Herminio Sachetta, e que não foi achada publicada nas edições do Jornal, um jovem escreve a respeito das condições de trabalho e falta de possibilidade de estudo.

E entre o povo, nós, jovens, somos a parte mais sacrificada, porque somos a maioria, somos os que dispõe de maior energia, somos os que mais trabalham e menos ganham. Em nossas famílias, somos o sustentáculo; de nós depende a vida e o futuro de nossos pais, irmãos menores e irmãs. Sacrificamos diariamente, nas cidades e nos campos, os melhores momentos de nossa vida, em troca de salários miseráveis. Não podemos estudar por que

as taxas de escola e o custo dos livros aumentam cada vez mais; não estamos em condição de nos vestirmos decentemente, de frequentarmos um clube de esportes, de mantermos o vigor físico que é o que faz a alegria e a beleza da mocidade. Os divertimentos são poucos e caros. O casamento é um problema terrível para nós, porque neles vemos uma vida de privações contínuas, de mal-estar e desarmonias, a perspectiva de termos filhos fracos e doentios pela falta de alimentação suficiente, e que irão consumir-se pela exploração feroz dos proprietários de fábricas ou latifúndios. E as moças? Passam as mesmas necessidades, com o agravante de não terem nem a liberdade aparente que os moços têm. Vivem oprimidas e aterrorizadas por uma sociedade cheia de preconceitos e misérias morais, resultado das dificuldades econômicas. Nas escolas vivemos eternamente sob o regime das taxas escorchantes, do carrancismo dos professores, das políticas de cátedras, dos métodos antigos e ineficientes de ensino. E, agora, sob o "Estado Novo" afogado em maior obscurantismo. Nos campos, entretanto, a exploração é revoltante, é um verdadeiro regime de servidão feudal: mais de 10 horas de trabalho, salário pago por família, opressão dos feitores e fiscais, miséria, doença, incultura, falta de diversões⁵⁰.

No primeiro parágrafo se lê "Não podemos estudar por que as taxas de escola e o custo dos livros aumentam cada vez mais", o que confirma que o acesso à escola era difícil, e a escola pública não era uma realidade.

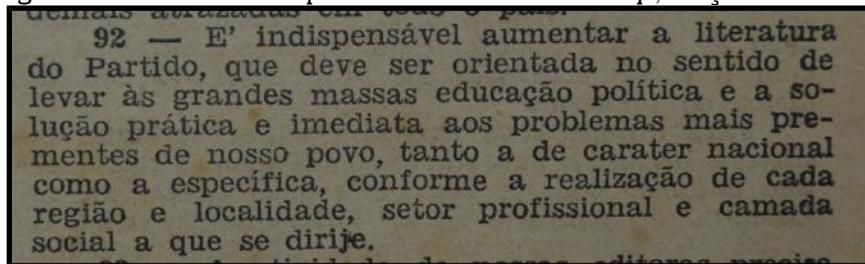
Como dito anteriormente, na cidade de São Paulo de 1920, havia apenas um ginásio público mantido pelo governo, contra 40 escolas privadas. Em um artigo de 27 de agosto de 1930 publicado na *Classop*, um militante pensa a possibilidade de que os patrões sejam obrigados a custear os estudos para os jovens que empregam,

Viva a frente única da juventude proletária. Pela jornada de 7 horas para operários adultos e de 6 para os operários jovens! Para os jovens e as mulheres, salário igual para trabalho igual! Para os menores trabalhadores, 2 horas por dia de aprendizagem pagas pelos patrões! Abaixo a exploração feudal dos menores trabalhadores.

⁵⁰ Carta de um militante para o Jornal A Classe Operária. As cartas destinadas à imprensa, no Fundo Hermínio Sachchetta, são provavelmente da época de grande perseguição política (Uma delas foi encontrada publicada na *Classop* de 1938). Quando estão assinadas, o estão apenas com o primeiro nome ou possuem um codnome.

Nesse contexto, de educação pública escassa, é possível compreender o espaço que se dá às notas de divulgação sobre oportunidades educativas coletivas, como as associações de ensino mútuo, as escolas noturnas e de aprendizado técnico (metalurgia ou alfabetização) nos sindicatos e a preocupação com a literatura e educação política das massas.

Figura 31: Recorte do Suplemento do Jornal *Classop*, edição de 1947.

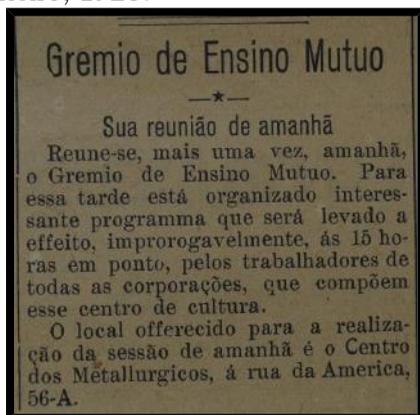


92 — E' indispensável aumentar a literatura do Partido, que deve ser orientada no sentido de levar às grandes massas educação política e a solução prática e imediata aos problemas mais prementes de nosso povo, tanto a de caráter nacional como a específica, conforme a realização de cada região e localidade, setor profissional e camada social a que se dirige.

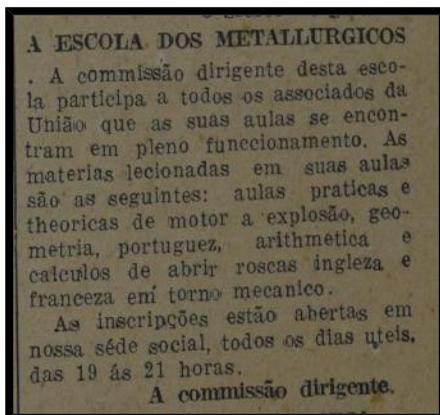
Fonte: AEL / IFHC

Há ainda, as chamadas para leituras de base e para a conscientização da importância do debate entre companheiros no lar e na fábrica, assim como espaço de publicação das oportunidades educacionais (Figuras 32, 33 e 34).

Figuras 32, 33 e 34: Recortes do Jornal *A Classe Operária*, Rio de Janeiro, 1925.



Gremio de Ensino Mutuo
—*—
Sua reunião de amanhã
Reune-se, mais uma vez, amanhã, o Gremio de Ensino Mutuo. Para essa tarde está organizado interessante programma que será levado a effeito, improrogavelmente, ás 15 horas em ponto, pelos trabalhadores de todas as corporações, que compõem esse centro de cultura.
O local offerecido para a realização da sessão de amanhã é o Centro dos Metallurgicos, á rua da America, 56-A.



A ESCOLA DOS METALLURGICOS
. A comissão dirigente desta escola participa a todos os associados da União que as suas aulas se encontram em pleno funcionamento. As materias lecionadas em suas aulas são as seguintes: aulas praticas e theoreticas de motor a explosão, geometria, portuguez, arithmetica e calculos de abrir roscas ingleza e franceza em torno mecanico.
As inscrições estão abertas em nossa sede social, todos os dias úteis, das 19 ás 21 horas.
A comissão dirigente.

ESCOLA NOCTURNA

Trabalhadores! Aprendam a ler para que melhor possam compreender o valor do trabalho e do trabalhador. A Caixa Beneficente, com o fim de propagar o ensino entre companheiros, acaba de fundar uma escola nocturna em seu vasto salão, á rua José Mauricio n. 46, sobrado, para ensino primario e das linguas ingleza e franceza.

Não ha distincção para quem quizer aprender, adulto ou criança, nacional ou estrangeiro. Podem vir matricular-se. Serão cobrados 5\$000 mensaes para compra de tinta, papel e penas, que serão fornecidos pela escola.

Horario das aulas: 1ª turma, das 19 ás 21 horas, e 2ª, das 21 ás 23. Haverá aulas diurnas.

Fonte: AEL / IFCH

Na Figura 35, é possível notar que as indicações de leitura são diferentes, umas destinadas à vanguarda, outras às massas. Isso nos traz indícios da consciência da necessidade de indicar ao trabalhador as leituras que ampliariam seu modo de ver e atuar no mundo, mas sempre de acordo com suas capacidades de compreensão e leitura. De nada adiantaria indicar a um trabalhador mais simples uma leitura muito complexa, o que apenas o desencorajaria. Já para os pensadores mais maduros e engajados, leituras mais aprofundadas, de modo a ampliar ainda mais suas visões de mundo.

Figura 35: Recorte do Jornal A Classe Operária, 27 de junho de 1925, com sugestões de leitura.

Leituras para trabalhadores

—

PARA AS MASSAS

Evangelho dos Livres.....	\$200
Programma da I. S. V. (em hespanhol)	1\$200
Tres annos da luta da I. S. V. (em hespanhol)	\$200

PARA A VANGUARDA

Anarchismo e com'unismo —	
Bulcharine	\$200
Manifesto de Mars — Engels.	\$500
Russia Proletaria	3\$000
Revista do P. C. — cada n.	\$300 e \$500.

Pedidos, acompanhados da respectiva importancia, a A. A. Brazil de Mattos — rua Marechal Floriano Peixoto n. 173, 1º andar — Rio de Janeiro.

Fonte: AEL / IFCH

Segundo a análise de José Ramos Tinhorão (2000), Alfonso Schmidt, autor de *Evangelho dos Livres*, que aparece como sugestão de leitura para as massas na Figura 31, tinha preocupação maior em escrever para o povo, e embora tenha sofrido estigmatização dos críticos da época justamente por sua escolha, é um escritor importante, especialmente por ser um dos "preocupados em fixar a paisagem urbana de suas cidades" e que, além do "aproveitamento de temas locais", teriam a preocupação de conquistar um "público mais amplo" (Ibidem, p. 371). O *Evangelho dos Livres* é escrito e indicado para aqueles que chegam agora ao movimento. Assim, Schmidt, como desejava, milita enquanto exerce o ofício de escritor. Tristão de Athayde, crítico contemporâneo ao autor, classificou seu trabalho como "Romance Populista". O fato é que Schmidt não queria ser um escritor de elite. Ele pensava na escrita com um caráter ideológico, desejava fazer uma literatura que pudesse alcançar a todos. A isso Tinhorão atribui o fato dele não ter se tornado um escritor aclamado. Assim como - inclusive ideologicamente - pretendia apenas escrever para o povo [...] o intelectual proletário seria submetido a uma natural marginalização, por parte da crítica de elite, comprometida com a "vanguarda" da Semana de Arte Moderna (Ibidem, p. 372).

Schmidt fazia parte dos escritores que, intencionalmente, resolveram escrever para as massas, valorizando o interesse social em detrimento de possíveis preocupações estéticas ou mesmo o desejo de fama duradoura. Por isso, tais escritores eram marginalizados em seu trabalho e estigmatizados como escritores menores ou populistas (palavra colocada aí em sentido pejorativo)

E esta suspeita tende a confirmar-se quando se verifica que os mesmos historiadores da literatura, que omitem ou mal se referem à existência desses escritores de linha proletária [...] não deixaram de referir-se, invariavelmente a obras menores de outros autores, apenas por estarem ligados ao movimento culturalmente elitista de 1922 (Ibidem, p. 373).

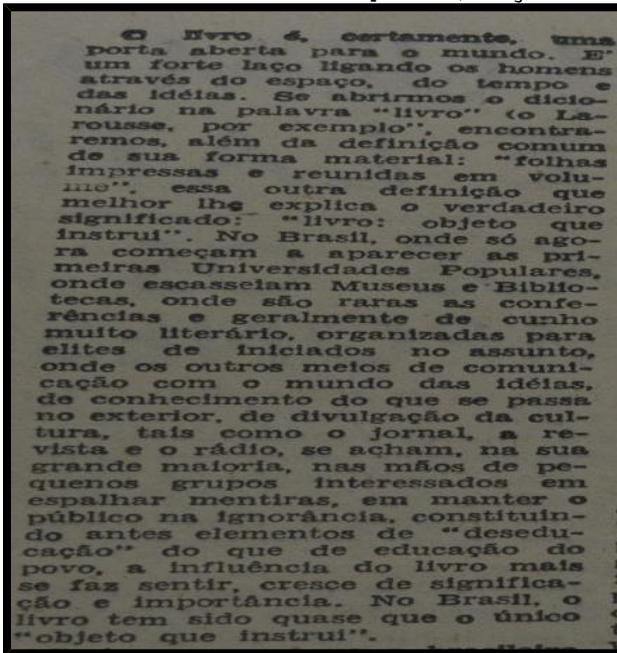
Consciente da grande distância que o separava de um escritor da elite, mesmo quando imbuído do pensamento de esquerda (A revista *Problemas*, de orientação política-cultural, por exemplo, viria a ter a colaboração de diversos artistas e intelectuais, inclusive participantes da Semana de Arte Moderna – SAM), mas que não necessitava ganhar a vida como proletário da escrita, Schmidt se defende: “Nós, os escritores de ganho, que nos fizemos jornalistas para alcançar um meio de vida

que a literatura não nos dá, escrevemos os livros com a pressa de velhos empreiteiros” (SCHMIDT apud TINHORÃO, 2000, p. 372). A discussão trazida por Schmidt e lembrada por Tinhorão explicita uma consciência do artista proletário com relação ao seu espaço no mundo da cultura e frente à crítica de arte.

Segundo Tinhorão, Schmidt queria se utilizar da literatura para "conscientizar ideologicamente as camadas populares das motivações secretas de suas dificuldades" (Ibidem, p. 378), ou seja, explicitar que as dificuldades provinham da exploração do trabalho. Para isso, escrevia romances na forma de folhetim e se utilizava dos jornais como veículo de publicação. Assim, o texto de Schmidt está, no jornal, sugerido para as massas, por provavelmente, e com intenção clara, ter sido escrito para acesso maior, acesso daqueles que não possuíam o capital cultural da elite.

No artigo que vê na Figura 36, há uma discussão sobre a importância do livro como educador. Tal artigo foi assinado por Lia Corrêa Dutra, e impresso no Classop, edição de 1938.

Figura 36: Recorte do Jornal A Classe Operária, edição de 1938.



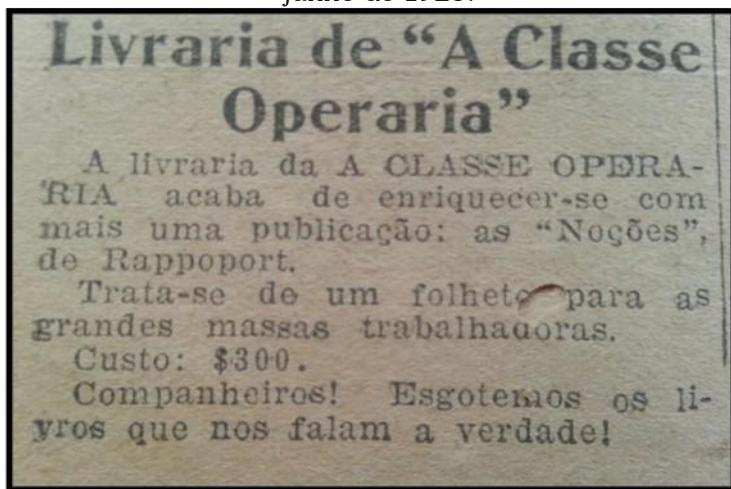
Fonte: AEL / IFCH

[Transcrição da figura 36]

O livro é, certamente, uma porta aberta para o mundo. É um forte laço ligando os homens através do espaço, do tempo e das ideias. [...] livro: objeto que instrui. No Brasil, onde só agora começam a aparecer as primeiras Universidades Populares, onde escasseiam museus e Bibliotecas, onde são raras as conferências e geralmente de cunho muito literário, organizadas para elites de iniciados no assunto, onde os outros meios de comunicação com o mundo das ideias, de conhecimento do que se passa no exterior, de divulgação da cultura, tais como jornais a revista e o rádio, se acham, na sua grande maioria, nas mãos de pequenos grupos interessados em espalhar mentiras, em manter o público na ignorância, constituindo, antes, elementos de deseducação do que de educação do povo, a influência mais se faz sentir, cresce de significação e importância. No Brasil o livro tem sido quase que o único "objeto que instrui".

O Artigo coloca em cheque a educação escolar à época e sugere o livro como forma de resistência educativa. Em 27 de Junho de 1925, a Classop publica um aviso que traz indícios de que o jornal mantinha uma livraria.

Figura 37: Recorte do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 27 de junho de 1925.



Fonte: AEL / IFCH

Há outros excertos do Classop instigando seus leitores a participarem das atividades de leitura e escrita. Na Figura 38, vemos um convite dos editores do jornal incentivando a participação escrita e chamando os trabalhadores das fazendas de café a colaborarem.

Figura 38: Recorte do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1925.



Fonte: AEL / IFCH

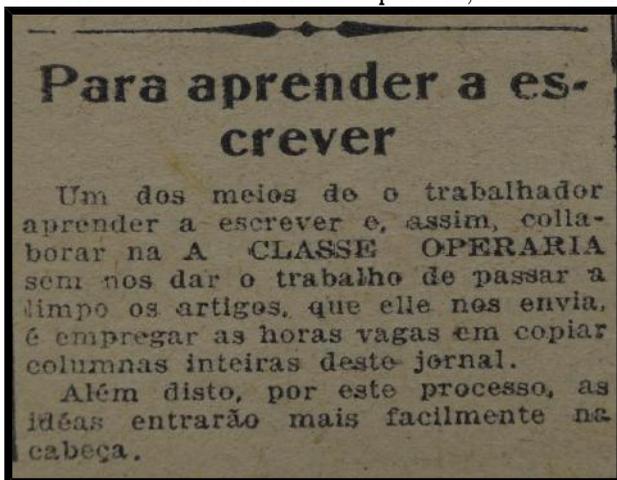
[Transcrição da figura 38]

Aos trabalhadores das fazendas de café

Pedimos aos companheiros trabalhadores das fazendas de café que nos escrevam comunicando seus salarios, as horas de trabalho, os sofrimentos e as aspirações. Não se importem com os erros de grammatica.

Essa chamada para a colaboração demonstra que, independentemente da apropriação do trabalhador sobre a norma culta, sua fala está assegurada, o que fortalece o espaço de fala e também a possibilidade do exercício da escrita e, portanto, de uma participação educativa. Na Figura 39, o incentivo é dado àquele que ainda não têm o aprendizado fluente da escrita. O jornal sugere um exercício de cópia a fim de melhoria na escrita.

Figura 39: Recorte do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1925.



Fonte: AEL / IFHC

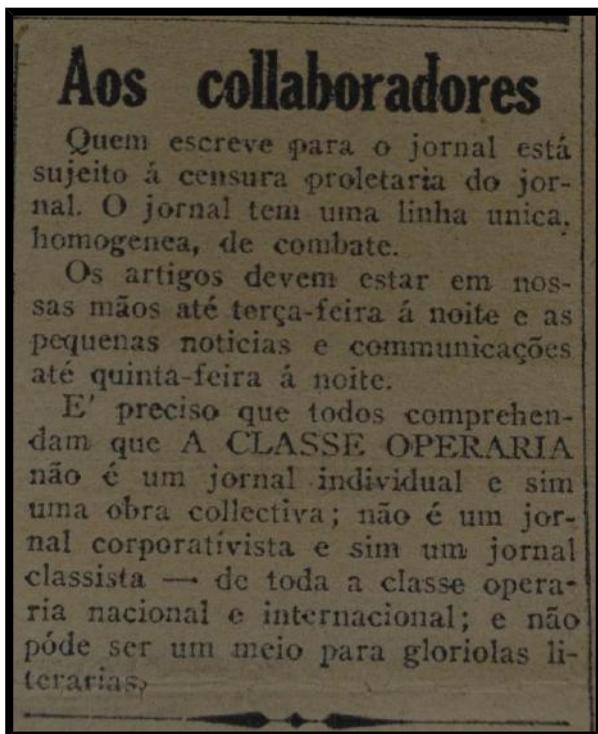
[Transcrição da Figura 39]

Para aprender a escrever.

Um dos meios de o trabalhador aprender a escrever e, assim, colaborar, na A Classe Operária, sem nos dar o trabalho de passar a limpo os artigos que elle nos envia, é empregar as horas vagas em copiar columnas inteiras desse jornal. Além disso, por esse processo, as idéas entrarão mais facilmente na cabeça

Embora a intenção de escrita seja coletiva, ao observarmos as publicações notamos que a colaboração dos trabalhadores tem um espaço específico. Dos artigos de trabalhadores publicados no jornal do dia 4 de julho de 1925, todos se referiam às condições de vida, de trabalho e emprego. Na prática, os artigos de opinião, as reflexões literárias e as discussões sobre política se mostram vedadas ao trabalhador comum, sendo que nesses espaços a escrita era feita prioritariamente pela chamada vanguarda operária.

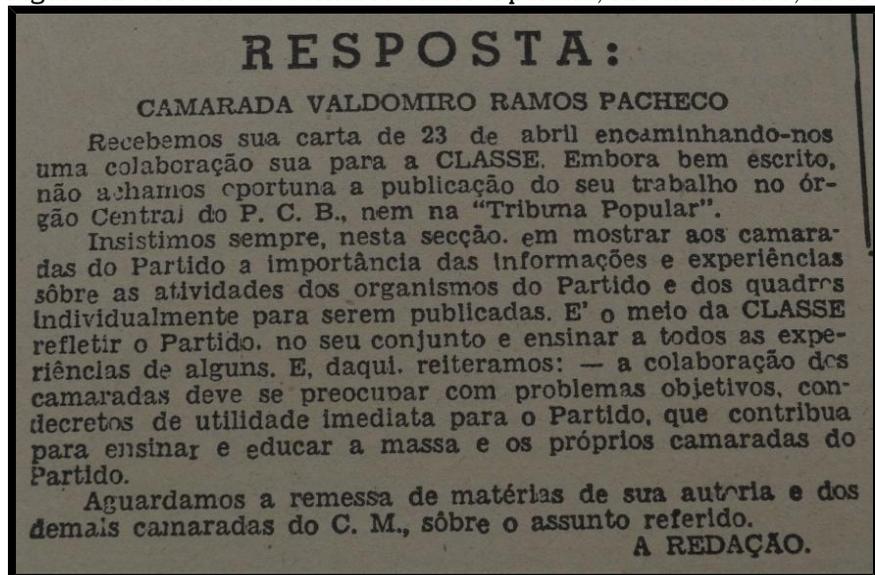
Figura 40: Recorte do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 13 de junho de 1925.



Fonte: AEL / IFCH

Um bom exemplo dessa separação é a resposta publicada no jornal de 1945 a Valdomiro Ramos Pacheco (Figura 41). Ao que parece, o texto de caráter literário escrito pelo tal Valdomiro não encontrou abrigo no jornal, talvez por ele não ser considerado um “vanguardista” importante na época, talvez pelo teor de sua escrita não cumprir a função militante que se buscava nos artigos publicados no jornal, ou talvez simplesmente por não ter sido compreendido. Mas essa situação de seleção de quem poderia contribuir e onde poderia, fazia diminuir, a meu ver, a possibilidade educativa e colaborativa do mesmo.

Figura 41: Recorte do Jornal A Classe Operária, Rio de Janeiro, 1945.



Fonte: AEL / IFCH

Numa rápida busca, pode achar o nome Valdomiro Ramos Pacheco na Biblioteca de Literatura Digital da Universidade Federal de São Carlos (UFSCAR)⁵¹, atribuindo-se a ele a profissão de poeta, jornalista, professor e filósofo. A resposta dada pelo jornal a Pacheco, contém em si uma contradição: ao mesmo tempo em que o jornal se pretende um órgão coletivo, tem um espaço restrito de contribuição desses trabalhadores cujo corte parece ser mais político ideológico e menos educativo e cultural.

Olhando agora os dados da pesquisa sob outro prisma, pode compreender também que a educação das mulheres era valorizada. Para começar, a força produtiva nas fábricas contava fortemente com a participação feminina. A inserção da mulher das classes operárias no mundo do trabalho era algo real e concreto.

Desde o início do processo de industrialização, as mulheres constituíram uma parte significativa da classe operária brasileira, especialmente em alguns setores como o têxtil. Alguns exemplos: em São Paulo, as estatísticas informam que no final do século XIX, 72,74% dos trabalhadores nas indústrias de fiação e tecela-

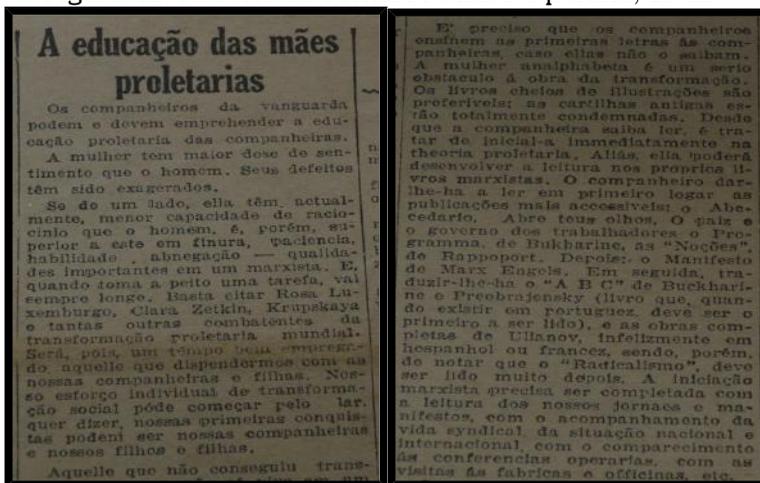
⁵¹ Disponível em: < <http://www.literaturabrasileira.ufsc.br/autores/?id=3307> >. Acesso em: 13 ago. 2016.

gem eram mulheres e crianças. Em 1912, dos 7 estabelecimentos fabris visitados pelos inspetores do Departamento Estadual do Trabalho, num total de 1775 operários, 1340 eram do sexo feminino. Em Pelotas e Rio Grande, duas importantes cidades industriais no extremo sul do Brasil, segundo o Recenseamento de 1920, as mulheres compunham cerca de um terço da mão-de-obra industrial. É fácil perceber o porquê desta presença significativa do “sexo frágil” nas fábricas, embora a moral da época propugnasse que as senhoras “decentes” deveriam dedicar-se sobretudo ao lar: os salários pagos a mulheres e crianças era bem mais baixo do que os atribuídos aos homens, o que é constantemente denunciado pela imprensa operária (SCHMIDT, 1998, p.1458).

Porém, não havia uma igualdade entre os gêneros. O texto da Figura 42 demonstra isso: é endereçado aos homens, como se apenas leitores do sexo masculino tivessem acesso ao jornal, e como se somente eles pudessem ensinar as mulheres a ler e escrever. Mas isso contrasta com o próprio jornal, pois não são poucos os indícios de que as mulheres participavam ativamente na construção dele. Ao endereçar o artigo apenas aos homens, que seriam responsáveis pela educação das companheiras, há uma subordinação da luta dessas trabalhadoras aos seus colegas e companheiros homens.

Apesar disso, o artigo é importante indício de que a educação era compreendida como formadora do militante, e que a educação era também compreendida como *trabalho* do militante. O último parágrafo amplia a discussão inicial: se a princípio se tratava da formação da companheira, agora também os filhos e filhas estavam no alvo de formação, o que leva o artigo à questão da educação no lar, entre os que dividem a vida privada e familiar, independentemente da questão de gênero.

Figura 42: Recorte do Jornal A Classe Operária, 1942.



Fonte: AEL / IFCH

[Transcrição da figura 42]

A Educação das mães proletárias.

Os companheiros da vanguarda podem e devem empreender a educação proletária das companheiras. A mulher tem maior dose de sentimento que o homem. Seus defeitos têm sido exagerados. Se de um, lado, ella tem actualmente, menor capacidade de raciocínio que o homem, é, porém, superior a este em finura, paciência, habilidade e abnegação— qualidades importantes em um marxista E, quando toma a peito uma tarefa, vai sempre longe. Basta citar Rosa Luxemburgo, Clara Zetkin, Krupskaya, e tantas outras combatentes da transformação proletária mundial. Será, pois, um tempo bem empregado aquelle que dispendermos com as nossas companheiras e filhas. Nosso esforço individual de transformação social pode começar pelo lar, quer dizer, nossas primeiras conquistas podem ser nossas companheiras e nossos filhos e filhas (Jornal A Classe Operária, 1928).

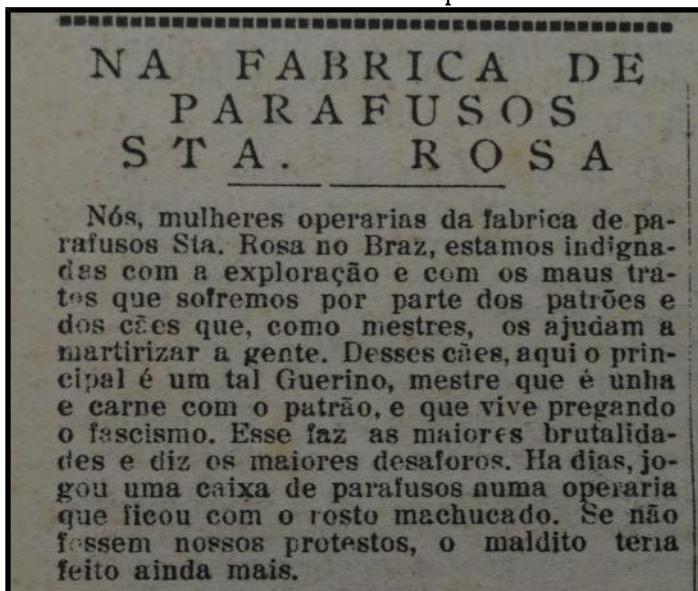
As Figuras 43 e 44 demonstram, como anteriormente mencionado, a participação ativa e constante das mulheres nos artigos e publicações do jornal. A segunda figura é uma denúncia feita por mulheres da “Fábrica de Parafusos Santa Rosa”.

Figura 43: Recorte do Jornal A Classe Operária. 27 de junho de 1925.



Fonte: AEL / IFCH

Figura 44: Recorte do Jornal A Classe Operária. Janeiro de 1938.



Fonte: AEL / IFCH

Assim, a proposta de um jornal colaborativo, com intuito educativo, seguindo o ideário de uma sociedade mais justa em que a educação, entendida em seu sentido amplo como o direito de conhecer e compreender o mundo, bem como de transformá-lo, se torna eficaz (ainda que eclipsada em alguns momentos), pois permite a fala, o debate, a troca de informações, a denúncia e visibilidade da opressão que não se dão no jornal burguês.

Os militantes, em sua relação com a educação, podem ser lembrados através do poema de Maiakóvski, *Minha Universidade*, que trata da tensão entre os que frequentam o ensino formal, e aqueles que fazem da vida, porque assim precisam, a sua escola.

Minha Universidade

Conheceis o francês sabeis dividir, multiplicar, declinar com perfeição.

Pois, declinai!

Mas sabeis por acaso cantar em dueto com os edifícios?

Entendeis por acaso a linguagem dos bondes?

O pintainho humano mal abandona a cascas atraca-se aos livros e às resmas de cadernos.

Eu aprendi o alfabeto nos letreiros folheando páginas de estanho e ferro.

Os professores tomam a terra e a descarnam e a descascam para afinal ensinar:

"Toda ela não passa dum globinho!"

Eu com os costados aprendi geografia.

Os historiadores levantam a angustiante questão:

- Era ou não roxa a barba de Barba Roxa?

Que me importa! Não costumo remexer o pó dessas velharias.

Mas das ruas de Moscou conheço todas as histórias.

Uma vez instruídos, há os que se propõem a agradar às damas, fazendo soar no crânio suas poucas ideias, como pobres moedas numa caixa de pau.

Eu, somente com os edifícios, conversava.

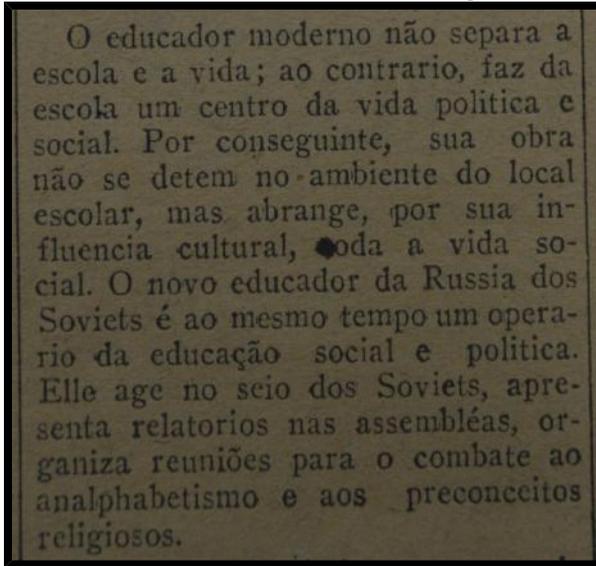
Somente os canos respondiam.

Os tetos como orelhas espichando suas lucernas aguardavam as palavras que eu lhes deitaria.

Noite a dentro uns com os outros palravam girando suas línguas de catavento.

Estar ausente do ensino escolar não significa deixar de valorizá-lo. Ao longo desta pesquisa foi possível perceber que, como forma de resistência, a educação através da militância foi mais uma necessidade do que uma escolha, mas existiu e persistiu. Por outro lado, compreender a importância do ensino escolar (certificado) não significa aceitá-lo sem críticas. Numa publicação de 1928 do Jornal A Classe Operária (Figura 45), discute-se a educação sob o viés da escola do trabalho.

Figura 45: Recorte do Jornal A Classe Operária, 1928.



O educador moderno não separa a escola e a vida; ao contrário, faz da escola um centro da vida política e social. Por conseguinte, sua obra não se detém no ambiente do local escolar, mas abrange, por sua influência cultural, toda a vida social. O novo educador da Rússia dos Soviets é ao mesmo tempo um operário da educação social e política. Ele age no seio dos Soviets, apresenta relatórios nas assembléas, organiza reuniões para o combate ao analfabetismo e aos preconceitos religiosos.

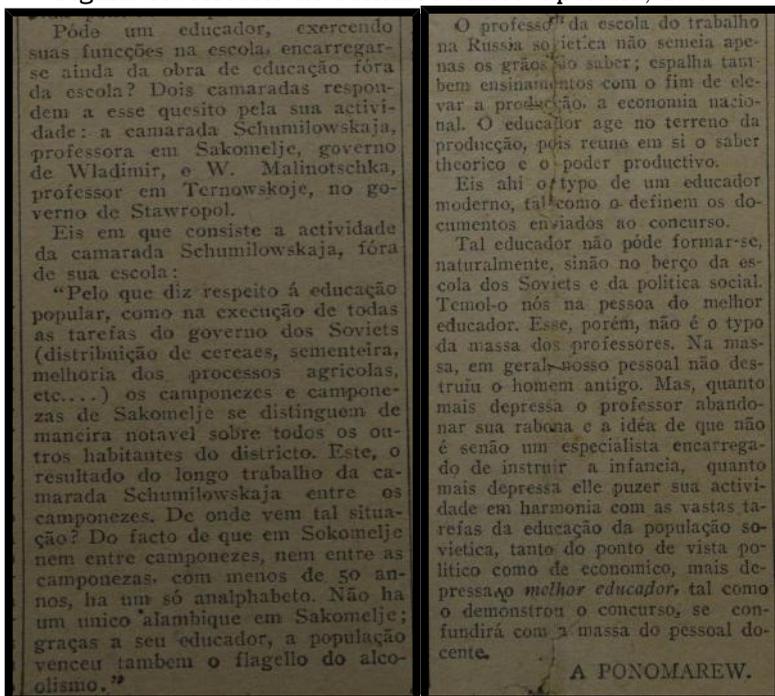
Fonte: AEL / IFCH

De fato, é preciso lembrar as experiências dos primeiros tempos soviéticos, em que militantes como Nadezhda Krupskaya, Pistrak e Makarenko fizeram reflexões sobre como poderia ser a educação em meio à nova realidade social que se apresentava. Sabendo que as experiências soviéticas eram lidas e divulgadas aos partidos comunistas ao redor do mundo, os militantes brasileiros, mesmo que em meio a uma realidade bem diferente daquela vivida na URSS, compreendiam a necessidade de uma escola diferente, não apartada da vida e da luta militante.

O artigo a seguir reproduzido (Figura 46), publicado na *Classop* de julho de 1928 e assinado com o nome A. Ponomarew⁵² dialoga com essa proposta de educação para um novo mundo e confirma que os comunistas brasileiros tinham acesso às discussões sobre educação social que ocorriam na URSS.

⁵² Não foram encontradas referências sobre o autor.

Figura 46: Recorte do Jornal A Classe Operária, 1945.



Fonte: AEL / IFCH

[Transcrição da figura 46]

Pode um educador, exercendo suas funções na escola, encarregar-se ainda da obra de educação fora da escola? Dois camaradas respondem a esse quesito pela sua actividade: a camarada Schumlowskaja, professora em Sakomelje [...] e W. Malinotschka [...]. Eis em que consiste a actividade da camarada Schumilowskaja, fora de sua escola: "Pelo que diz respeito a educação popular, como na execução de todas as tarefas do governo dos Soviets (distribuição de cereaes, sementeira, melhoria dos processos agrícolas, etc....), os camponezes e camponezas de Sakomelje se distinguem de maneira notável sobre todos os outros habitantes do districto. Este, o resultado do longo trabalho da camarada Schumilowskaja entre os camponezes. De onde vem tal situação? Do facto de que em Sakomelje, nem entre os camponezes, nem entre as camponezas, com menos de 50 annos, há um só analfabeto. Não há um único alambique em Sakomelje; graças a seu educador, a população venceu também o flagello do alcoolismo. O professor da escola do trabalho na Russiasovie-

tica não semeia apenas os grãos do saber; espalha também ensinamentos com o fim de elevar a produção, a economia, nacional. O educador age no terreno da produção, pois resume em si o saber teórico e o poder productivo. Eis ahí o typo de um educador moderno, tal como o definem os documentos enviados ao concurso. Tal educador não pode formar-se naturalmente, sinão no berço da escola dos Soviets e da politica social. Temo-lo nós na pessoa do melhor educador. Esse, porém, não é o typo da massa dos professores. Na massa, em geral, nosso pessoal não destruiu o homem antigo. Mas quanto mais depressa o professor abandonar sua rabona e a idéia de que não é senão um especialista encarregado de instruir a infância, quanto mais depressa elle puzer sua actividade em harmonia com as vastas tarefas da educação da população soviética, tanto do ponto de vista político como de econômico, mais depressa o melhor educador, tal como o demonstra o concurso, se confundirá com a massa do pessoal docente.

Em 1924, Moisey Pistrak (2011), educador russo, já procurava demonstrar a importância de um professor consciente das possibilidades sociais do seu trabalho, e apontava o caráter de classe da escola tradicional.

A escola sempre foi uma arma nas mãos das classes dirigentes. Mas essas não tinham nenhum interesse em revelar o caráter de classe da escola: as classes dirigentes não passavam de uma minoria, uma pequena minoria, subordinando a maioria aos seus interesses, e é por isso que se esforçavam por mascarar a natureza de classe da escola, evitando colaborar na destruição de sua própria dominação (Ibidem, p.23).

Para ele, o educador não só pode colaborar, como diz o artigo, com a obra de educação fora da escola, como *precisa*, afinal "a teoria pedagógica comunista só se tornará ativa e eficaz quando o próprio professor assumir os valores de um militante social ativo" (Ibidem, p. 21).

Em uma carta encontrada no Fundo Hermínio Sacheta, registrada na Pasta 30 sob nº 02, um militante critica o investimento em Universidades, feitas *para a elite*, e nenhum investimento em escolas primárias e técnicas:

A democracia tem, no Brasil, muitos tribunos, mas, na realidade, poucos militantes. Democracia é, para nós, a orientação popular na direção da coisa pública, e a liberdade para camadas popula-

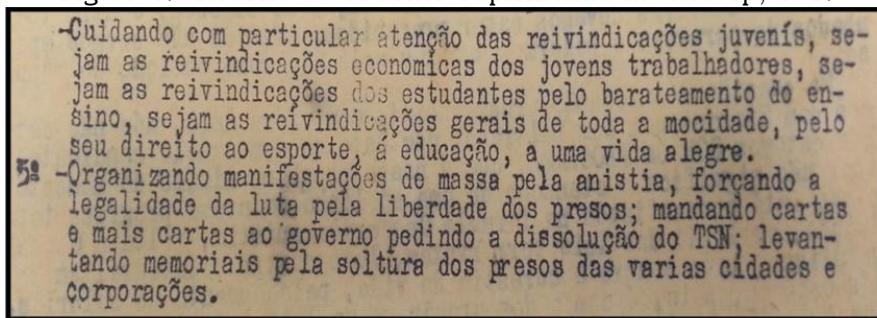
res manifestarem seus interesses e organizarem sua força. Num país, cujos mais progressistas governos não se interessam por resolver um problema popular da gravidade do da carestia, que mais se preocupam com o ensino universitário - de elites- do que com o primário e o profissional, e tomam decisões com perfeita serenidade ao contrário às mais nítidas manifestações de interesses de camadas populares, etc., etc., não se compreende o primeiro elemento do conteúdo que damos a democracia⁵³.

Assim como a crítica às políticas públicas de educação da época, os militantes também faziam uma autocrítica de sua condição, em suas palavras, *obscura*, sem ensino, como vemos no excerto de outra carta encontrada no Arquivo, na mesma pasta de número 30.

Lembre-mos que os homens que fizeram a revolução Russa eram como nós: moços, obscuros, cheios de dificuldade para se auto-educarem, ameaçados por uma reação pior que a brasileira, agindo sobre um povo de baixo nível político, encontrando dificuldade por toda parte. E fizeram a Revolução Russa.⁵⁴

Em 1947, no Manifesto de Convocação para o IV Congresso do PCB (Figura 47), a Classop lança um caderno suplementar ao jornal, discutindo diretrizes para os novos tempos. A educação para a juventude está presente entre as primeiras necessidades dos militantes.

Figura 47: Recorte do Caderno Suplementar da Classop, 1947



Fonte: AEL / IFCH

⁵³ Carta de um militante. Datada de 02 de maio de 1930.

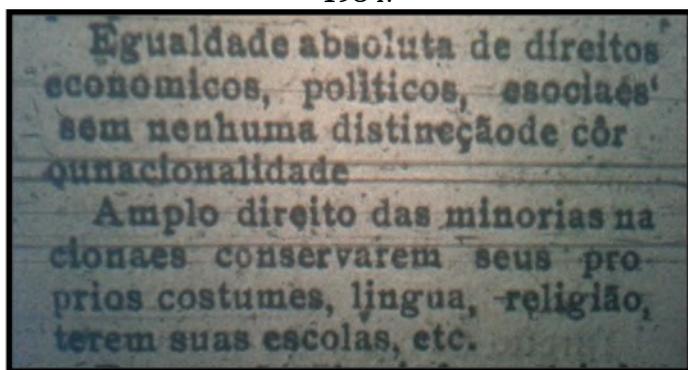
⁵⁴ Carta não assinada, de São Paulo, enviada a “O Camarada Fritz”, datada de 25 de janeiro de 1937. AEL/IFCH

[Transcrição da figura 47]

Cuidando com particular atenção das reivindicações juvenis, sejam as reivindicações econômicas dos jovens trabalhadores, sejam as reivindicações dos estudantes pelo barateamento do ensino, sejam as reivindicações gerais de toda a mocidade, pelo seu direito ao esporte, à educação, a uma vida alegre.

Em 12 de setembro de 1934, a Classop publica um artigo intitulado *A Posição do PCB frente às Eleições*, nele, o partido se posiciona quanto a já aqui discutida perseguição as escolas étnicas dos imigrantes. Abaixo a transcrição do excerto.

Figura 48: Recorte de Jornal A Classe Operária. 12 de setembro de 1934.



Fonte: AEL/IFCH

[Transcrição da figura 48]

Egualdade absoluta de direitos econômicos, políticos, e sociais sem nenhuma distinção de cor ou nacionalidade. Ampla direito das minorias conservarem seus próprios costumes, língua, religião, terem suas escolas, etc. (Classop, 1934)

A imersão no material ora pesquisado demonstra uma clara valorização da educação e do ensino em todas as suas formas pelos militantes. As notas de divulgação de experiências educativas se revezam com as chamadas para leituras conscientizadoras de classe e para a conscientização da importância do debate entre companheiros no lar e na fábrica. Às vezes, essa valorização vem seguida de uma intenção de aprofundar o nível de discussão no partido revolucionário, às vezes,

busca melhorar a cultura do povo a fim de que possa compreender melhor o mundo e desnaturalizar as situações de exploração. Tanto em um como em outro caso, a intenção é calcada nos ideários comunistas de justiça social e necessitava, *a priori*, de uma população que fosse, no mínimo, alfabetizada. Um motivo a mais para a preocupação com a educação.

Não foi preciso nenhum trabalho de análise mais profunda para que os militantes socialistas descobrissem, logo de saída, um grande empecilho para a divulgação das ideias de “justiça, igualdade e distribuição de riquezas” no Brasil. Esse empecilho nada mais era que o analfabetismo (GHIRALDELLI, 1987, p. 87).

IV

CAMARADAS. Um caso paradigmático. Um pe- dreiro militante e leitor.

Figura 49: Anotação de Recolhimento de Basílio Zanvetto, 1937.

19

SUPERINTENDENCIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

DELEGACIA DE *Ordem Social*

ANOTAÇÃO PARA O PROMPTUÁRIO

O preso Basilio Zanvetto

foi nesta data recolhido à disposição da
Delegacia de Ordem Social

S. Paulo, 19-Dezembro-37

DELEGADO DE *O. Social*

[Signature]

Nota: Um talão para cada preso.

Fonte: DEOPS / Arquivo Público – São Paulo.

Este capítulo segue a intenção de registrar o acontecido. Não é papel da presente pesquisa recuperar biograficamente uma história, mas o fiz para usá-la como um caso paradigmático que me possibilitasse leituras que, embora não contemplem o todo, a “verdade única”, a totalidade do real, me trouxessem pistas do ponto de vista aqui defendido.

Os documentos aqui levantados, há muito guardados nos arquivos oficiais, e muitos deles esperando alguma luz ou interpretação

apesar do tempo, são recortes da realidade que podem e devem ser questionados, verificados e validados considerando-se as dinâmicas neles expressas. Eles trazem em si uma intencionalidade escrita e registrada pelo órgão oficial, e que ganha visibilidade e sentido variados por meio da pesquisa e das intenções do pesquisador em trazer à tona fragmentos do real, muitas vezes silenciados.

A arqueologia aqui feita, e desde o início do trabalho, escancaradamente levada por um fio muito subjetivo de personalidade, não deseja o recorte fiel do real ou de uma verdade última, mas sim trazer o meio, o contexto, o vivido a partir de um lugar de observação que entende o PCB como um espaço educativo que vislumbrou melhores condições de vida para a classe trabalhadora no Brasil. “O que se deseja obter é a compreensão das práticas e dos processos a partir da perspectiva dos sujeitos e da investigação neles envolvida, interdependentes à configuração na qual se encontram inseridos.” (SPIGOLON, 2009, p. 43)

4.1 Amargando nos cárceres o crime de ser consciente

A prisão política de Basílio foi uma entre muitas que começaram a ocorrer a partir de 1935, época do recrudescimento da repressão pós-insurreição comunista, e que evitava a reorganização e continuidade das atividades em torno do partido. A prisão de Basílio teve intenção de sustar a reorganização do Comitê Regional de São Paulo, destruído com o aprisionamento da maioria das lideranças em 1936.

Elza, filha de Basílio, contou que era proibido se dizer na escola que a família era comunista. Em torno de 1947, Vargas havia alcançado o intento de transformar os comunistas em temidos criminosos diante da opinião pública. De reuniões intensas e aglomerações onde todos se reuniam e cantavam a *Internacional* em plena rua, à total clandestinidade e estigma de criminosos. Segundo Boni (apud Gomes, 1988b, p. 67), já em 1945 "não se cantava (*a internacional*) com tanta veemência como em 1919, quando o *povo todo* sabia cantar".

Percebe-se assim que a violência estatal não se reduz a números, mas modifica vidas. O Estado, composto ao longo do tempo por pessoas que, em sua maioria, buscam antes de tudo defender os interesses de quem lhes traga mais vantagens, não apenas reprime as ações populares, mas tenta também apagar ou esconder os rastros dessas ações. Os dados levantados neste capítulo só puderam ser encontrados e consultados graças aos movimentos sociais posteriores, que

pressionaram pela abertura dos arquivos da Polícia Política após o fim da ditadura militar.

O prontuário de Basílio Zanvettor, disposto no Arquivo Público do Estado de São Paulo, contém uma pasta de documentos que inclui a sua carteira sindical (Figura 50), obrigatória para quem fosse se filiar ao PCB, além de seu processo criminal, um panfleto apreendido em suas mãos, atestados de antecedentes criminais enviados das principais cidades brasileiras, bem como ordem de apreensão e a defesa apresentada, alegando sua função de operário com duas testemunhas grafadas e o auto de condenação.

Figura 50: Carteira de Associação sindical, 1938.



Fonte: DEOPS / Arquivo Público – São Paulo

Figura 51: Prontuário n° 4993, de Basílio Zanvettor, 1939.

Registo Geral Numero




Photographia tirada no mês de de 193.....

Nome: BASILIO ZANVETTOR **Vulgo:** _____

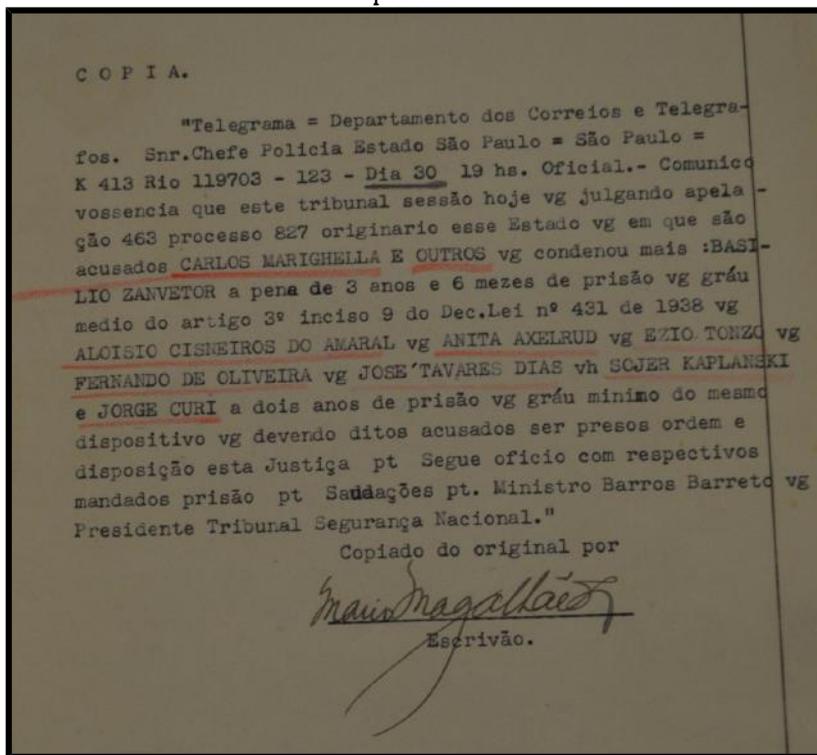
<u>QUALIFICAÇÃO</u>	<u>MARCAS PARTICULARES</u>
Pilho de <u>Beneamino Zanvettor</u>	<u>cutis branca</u>
de <u>Henriqua Eventêor</u>	_____
Nacionalidade: <u>Italiana</u>	_____
Naturalidade: <u>Trento</u>	_____
Localidade: _____	_____
Idade <u>30</u> _____ annos	_____
Estado civil: <u>solteiro</u>	_____
Profissão atual: <u>pedreiro</u>	_____
Sabe ler e escrever? <u>sim</u>	_____

Fonte: DEOPS / Arquivo Público – São Paulo.

A pasta contém ainda registros de 1937 a 1940, período em que ele passou por algumas delegacias de ordem social e pelo presídio de São Paulo.

Nos documentos que pude revisitar, fica claro que houve uma primeira detenção em 1937, por distribuição de panfletos durante uma greve, tendo Basílio sido liberado no dia seguinte. Após essa primeira e aparentemente irrelevante passagem, em maio de 1939 ocorre uma ordem de Prisão e recolhimento. Há até a cópia de um telegrama expedido com a ordem de sua prisão (Figura 52). Nessa ordem de prisão, Basílio é levado a julgamento e condenado pelo Artigo 3º, Inciso 9º, do Decreto Lei n° 431 de 1938.

Figura 52: Cópia de telegrama anunciando condenação e ordem de prisão.



Fonte: DEOPS / Arquivo Público – São Paulo.

Esse artigo trata da distribuição de material subversivo.

DECRETO-LEI Nº 431, DE 18 DE MAIO DE 1938. Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social.

Art. 3º São ainda crimes de mesma natureza:

9) com o mesmo fim fazer propaganda ou ter em seu poder, em sua residência ou local onde deixar escondida e depositada, qualquer quantidade de boletins, panfletos ou quaisquer outras publicações;

Pena - 2 a 5 anos de prisão (BRASIL, 1938)

Na segunda prisão, de 1939, não existe nenhuma menção a panfletos e greves, apenas a indicação de "Atividade Comunista". Há um longo inquérito policial do DOPS, sob a guarda do Arquivo Público

Mineiro (APM)⁵⁵ que demonstra que os prisioneiros vinham sendo observados em suas movimentações de organização de uma célula comunista em São Paulo. Não há outras pastas e materiais apreendidos recolhidos como prova para a prisão, apenas a observação policial.

A nova prisão, julgamento e condenação podem ter sido feitos com uso da primeira prova, o panfleto afixado no prontuário em 1937, quando a lei ainda não existia. Isso indicaria uma condenação sob Estado de Exceção, pois, segundo consulta junto aos Advogados Ativistas⁵⁶, o direito penal é regido pelo princípio de anterioridade, ou seja, só é possível uma ação ser considerada crime se assim estiver previsto em lei. A ação tornar-se crime após a sua prática não constitui motivo de condenação justa. Mas pelo tempo decorrido, possível perda ou sumiço de materiais, e na falta de mais tempo para aprofundar a investigação, não é possível afirmar isso categoricamente.

Na Figura 53 abaixo, apresento a primeira folha do prontuário de Basílio. A seguir está a transcrição dos dados da folha.

Figura 53: Folha de anotação e antecedentes de Basílio.

DATA			FOLHA DE ANOTAÇÕES E ANTECEDENTES
DIA	MEZ	ANNO	
19	12	937	Foi recolhido a baseagem
20	12	937	Foi posto em liberdade
07	5	39	Foi preso por atividade comunista.
27	9	39	Quinze dias foi curado ao T.S.P.
20	10	39	Foi decretada sua prisão preventiva.
18	12	39	Vide copia do expediente no prontuario de Basilio Maranhella p. 3892 - 3 volume
30	1	940	Em sessão de data 15.12.39, julgando a apelação interposta no auto do jecillo a que o promotorio responde, condenou-o a 3 a. e 6 m. de prisão, gr. med. do a. 3. 2º q do d. l. 131 de 1938

Fonte: DEOPS/SP

⁵⁵ Disponível em: <http://www.siaapm.cultura.mg.gov.br/modules/dops_docs/photo.php?numero=4127&imagem=932>. Acesso em: 23 de junho de 2017.

⁵⁶ Coletivo de advogados que atua em causas coletivas ou que tratem de violência policial.

[Transcrição da figura 53]

Folha de *Anotações de Antecedentes*

19.12.937. Foi recolhido a carceragem

20.12.937. Foi posto em liberdade

27.5.39 Foi preso por atividade comunista.

27.9.39. O inquérito foi enviado ao J.S.P

20.10.39. Foi decretada sua prisão preventiva, vide recorte de jornal no prontuário de Carlos Marighela.

18.12.39. Vide cópia de enquérito no prontuário de Carlos Marighella no 3849 - 2o volume

30.4.940. Em sessão d/ data (ilegível), julgando a apelação interposta no auto do processo a que o prontuario responde, condenou-o a 3 a. e 6 m. de prisão, gr. Méd.do a. 3. Nº 9 do d. l. 431 de 1938.

O inquérito, (anotação datada de 05/39) foi encontrado no Arquivo Público Mineiro. É chamado *Dossiê Número 518 - Relatórios Sobre o Estado de São Paulo*, e inicia com o subtítulo, *Dissolvido o Comitê Regional de São Paulo do P.C.B. - "A Ordem Política e Social faz cessar as atividades Vermelhas nessa Capital"*.

Na noite de 26 para 27 da corrente, a delegacia de Ordem Política e Social esteve em grande atividade. É que após quatro meses de incessantes e cuidadosas investigações, a referida delegacia decidiu destruir o "Comitê Regional de São Paulo" do Partido Comunista Brasileiro. As prisões foram em grande número. Também foram apreendidos *mimeógrafos*, *machinas* de escrever, que vinham sendo utilizadas pelos comunistas para a confecção de boletins de propaganda, assim como milhares de impressos subversivos, balancetes do PCB, correspondências com os Estados, listas do "Socorro Vermelho Brasileiro", endereços de militantes e outros importantes documentos (SESP-DOPS, 1939).

Abaixo apresento a primeira folha do Dossiê com a indicação de todos os nomes de militantes que, segundo a investigação, estavam envolvidos nas atividades de reorganização do CR de São Paulo.

Figura 54: Dossiê da Delegacia de Ordem Política e Social. DOPS.

DELEGACIA DE ORDEM POLITICA E SOCIAL

São Paulo

CÓPIA DO RELATORIO DO INQUERITO EM QUE SÃO INDICIADOS:-

- 1 - CARLOS MARIGHIELLA
- 2 - CLOVIS DE OLIVEIRA NETTO
- 3 - ANTONIO RODRIGUES DE GOUVELA
- 4 - ARMANDO RODRIGUES COPTINHO
- 5 - AGOSTINHO JOSE' DE CARVALHO
- 6 - JAMILÉ HADDAD
- 7 - ANITA AXELROD
- 8 - ALOISIO GYSENEIROS DO AMARAL
- 9 - JOSE' TAVARES DIAS
- 10 - SAMUEL KLEIMAN
- 11 - SALOMÃO JANOV
- 12 - ROJER KAPLANSKY
- 13 - DR. QUIRINO PUGOA
- 14 - EZIO TONSO
- 15 - LUIZ TREVESAN
- 16 - JORGE CURY
- 17 - BASILIO ZANWETTOR

---0000000---

RELAÇÃO DAS PESSOAS QUE NO MESMO INQUERITO

FIGURAM COMO SUSPEITAS:-

- 1 - Eugenia Haddad
- 2 - Rose Sess
- 3 - Francisco Zennettich
- 4 - Maria Soares
- 5 - Brivaldo Leão de Almeida
- 6 - Fernando de Oliveira

---0000000---

São Paulo, 22 de Setembro de 1939.-



ARQUIVO
PÚBLICO
MINEIRO

Fonte: Arquivo Público Mineiro.

O relatório segue apresentando a ligação de cada preso com o Comitê Regional do Partido Comunista (CR), e explicita a ligação dos mesmos com o dirigente do Comitê à época, Bangu⁵⁷ e suas tentativas de reorganização desde o desmonte do CR de São Paulo em 1937.

O documento exalta a eficiência da delegacia, sua "diligência", seu "incessante" e "cuidadoso trabalho" no combate ao comunismo e para, além disso, nos traz um pouco do que era o PCB. Fala da cisão ocorrida entre as lideranças alguns anos antes⁵⁸, das táticas de *ponto de encontro* usadas, do comando vermelho, das células e, por fim, termina alertando sobre os perigos que rondam a cidade.

Com a *apreensão* dos numerosíssimos documentos effectuada agora pela polícia, mais uma vez ficou provada a infiltração comunista nos meios trabalhistas e *intellectuaes* de S. Paulo, e, informa-nos a Ordem Política e Social, os mesmos documentos provam que o Partido Comunista Brasileiro, em obediência a III Internacional, faz girar a sua propaganda em torno de uma democracia cujos fins nada mais pretendem *sinão* a união de trabalhadores e *intellectuaes*, para a sua revolução a revolução operária e camponesa (SESP-DEOPS, 31/05/1939).

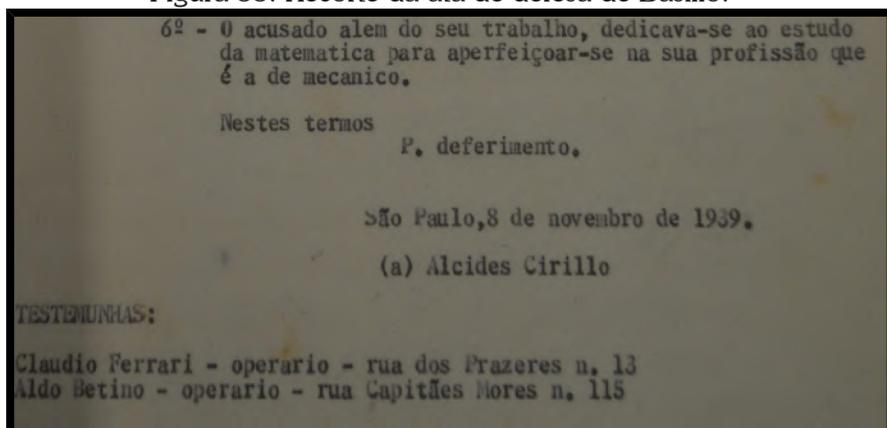
Voltando à história de Basílio, no processo de sua defesa, um dos argumentos utilizados foi o de que, como estudante em suas horas vagas, para se aperfeiçoar na profissão de mecânico, não haveria tempo de se envolver em política (Figura 55). Alcides Cirillo, advogado que assina a defesa, é também advogado de muitos outros comunistas da época. Provavelmente ele exercia função pública, pois não há indícios de sua ligação com a militância comunista, sendo eleito deputado pelo Partido Social Democrático em 1950⁵⁹.

⁵⁷ Bangu era o codinome de Lauro Reginaldo da Rocha, secretário-geral do PCB a época. Mais informações sobre Bangu podem ser acessadas em "Luta Subterrânea: O PCB em 1937-1938", de Dainis Karepovs.

⁵⁸ Sobre a cisão há inúmeros documentos no AEL, que discutem o assunto, especialmente cartas e boletins e informes trocados entre Sachetta e outros militantes. Hermínio Sachetta foi um dos membros ativos do PCB implicados nessa cisão e acabaria sendo expulso do partido. Em uma das cartas finais ao partido explica sua posição e reafirma seus valores revolucionários. O livro Luta Subterrânea, de Dainis Karepovs, trata detidamente do assunto.

⁵⁹ Fonte: Jornal de Noticias, n. 1379 de 28 de outubro de 1950. Disponível na Hemeroteca da Biblioteca Nacional: <http://memoria.bn.br/pdf/583138/per583138_1950_01379.pdf>. Acesso em: 14 ago. 2016.

Figura 55: Recorte da ata de defesa de Basílio.



Fonte: Arquivo do Estado de São Paulo/ DEOPS.

Dois trabalhadores são mencionados e assinam como testemunhas no processo de defesa: Cláudio Ferrari e Aldo Betino, ambos operários, o primeiro morador do bairro Belém, Zona Leste de São Paulo, o segundo apresentando um endereço no interior de São Paulo, conforme pude investigar.

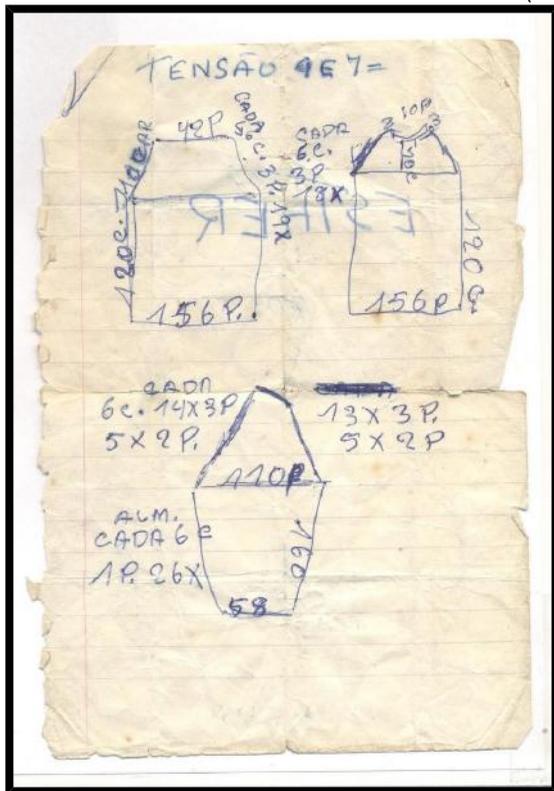
Após 1940, quando cumpria seus três anos e seis meses de prisão, não há mais registros. Não foram encontrados os registros de transferência para o presídio de Fernando de Noronha. Os documentos da prisão de Fernando de Noronha (FN) se perderam após a destruição do prédio. Após ficar nove meses em FN, foi transferido para o presídio de Ilha Grande (IG). Os documentos oficiais do presídio de IG estão em processo de recuperação e não puderam ser consultados.

O estudo da matemática foi aprofundado durante os tempos de aprisionamento em Fernando de Noronha e Ilha Grande, onde se organizavam classes de aprendizagem. Os cadernos de estudo de Basílio foram guardados por algum tempo junto à família e depois se perderam. Segundo Waltercio, filho do meio de Basílio e Armia, era Marighella o responsável pelas lições de matemática durante o tempo de reclusão.

Meu pai possuía grande admiração por Marighella. A lembrança principal que guardo da história que ele nos contava em relação a Marighella, refere-se ao tempo em que estiveram presos juntos. Não lembro em qual das duas prisões do meu pai. Mas ficou marcado na minha memória que era uma pessoa de grande energia, força física e persistência que se revelava nos cadernos

de geometria, matemática que escrevia para ensinar os demais presos. Marighella escrevia a lápis com uma letra de forma minúscula, perfeita sem erros ou rasuras, com explicações e exercícios que deveriam ser realizados pelos que participavam de suas aulas, e que nós tivemos o prazer de folhear. Outra lembrança era a de que, apesar de gostar de Marighella, discordou dele quando ele foi para a luta armada. Meu pai possuía esses cadernos e nos mostrava quando éramos crianças. A impressão que tenho era a de que meu pai usava os cadernos de Marighella para nos estimular a estudar. Infelizmente esses cadernos foram perdidos numa invasão que houve em nossa casa por moradores de rua em um breve período que deixamos de frequentá-la. Talvez um de meus irmãos tenham algum guardado (WALTERCIO, 2012).

Figura 56: Folha de caderno de estudos de Basílio (Sem Data).



Fonte: Arquivo da Família.

Após ser solto em 1943, Basílio continua a participar do PCB, indo a reuniões e atividades do partido. Lá, ele conhece Armia Escobar e Silva, brasileira, natural de São José dos Campos, operária de fábrica de tecidos. Os dois se casam oficialmente em 1947. A Certidão de Casamento traz as indicações das profissões: Basílio, pedreiro, e Armia, operária. Armia era militante atuante no bairro do Tatuapé, o que demonstra a continuidade da atividade do Partido, que entre períodos de legalidade e ilegalidade, enquanto estavam presos alguns militantes, outros seguiam nas atividades de educação e apoio aos trabalhadores, fazendo com que a atuação do partido, embora com altos e baixos, não cessasse. Elza, filha mais velha do casal, e minha mãe, se recorda de acompanhar os pais nas atividades do partido e, em especial, se lembra de acompanhar a mãe nas visitas aos trabalhadores⁶⁰.

Uma das mais ternas lembranças da minha infância é daqueles dias em que saía com minha mãe, pelas ruas do nosso bairro, o Tatuapé, ela me segurando pela mão, e eu toda feliz, saltitando, pois adorava esses passeios. Íamos à casa das pessoas, e era uma alegria a nossa chegada. Mamãe era sempre muito bem recebida com abraços ou apertos de mão. Mamãe estava fazendo finanças para o Partido Comunista e essas pessoas eram trabalhadores, pessoas muito simples, mas também carinhosas das quais eu sempre recebia um beijo um afago, e até colo (Elza Zanvettor Ferreira, 2015).

⁶⁰ Os depoimentos de Elza e Waltercio Zanvettor se encontram publicados no blog da pesquisadora. Disponível em: <www.campinasmeuamor.blogspot.com>. Acesso em: 15 de agosto de 2016

Figura 57: Basílio, Armia, Waltercio e Elza. Data provável 1953.



Fonte: Arquivo da família.

A tática do partido, segundo pude observar, é hoje ainda a do incentivo à formação de células. A intenção é que a célula seja um ór-

ção organizativo mais próximo das massas. São espaços de organização e estudo que se imiscuem na sociedade civil, dentro das instituições e auxiliam na conquista da desnaturalização da exploração e na emancipação do trabalhador.

Em meados de 1950, provável época em que Elza, nascida em 1948, fazia visitas com sua mãe, o partido já não era mais um partido de massas, como o tinha sido logo após o breve retorno à legalidade em 1945. No entanto, continuava a ser um apoio à classe trabalhadora em momentos de dificuldades. No depoimento de Elza, ao contar sobre as visitas que faziam, aparecem, em especial, os pequenos comerciantes de bairro, sapateiros, vendedores de comida típica, ferreiros, muitos deles imigrantes. Provavelmente, pela condição de autônomos, não estavam entre os beneficiados pelas leis trabalhistas.

Outra lembrança muito forte é da Carvoaria, um grande espaço embaixo de um sobrado perto do Campinho (de futebol), na rua Bom Sucesso, onde encontrávamos o carvoeiro, todo coberto de fuligem, onde só apareciam os olhos muito vermelhos. Na carvoaria não me era permitido entrar, e eu esperava na calçada, e mamãe só ia até um pedacinho da entrada, só para cumprimentar. Eu ficava olhando curiosamente lá para dentro onde havia uma fornalha cheia de labaredas vermelhas. Mas sempre éramos recebidas no sobrado em cima, pela mulher do carvoeiro, muito simpática e que por muitos anos manteve contato com a mamãe e que no momento da morte do carvoeiro, mamãe pode ajudar a família, levando sempre um suplemento alimentar e um apoio (Elza Z. Ferreira, 2015).

4.2. Prisão, Cárcere, Porões das Ditaduras

Em seu livro *Memórias do Cárcere*, Graciliano Ramos relata o processo de aprisionamento por questões políticas na época de maior repressão do Estado contra os movimentos políticos em 1930. Ele discorre no livro sobre sua estada no presídio de Ilha Grande e suas impressões e reflexões acerca do tempo que lá esteve. Também ele explicita suas preocupações sobre como eram tratados e como viviam os presos, tanto os comuns quanto os políticos, e sua surpresa em compreender que, repentinamente, qualquer cidadão pode ter seus direitos civis suspensos.

Em entrevista veiculada em maio de 2015 pela Folha de São Paulo, o sociólogo Manuel Castells apresenta o problema sob outro ponto de vista:

Do ponto de vista concreto, ele [o Estado de Direito] não existe na maioria dos países. No Brasil, não há Estado de Direito. No Brasil, há uma classe política que utiliza o Estado para seus próprios fins. Faz isso como classe, ainda que como governantes concretos às vezes não o sejam. No Brasil, não há Estado de Direito, há a manipulação do Estado de Direito para manter um Estado patrimonial (COLOMBO, 2015).

Embora o Estado veja na perseguição, no encarceramento e no exílio uma maneira de punir e cessar a atuação do militante político, o trabalho de militância, entendido também como a reflexão e o pensamento que geram e conduzem à ação, não cessa dentro do cárcere ou do exílio a que está submetido o militante. Um dos maiores exemplos disso é Antônio Gramsci que, encarcerado em 1926 pelo governo fascista italiano, produziu extensa obra dentro do cárcere. Gramsci trabalhou constantemente e se propôs a refletir, dentro do cárcere, o lugar da revolução na sociedade italiana da época. Membro do partido comunista italiano e deputado no parlamento, foi preso quando este foi fechado, mas aproveitou o tempo preso para refletir a respeito dos caminhos que o fascismo tomava na Itália e partiu dessas reflexões para propor outros caminhos para a revolução operária-camponesa.

O estudo da cultura, do papel dos intelectuais, é uma das contribuições de Gramsci ao Marxismo. Segundo Antônio Tavares de Jesus (1993, p. 4), "a escola, considerada desde o início da tradição marxista, como principal instrumento de cultura, foi retomada por Gramsci, como um dos principais instrumentos para o desenvolvimento de uma cultura socialista". Nas *Cartas do Cárcere* (2005a), Gramsci demonstrou que entre ele e os outros presos políticos as tarefas de reflexão, leitura e debate eram constantes. Em carta enviada a Tatiana, sua cunhada e camarada política, Gramsci descreve a viagem à ilha presídio a que fora encaminhado. Na carta, demonstra o quanto um homem, mesmo em meio ao estranhamento do exílio ou da prisão, continua sua jornada própria de pensamento.

À parte as condições especiais em que se desenvolveu [...], a viagem foi interessantíssima e rica em motivos diversos, dos shakespearianos aos burlescos: não sei se conseguiria, por exemplo, reconstruir uma cena noturna na passagem por Nápoles, num dor-

mitório imenso [...] creio que só a cena do coveiro de Hamlet poderia igualá-la (Ibidem, p.19).

Especialmente nas cartas que troca com familiares e amigos, são muitas as referências de Gramsci aos estudos no cárcere.

Ainda não comecei nenhum trabalho sério até agora, conquanto já possua à minha disposição uma discreta quantidade de livros; iniciei, porém, as lições de história no curso de cultura geral que organizamos. [...]. Leio muito: nesses três meses li oitenta e dois livros da biblioteca da cadeia [...] além disso, leio cinco jornais por dia e algumas revistas. E mais: estudo o alemão e o russo, decorando o texto de uma novela de Putshkin (Ibidem, p. 36).

As cartas enviadas nos dão um panorama de como foi se constituindo os estudos e as organizações coletivas de estudo.

Somos em Ustica 30 presos políticos: já iniciamos toda uma série de cursos, elementares e de cultura geral, para os diversos grupos de presos; também iniciaremos séries de conferências. Bordiga dirige a seção científica, eu, a histórico-literária, eis a razão pela qual encomendei determinados livros. Esperamos assim, passar o tempo sem nos embrutecermos e servindo aos amigos, que representam tôda a gama de partidos e do preparo cultural (Ibidem, p.30).

Somos já uns sessenta, dos quais 36 amigos de localidades diferentes; predominam relativamente os romanos. Já iniciamos uma escola, dividida em vários cursos: 1o curso (1o e 2o elementar), 2o c. (3 elementares), 3o curso (4 e 5 elementares), curso complementar, dois cursos de francês (inferior e superior) e um de alemão (Ibidem, p.33-34).

A pesquisa de Nima Spigolon (2014) se aprofunda nas marcas que o exílio faz ao militante político e lembra que a escrita do militante extrapola o aprisionamento. Gramsci vai para além das grades e imagens, das degradações, adentra os conteúdos subjetivos e integra suas atividades, experiências e seus interesses, pensamentos como resultados elaborados pelo próprio sujeito (Ibidem, p. 412).

Ainda que seja uma escrita, um trabalho intelectual que ultrapole as grades do aprisionamento, ele é marcado pelo lugar de onde fala, que é real e vive na ferida profunda do exílio, que marca, assim como a prisão, o militante.

Dizer que a produção intelectual e a militância continuam, não incorre em dizer que se passam em dias tranquilos: a distância dos seus, a incerteza quanto ao futuro, o medo do esquecimento e a sensação de que se está apartado na continuidade de uma vida que segue lá fora, ou no país de origem, são sentimentos que assombam. Em uma carta que Gramsci dirige à mãe, ele termina com um pedido que pode ser compreendido como um desejo de lembrança, no sentido de cumprimentos e no sentido também de ser lembrado: "*Lembre-me afetuosamente a todos*".

Há inúmeros indícios de que os militantes brasileiros também atuavam, no sentido de educar, dentro dos cárceres brasileiros. Para esses homens que mesclam estudo, militância e trabalho, manter essa rotina fazia também parte da luta pela manutenção da própria identidade.

Um exemplo disso é encontrado no Fundo Hermínio Sachetta, no AEL: no item *Correspondências do PCB* há uma carta⁶¹ (registrada na Pasta 30) recebida de dentro do já citado presídio Maria Zélia que revela algo de suma importância para a compreensão do relacionamento desses presos políticos com o estudo, além de revelar também a ligação e interlocução com os militantes de fora, não presos. Na carta, os presos contam em detalhes o Massacre do Maria Zélia, mas também contam do teatro que lá dentro era feito, da aula, do quadro negro comprado com o dinheiro dos presos. Aqui reproduzo os trechos que denotam os trabalhos de educação.

Companheiros.

Este informe vai com o mínimo de palavras e o máximo de detalhes. De todos esses detalhes, que não economizarmos, mesmo os que pareçam inúteis, pedimos aos companheiros tirarem conclusões e denunciarem ao povo a forma miserável por que fomos tratados. Um teatrinho feito pelos presos, num canto do presídio [...] foi alvo de implicância. O carcereiro Adrião Monteiro exigiu a *censura* nas comédias e poesias que os presos ali apresentavam, para suavizar a nossa triste condição.

A carta inicia, portanto, denunciando uma perseguição ao teatro organizado no presídio e segue com o desenrolar dos fatos, desde a perseguição com o tratamento arbitrário e violento com que foram tratados os presos, muitos deles já doentes pelas más condições de ali-

⁶¹ Carta dos presos do presídio Maria Zélia para os Companheiros do partido, sem data.

mentação, e até terminar com a decisão do diretor do presídio de bombardear e espancar os presos. No final, quando tudo já parecia terminado, há ainda a destruição intencional dos símbolos de resistência: os pertences individuais, a biblioteca e a escola.

Então uma orda de selvagens, composta de elementos da guarda civil, polícia especial e funcionários do presídio, veio de xadrez em xadrez, destruindo tudo o que encontrava, arrancado as nossas instalações elétricas, quebrando nossas mesas, etc. Já a essa altura, *quasi* cegos, asfixiados, nossa capacidade de resistência se esgotara por completo: Nem gritar podíamos mais. Chegou uma lista organizada por Adrião Monteiro, de presos que deveriam sair [...] não foram os cabeças da resistência, como diz a polícia. São os companheiros a quem Adrião tem um ódio de morte. A voz da resistência corria na boca da esmagadora maioria de companheiros. Já era manhã. Voltamos aos nossos xadrezes. Mal começava a clarear quando procuramos o leito, e meia hora depois voltavam os guardas, alemães e italianos, a completar a obra de destruição [...] soltaram várias bombas, espetacularmente, ao entrarem. Nossas roupas foram arrancadas das paredes e pisadas; quebraram mesas, arrecadaram caixas e caixotes, prateleiras, instalações elétricas, fogareiros, numa fúria de destruição. Destruíram o teatrinho, a biblioteca e uma escola, da qual carregaram o quadro negro comprado com o dinheiro dos presos, e queimaram mapas e outros materiais didáticos. A biblioteca, formada com livros dos presos, objetos de *toilette*, retratos, cigarros, tudo foi roubado por eles.

Um informe do PCB, encontrado também na Pasta 30 do Fundo Hermínio Sachetta, parabeniza as ações educativas nos presídios do Rio de Janeiro, demonstrando que a educação segue entre os militantes aprisionados que, em liberdade, a ela estavam habituados:

São Paulo, 2 de janeiro de 1937.

Aos Bureaux políticos dos presídios de S. Paulo.

Presídios do Rio - Companheiros, os presos do Rio se tem revelados gigantes! Sua ação entusiasma. O Brasil inteiro sente sua atividade política incansável, lubrificada por centenas de cartas e apelos, encaminhando negociações políticas de cúpula, levantando protestos, fazendo sugestões, tomando medidas. Conservaram por esforço próprio e pela sua formidável inteligência política, a direção efetiva do movimento em mãos. Sem o menor sectarismo, com a maior infatigabilidade, com uma habilidade

exemplar. Gigantes, dignos de veneração e imitação! Nos presídios, instauraram a liberdade que cá fora não existe. E uma notável Universidade Popular lá se *creou*. Todos os analfabetos foram alfabetizados, e cursos de cultura geral e de politização se instituíram com grandes discussões públicas acerca de temas culturais. Até russo e esperanto, matemática *superior* e construção civil se ensinaram. Sobre "ciência e religião", sobre fenômenos metapsíquicos, discutiram dias e dias, chegando-se coletivamente às conclusões da ciência. Quando lhes quiseram tirar a vida coletiva, uma greve de fome de cinco dias derrotou a reação. Gigantes! Um Grande abraço revolucionário.

Embora frente ao Estado de Direito os prisioneiros estejam com a sua liberdade suspensa, não é verdade que eles estejam, como parece desejar o Estado, suspensos *da e sem* ação. A ação política, como não poderia deixar de ser, continua.

O presídio de Fernando de Noronha, assim como os de Maria Zélia e do Rio, tem indícios de atividades educativas, levantados pelo jornalista Mario Magalhães (2012), em pesquisa para a construção da biografia de Marighella.

Logo [Marighella] teve sua melhor ideia em Fernando de Noronha: sistematizar aulas e palestras num projeto mais ambicioso. O coletivo aceitou sua proposta e instituiu uma "universidade popular". Uma biblioteca foi montada com livros que as famílias providenciavam. Nos cursos ensinavam das primeiras letras a camponeses analfabetos à física de nível superior. (Ibidem, p. 123)

A Colônia Correccional de Dois Rios (CCDR), ou Presídio de Ilha Grande, onde estiveram Basílio, Marighella, Graciliano Ramos, entre tantos, é lugar que nos auxilia, em sua materialidade, a compreender a faceta repressiva do Estado junto aos militantes políticos, e que vem desde fins do século XIX (sua fundação data de 1894). Local pensado originariamente para afastar da sociedade elementos considerados perniciosos ao bem comum, passaram por lá, bêbados, "vagabundos", "malandros", prostitutas e capoeiras, entre eles, o famoso Madame Satã, personagem mítico da década de 1920, que contrariava padrões de gênero, quando ainda a discussão e os movimentos reivindicatórios pelos direitos LGBT estavam longe de apontarem no Brasil.

Segundo Myrian Santos (2006, p. 446), todos os tipos de presos passaram pelo presídio, especialmente após os anos 1920.

À medida que manifestações de ruas e organizações políticas melhor se organizaram, a CCDDR passou a receber não apenas indivíduos sem renda ou residência fixa, mas um número crescente de manifestantes políticos. Como veremos, inicialmente, ampliou-se o conceito de contravenção de modo que manifestantes políticos pudessem ser presos, sendo que, a partir dos anos 1920, novas leis e formas de repressão foram criadas.

Presos políticos e comuns eram mantidos em pavilhões separados. O presídio possuía dois andares, segundo Graciliano Ramos, os presos por razões políticas habitavam o segundo andar. Em entrevista para a revista Pasquim, Madame Satã, que teria ficado preso por vinte e sete anos e meio, grande parte desses anos na Ilha Grande, reforça a separação existente entre os dois tipos de presos.

Garcez - Você conheceu o Prestes nessa época de cadeia?

General Luís Carlos Prestes? Eu tirei cadeia com ele na Casa de Correção. Ele, Elias Toras e doutor Belmiro Valverde. O Prestes foi um grande companheiro e as regalias dele eram as mesmas que as minhas. O direito que ele tinha eu tinha.

Jaguar - Quais outros presos políticos que estiveram em sua companhia?

No meu tempo teve esse menino, o Agildo Barata, um engenheiro não sei o que Pinto, o Graciliano Ramos.

Jaguar - Diz alguma coisa sobre o Graciliano Ramos.

Isso é meio difícil, porque ele era preso político e eu era preso comum. (O Pasquim apud ALTMAN, 1995).

Ainda nessa mesma entrevista, é possível entrever a quão temerária era a fama da Colônia Correcional Dois Rios, preferindo, alguns presos, o suicídio à transferência para lá⁶².

Chico - Apesar dessa sua resignação em ficar preso, você nunca tentou fugir ou teve vontade de fugir?

Fiz uma fugazinha, mas foi de brincadeira. Foi em 1943, fugi de Laurindo Bitá, ali na Boca da Barra. Fugimos eu e o Americano, um preto. Até no jornal saiu assim: "Mais um plano espetacular

⁶² Em *Os Porões da Republica - A Colônia Correcional de Dois Rios entre 1908 e 1930*, Myriam dos Santos (2006) constrói os caminhos que tomaram a CCDDR muito temida entre os presos.

de Madame Satã; um bailado oriental e um mergulho nas águas escuras de Copacabana."

Sérgio - Mas como é que foi essa fuga?

Eu estava na Casa de Correção, então tinha embarque para a Colônia. Já de lá mesmo começou. Primeiro suicidou-se um, para não ir para a Colônia. Se jogou do terceiro andar. Quer me dar um cigarro, por favor? (O Pasquim, apud ALTMAN, 1995).

Carolina Dutra (2010) nos fala que a situação atual de preservação natural da ilha se deve, em grande parte, à auréola mitológica de medo e mistério que cercou a ilha, que evitou e afastou o turismo, e que só foi dissipada com a desativação e demolição do presídio em 1994.

A mesma Ilha Grande que aprisionou os que investiam na construção de uma nova possibilidade de vida e trabalho também possui os escombros de um Lazareto, local de isolamento que abrigava doentes para desinfecção. Segundo o site do Museu do Cárcere, entidade mantida pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro, a construção do Lazareto se relaciona à já discutida política higienista aplicada aos imigrantes que vinham para cá.

O primeiro, o presídio do Lazareto, tem origem no século XIX. No final do Império, já na década de 1880, com o rápido crescimento da imigração, o governo percebeu que era necessária a criação de um novo lazareto, ou seja, de um local para o isolamento de doentes portadores de doenças infectocontagiosas, no caso, fundamentalmente a cólera. Técnicos do Império elegeram a Ilha Grande, local àquela época praticamente deserto, mas próximo de Angra dos Reis a uma distância não muito grande do Rio de Janeiro ou de São Paulo, os principais destinos dos imigrantes. O local, portanto, fora escolhido devido à sua localização, mas também pela possibilidade de isolamento dos doentes (ALMEIDA, 2011, s/p).

Os prédios do Lazareto e do Presídio de Ilha Grande se encontram em ruínas, e apenas recentemente se instituiu o Museu do Cárcere (MUCA), através de fundos de amparo à pesquisa da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ). O museu tem intenções memorialísticas, além de educativas, relacionadas às condições de reserva ambiental da Ilha. Os processos de preservação de memória, ligados à

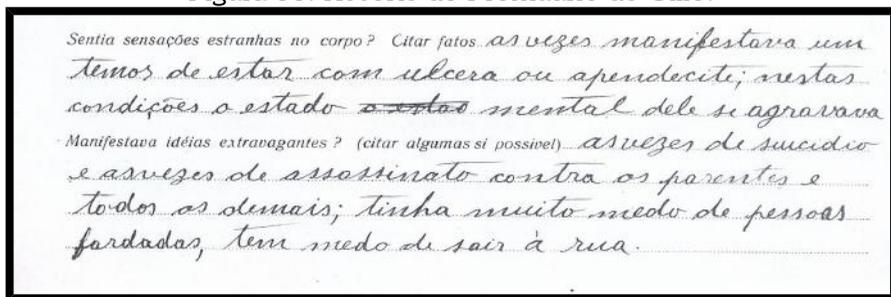
preservação dos prédios e construções possuem uma complexidade de sentidos e significados, conforme aponta Abreu (2012, p. 63):

Todos esses exemplos apontam para a complexidade de sentidos e de significados que os patrimônios passaram mais a ocultar do que a evidenciar. O enorme esforço de restauração de prédios históricos que fez Viollet-le-Duc, em Paris, transformando a cidade numa exuberante vitrine de vestígios do passado, pode ser apresentado como exemplo emblemático da conjugação destes dois movimentos: o da lembrança e o do esquecimento. Analisando as imagens dos prédios restaurados, como fez Bruno Foucart, ficam explicitados os apagamentos, os silenciamentos e os deslizamentos de sentidos.

Continuando a história da família Zanvettor, apenas Basílio teve participação política mais orgânica. O irmão mais novo, Gilio foi aprendiz de mecânico, mas com saúde frágil, teve dificuldade de manter-se em empregos. Acometido por transtornos psiquiátricos ainda não profundamente analisados, passou parte de sua vida no Instituto Juquery de São Paulo. Nos arquivos médicos, quando da internação, um dos sintomas expostos é um curioso e enigmático medo de pessoas fardadas.

Quando vieram de Trento, Gilio tinha seis anos e Basílio 14. Beniamino, o pai dos dois, faleceu apenas sete anos depois da chegada, (Basílio tinha 21 e Gilio 13). Em 1939, quando Basílio foi preso, Gilio tinha 17 anos. O arquivo médico, recolhido no Instituto Juquery em Franco da Rocha, relata que foi em 1939 que se iniciaram os transtornos psiquiátricos de Gilio. Teriam sido tais transtornos causados pela violência que Gilio viu seu irmão sofrer nas mãos do braço ditatorial do Estado? É bem possível...

Figura 58: Recorte do Prontuário de Gilio.



Fonte: Acervo da família.

Waltercio Zanvettor, o segundo filho de Basílio, participou em 1972 dos movimentos de reivindicação de abertura democrática contra a ditadura militar de 1964, e é o segundo Zanvettor com ficha no DEOPS (Figuras 59 e 60).

Figuras 59 e 60: Ficha de qualificação de Waltércio Zanvettor

SN132

ZANVETTÓR WALTERCÍO

sem dados qualificativos

Em 22.09.77, foi detido na FUC por participar de manifestações estudantis proibida pelas autoridades.
Pasta Estudantes nº 4 doc. 1 foto 9731

Em 11.08.78, segundo consta, possuía os seguintes endereços:
R. Carlos Weber 1233 casa 21 - Vila Hamburquesa, -.-.Rua Major Diogo 772 aptº e R. Padre Adelino 1646

NS246

WALTERCÍO ZANVETTÓR

R.G. 5.459.334

Fil.: Basilio Zanvettor e
Armia Escobar e Silva Zanvettor

Nasc.: 12-08-50
São Paulo

Assunto: Envolvimento em atividades subversivas - Ala esquerdista do MDB - Freguesia do Ó
Levantamento efetuado nos Órgãos de Segurança
PASTA 70 DOG. 23

Fonte: Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Elza também chegou a participar de reuniões das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs)⁶³, inspiradas na Teologia da Libertação⁶⁴, enquanto esteve no ensino médio (chamado a época de *Científico*), mas o medo da família em relação à ditadura era intenso e Armia a proibiu de continuar. Segundo ela, as reuniões eram no porão da escola católica da Praça Nossa Senhora das Dores. O medo de dissolução da família era forte e, quando do golpe militar, foram tomadas medidas imediatas: revistas, livros e tudo o que fosse do partido primeiro foram para o forro da casa, e depois foram enterrados no sítio de um parente.

O papai já estava afastado do partido, isso se sabia. Só vinha gente pedir conselhos. Mas as revistas, livros e tudo sobre o partido primeiro foram para o forro da nossa casa, depois foram enterrados no sítio do Tio Roberto, marido da Tia Helena, irmã do papai (Elza, 2015).

Nessa época, Armia já não trabalhava em fábrica. Basílio possuía uma oficina como ferramenteiro e qualquer prisão significaria a perda do sustento familiar.

(No Golpe Militar) eu tinha 16 anos e estava na terceira série do ginásio. Depois da história de que comunista come criancinha (na primeira infância), nunca mais abri a boca para dizer que meu pai era comunista, por ordem de minha mãe, que dizia que era muito perigoso. Então era muito secreto, meu pai ser comunista (Elza Zanvetor, 2015).

⁶³ Segundo Sandoval (1994, p. 121), essa “[...] extensa rede de organização da Igreja, através de sua estrutura paroquial, oferecia uma eficiente forma alternativa de organização da população.” (1994, p.121) e ofereciam à classe trabalhadora, em meio ao governo repressivo e ditatorial do governo militar, “[...] um nicho onde podiam continuar a exercer as técnicas de organização, discutir as reivindicações dos trabalhadores e suas famílias e incentivar a expressão dessas reivindicações.”

⁶⁴ A Teologia da Libertação é um movimento sócio eclesial que surgiu dentro da Igreja Católica na década de 1960 e que, por meio de uma análise crítica da realidade social, buscou auxiliar a população pobre e oprimida na luta por direitos. Contudo, ao proceder assim, seus adeptos chocaram-se contra o Estado, interesses econômicos e até mesmo a hierarquia da instituição Católica. Ver Rodrigo Augusto Leão Camilo. *A teologia da libertação no Brasil: das formulações iniciais de sua doutrina aos novos desafios da atualidade*. Disponível em:

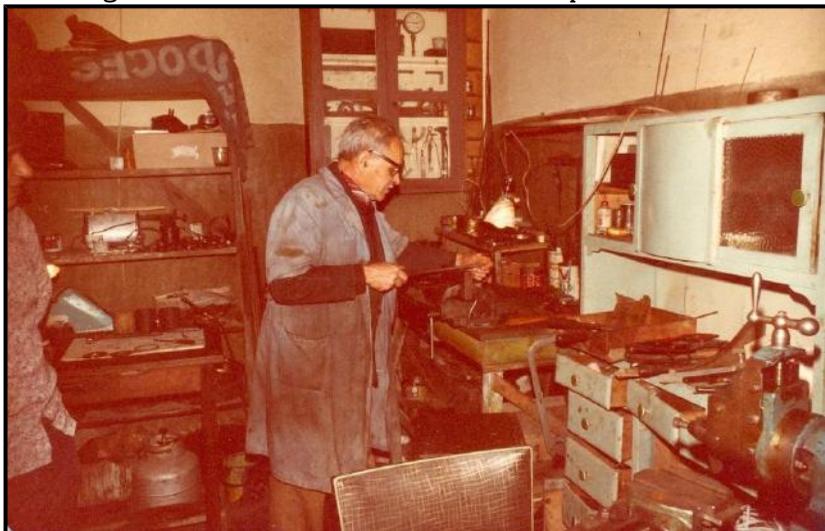
<https://anais.cienciassociais.ufg.br/up/253/o/Rodrigo_Augusto_Leao_Camilo.pdf> . Acesso em: 15 jan. 2015.

Figura 61: As três gerações. Na foto de 1980, aparecem Basílio à frente, de chapéu, e Elza de vermelho ao fundo, segurando a mão da pesquisadora.



Fonte: Arquivo da família.

Figura 62: Basílio em sua oficina. Data provável 1985.



Fonte: Arquivo da família.

CONSIDERAÇÕES

*E eu que por ti, se torturado for,
Possas feliz, indiferente à dor,
Morrer sorrindo a murmurar seu nome.*
Marighella

Ao longo da construção desta pesquisa, e dos caminhos de pesquisa, compreendi os motivos que levaram a classe trabalhadora às lutas operárias, os motivos do combate autoritário do Estado a essas lutas e a potencialidade de construção de uma nova realidade a partir dos movimentos organizados dos trabalhadores.

Compreendi que os trabalhadores e trabalhadoras que gravitaram em torno do Partido Comunista do Brasil, não representavam um grupo insignificante e perdedor. Eles se vinculavam a “um espectro que ronda a Europa – o espectro do comunismo. [...] O comunismo já reconhecido como potência por todas as potências europeias” (ENGELS, MARX, 1989, p. 65).

Esses militantes expõem para o mundo seus objetivos, tendências e táticas, a partir de partidos nacionais, seguindo um manifesto comum: o *Manifesto do Partido Comunista*.

Eles entendem que “a história de toda a sociedade até hoje é a história de lutas de classes” (MARX, 1989, p. 66) e que o resultado de suas lutas não é o êxito imediato, mas a união cada vez mais ampla dos operários.

A educação para o partido e no partido representava a possibilidade de apreensão das condições de vida, das relações sociais e da existência social. Para tanto, era necessário estudo, rigor científico, o domínio da leitura e da escrita, discussões coletivas, produção de textos panfletários e científicos, literatura, etc., para se tomar consciência do real e modificar suas representações, concepções e conceitos, pois, “as ideias dominantes de uma época sempre foram apenas as ideias da classe dominante” (ENGELS, MARX, 1989, p. 85). Era preciso forjar novas ideias que expressassem as ideias das classes trabalhadoras. O objetivo final da luta comunista pode se resumir na

Abolição da propriedade privada [...] na transformação do capital em propriedade comum pertencente a todos os membros da sociedade, na mudança da propriedade pessoal em propriedade

social [...] no caráter social da propriedade [...] na perda de seu caráter de classe (ENGELS, MARX, 1989, p. 80-81).

Aprofundei-me nos indícios sobre as práticas educativas e ideias de educação desses sujeitos, através dos documentos que me foi possível acessar: os jornais, as cartas, os boletins. Fiz uso, também, de memórias familiares pessoais, conversas com os filhos de Basílio e memórias registradas por historiadores brasileiros.

Compreendi que a reação Estatal, na forma de encarceramento dos militantes, tortura, invasão e destruição das organizações e documentos do PCB, apreensão de jornais, impedimento à organização e mobilização, seguiu uma intencionalidade: dispersão e controle das lutas pela construção de outro projeto de sociedade.

Percebi que o embate no campo da cultura, com censura explícita à música popular, à língua falada, aos meios de comunicação (rádios e jornais populares), foi peça fundamental na disputa pelo projeto de sociedade da época. As militâncias políticas, assim como as perseguições a elas, não se encerraram no partido, mas transbordaram para a vida do trabalho, do estudo, dos afetos. O Estado produziu eficazmente a construção do *estigmado* "ser comunista". Estigma este que ainda perdura na sociedade brasileira. Ainda hoje, dizer-se comunista, é difícil e muitas vezes precisa ser acompanhado de uma explicação complexa a fim de que se possa compreender que o estereótipo imposto de traidor da pátria, criminoso e violento, nada tem a ver com a ideologia que a palavra abarca. Para Goffman (1988, p. 6).

Enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser - incluído, sendo, até, de uma espécie menos desejável - num caso extremo, uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande - algumas vezes ele também é considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem - e constitui uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real.

Nesse sentido, a frase, *Fomos, Somos e Seremos Comunistas*, utilizada por mim como título deste trabalho em referência ao poema

de Mauro Iasi e documentário realizado pelo partido em 2012⁶⁵ em comemoração aos 90 anos de PCB, demonstra, por esses novos militantes, a intenção de uma resistência concreta contra a estigmatização do termo. A frase parece querer reafirmar o significado original ideológico de justiça social, o sentido positivo do termo e, portanto, que ocupe um lugar ostensivo, a ser dito com orgulho.

Esses primeiros militantes tiveram uma experiência de luta política e de organização vigorosa. Obviamente o encarceramento, a perseguição e a tortura obedeceram a um fim claro: o de silenciar, desmobilizar e frear a organização popular em busca de uma nova ordem social.

As fontes documentais acessadas apresentaram ainda o partido como um espaço educativo e social, que buscou incentivar e valorizar a educação e as interações educativas e de aprendizagem mútua, em especial a formação da consciência política, consciência para a qual eram necessários processos de educação amplos.

As práticas educativas ocorreram de diversas formas: os debates, a participação política e social, a organização de classes de aprendizado e auxílio mútuo, o teatro, as leituras de formação, o incentivo à alfabetização entre companheiros e dentro das famílias, a participação colaborativa nos jornais de classe, e são aspectos de uma sociabilidade que prioriza a cultura e a educação, e fortifica o ser humano enquanto ser cultural. A pesquisa sugere, portanto, que esse espaço de luta política entre os trabalhadores paulistas das décadas de 1920 a 1950 se configurou como um espaço de educação e cultura.

Compreendo que para os homens e mulheres do trabalho, na São Paulo da época, o partido se transformou em local de encontros, de estudo, de lazer, de construção de ideias e também de aprendizados. Entendo, portanto, que na organização política e luta desses trabalhadores ocorreu um processo educativo significativo, que pode ser compreendido ao se pensar a educação em uma gama maior de práticas sociais que ultrapassam aquilo que acontece apenas dentro das escolas.

Toda a possibilidade educativa que vislumbrei no jornal, nas reuniões, nas greves, vem da prática da militância, das discussões dos trabalhadores e de seu envolvimento no pensamento político transformador.

⁶⁵ Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=4304:fomos-somos-e-seremos-comunistas&catid=56:memoria>. Acesso em: 08 de dezembro de 2015

É a prática política *a priori* que torna, ou pode tornar a teoria viva. É a lida do trabalhador que o faz compreender a importância das discussões ali apresentadas, da necessidade de submissão de artigos nos jornais, da importância da construção das células partidárias, da leitura, do debate entre companheiros e família e de um espaço de encontro, de auxílio mútuo e de construção de reflexão e no pensar o mundo.

Para Gramsci, cultura, política e economia são inseparáveis. A cultura é um dos instrumentos que propicia às massas a consciência sobre a possibilidade de construção de outras ordens hegemônicas. É por isso que a hegemonia dominante não se limita às determinações econômicas, mas adentra a política e a sociedade por meio de direções morais e intelectuais inscritas no campo das ideias e da cultura.

Embora a certificação não tenha sido alcançada, e estivesse longe das possibilidades da maioria daqueles trabalhadores, o saber da experiência, aquele que modifica o ser quando lhe passa, e que dá e transforma o sentido das coisas, sempre esteve presente.

[...] exploremos juntos outra possibilidade, digamos que mais existencial (sem ser existencialista) e mais estética (sem ser esteticista), a saber, pensar a educação a partir do par experiência /sentido. (LARROSA, 2002, p. 19)

Descrever, analisar e compreender a educação da classe trabalhadora paulista nas atividades do PCB por meio de uma perspectiva teórica e metodológica que entrecruza dimensões macro (das políticas de Estado e governo nas décadas de 1920/1950), meso (o partido político e a organização da classe trabalhadora junto aos grupos e ideologias de esquerda) e micro (os Zanvettor), alinhando a cidade de São Paulo das décadas de 1920 a 1950, suas interfaces com as dinâmicas econômicas, políticas e sociais do Estado nacional (como a política subsidiada da imigração para substituição da força de trabalho negra escrava pela força de trabalho branca europeia, tanto para as plantações de café alinhadas com o modelo agrário exportador quanto para as cidades nascentes que abasteciam essa economia), foi o intuito desta pesquisa, assim como compreender o partido como uma instituição que desempenhou papéis educativos e de aglutinação dos trabalhadores, desenvolvendo um conjunto de atividades político-pedagógicas, e também tentar entender a violenta repressão que culminou em aprisionamentos dos trabalhadores militantes do PCB, significando o silenciamento e a contenção da luta desses trabalhadores pela hegemonia.

No momento em que faço o fechamento desta dissertação, em 2016, muitos anos após o fim do período estudado, toda a imprensa noticia a violenta ação da Polícia Militar paulista sobre um protesto de estudantes e trabalhadores que acontece nas ruas da cidade contra o aumento das passagens de ônibus e metrô urbanos⁶⁶. Embora tenhamos avançado, no campo da educação, da cultura e da proteção aos direitos dos trabalhadores, especialmente com a promulgação da Constituição de 1988, após a reabertura democrática as discussões que avançam no campo da política institucional no Brasil em 2016 começam a questionar os direitos trabalhistas vigentes e tão duramente conquistados. Uma grande crise do Capital, instaurada na contemporaneidade e que atinge os países capitalistas centrais, põe em risco as conquistas, inegáveis, da classe trabalhadora brasileira.

Ao ler o poema *Nosso tempo*, de Carlos Drummond de Andrade, que também foi editor do Diário Comunista e militante do PCB, escrito em 1945 (em *A Rosa do Povo*), tão atual, podemos dizer que é um tempo que é deles, do Basílio, do Carlos, da Anita, da Armia, do Gílio, e que é, também, ainda nosso. Nosso tempo.

*Esse é tempo de partido,
tempo de homens partidos.
Em vão percorremos volumes,
viajamos e nos colorimos.
A hora pressentida esmigalha-se em pó na rua.
Os homens pedem carne. Fogo. Sapatos.
As leis não bastam. Os lírios não nascem
da lei. Meu nome é tumulto, e escreve-se
na pedra.
Visito os fatos, não te encontro.
Onde te ocultas, precária síntese,
penhor de meu sono, luz
dormindo acesa na varanda?
Miúdas certezas de empréstimos, nenhum beijo
sobe ao ombro para contar-me
a cidade dos homens completos.
Calo-me, espero, decifro.
As coisas talvez melhorem.
São tão fortes as coisas!*

⁶⁶ Jornal O Globo. Disponível em: < <http://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/01/manifestantes-protestam-no-centro-de-sp-contra-aumento-de-tarifas.html>>. Acesso em: 12 de junho de 2016

*Mas eu não sou as coisas e me revolto.
Tenho palavras em mim buscando canal,
são roucas e duras,
irritadas, enérgicas,
comprimidas há tanto tempo,
perderam o sentido, apenas querem explodir.*

REFERÊNCIAS

ABREU, R. A metrópole contemporânea e a proliferação dos "museus-espetáculo". **Anais do Museu Histórico Nacional**, v. 44. Rio de Janeiro, 2012. Disponível em:

<http://www.reginaabreu.com/site/images/attachments/artigos/04-anais_do_museu_historico_nacional-vol_44.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

ADORNO, T. W. Educação após Auschwitz. In: **Educação e Emancipação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

ALMEIDA, G. R. **As Prisões na Ilha Grande**. Museu do Cárcere (MUCA) - Ecomuseu Ilha Grande. UERJ, 2011. Disponível em: <http://museucarcereuerj.blogspot.com.br/p/breve-historia_14.html>. Acesso em: 18 ago. 2016.

ALTMAN, F. **A arte da entrevista**. São Paulo: Scritta, 1995.

BARCELLOS, J. Entrevista de Gianfrancesco Guarniere. In: **CPC da UNE: uma história de paixão e consciência**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1994. p. 225-248.

BATTIBUGLI, T. **A solidariedade antifascista: brasileiros na guerra civil espanhola (1936-1939)**. Campinas, SP: Autores Associados; Editora da USP, 2004.

BECKER, H. **Conferência**. A Escola de Chicago. MANA. 2 (2): 177-188, 1996.

_____. Uma entrevista. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro: [s.n.] v. 3, n. 5, 1990.

BOBBIO, N. **Direita e Esquerda**. 3. ed. São Paulo: Unesp, 2011.

BORGES, A. Marx, Lênin, Gramsci e a imprensa. **Blog do Miro**. 2013. Disponível em: <<http://altamiroborges.blogspot.com.br/2013/08/marx-lenin-gramsci-e-imprensa.html>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

BRASIL. **Decreto Lei nº 528, de 28 de junho de 1890**. Regulariza o serviço da introdução e localização de imigrantes na República dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-528-28-junho-1890-506935-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 26 maio 2016.

_____. **Decreto Lei Nº 4.247, de 6 de janeiro de 1921.** Regula a entrada de estrangeiros no território nacional. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1920-1929/decreto-4247-6-janeiro-1921-568826-publicacaooriginal-92146-pl.html>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. **Decreto Lei nº 431, de 18 de maio de 1938.** Define crimes contra a personalidade internacional, a estrutura e a segurança do Estado e contra a ordem social. Rio de Janeiro, 1938. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1937-1946/Del0431.htm>. Acesso em: 14 ago. 2016.

_____. **Decreto Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.** Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del5452.htm>. Acesso em: 15 ago. 2016.

BRANDÃO, O. **Combates e Batalhas:** memórias. v. 1. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CALSAVARA, T. S. Os Anarquistas e a Educação - As Escolas Modernas ou Racionalistas. In: II CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 2002, Natal. **Anais...** Natal, RN: UFRN, nov. 2002.

CAMPOS, C. M. **A política da língua na Era Vargas:** proibição do falar alemão e resistências no sul do Brasil. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2006.

CANO, W. **Raizes da concentração industrial em São Paulo.** 2. ed. São Paulo: Queros, 1983.

_____. Da Década de 1920 à de 1930: Transição Rumo à Crise e à Industrialização no Brasil. **Revista de Políticas Públicas:** desafios e dimensões contemporâneas do desenvolvimento regional, v. 16, n. 1. 2012. Disponível em: <<http://www.periodicos.eletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/1179>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

CARNEIRO, M. L. T. Os Arquivos da Polícia Política Brasileira. Uma alternativa para os estudos de História do Brasil Contemporâneo. **ProIn, Projeto Integrado Arquivo Público do Estado e Universidade de São Paulo.** Sem data. Disponível em <http://www.usp.br/proin/download/artigo/artigo_arquivos_policia_politica.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. Prefácio. In: ALMEIDA, M. G. **A Construção da Verdade Autoritária**. São Paulo: Editora Humanitas/FFLCH/USP, 2001.

CAVALIERE, A. M. Entre o pioneirismo e o impasse: a reforma paulista de 1920. **Revista de Educação e Pesquisa**. São Paulo, v. 29, n. 1, p. 27-44, jan. / jun. 2003.

CHAUÍ, M. **Ideologia e mobilização popular**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

CHARF, C. Provocações. São Paulo: TV Cultura, 06 dez. 2011. **Programa de TV**.

COLOMBO, S. Entrevista a Manuel Castells. **Folha de São Paulo Online**, São Paulo, 18 maio 2015. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/2015/05/1630173-internet-so-evidencia-violencia-social-brasileira-afirma-sociologo-espanhol.shtml>>. Acesso em: 14 ago. 2016.

CORRÊA, L. S. As transformações no sistema colonial e suas repercussões: a colonização alemã na Bahia do século XIX. In: XII COLOQUIO INTERNACIONAL DE GEOCRÍTICA, 2012, Bogotá. **Anais...** Bogotá, 2012. Disponível em: <www.ub.edu/geocrit/coloquio2012/actas/01-L-Schramm.pdf>. Acesso em: 15 ago. 2016.

COSTA, R. **A Produção Político-Cultural do PCB dos anos 30 aos 60**. Fundação de Estudos Políticos, Econômicos e Sociais Dinarco Reis, 2011. Disponível em: <http://pcb.org.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=2389:a-producao-politico-cultural-do-pcb-dos-anos-30-aos-60&catid=61:cultura-revolucionaria>. Acesso em: 16 ago. 2016

CUNHA, F. L. Negócio ou Ócio? O Samba, a malandragem e a política trabalhista de Vargas. **Actas del IV Congreso Latinoamericano de la Asociación Internacional para el Estudio de la Música Popular**. Disponível em: <<http://www.academiasambas.com.br/monografias/fabiana.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2016.

DE DECCA, E. S. **O silêncio dos vencidos**. 3. ed. São Paulo, SP: Brasiliense, 1986.

DECCA, M. A. G. **A Vida Fora das Fábricas. Cotidiano Operário em São Paulo 1920-1934**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

DE VITA, A. **Sociologia da Sociedade Brasileira**. São Paulo: Editora Ática, 1989.

DIEGUES JÚNIOR, M. **Imigração, urbanização, industrialização**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional de Estudos Pedagógicos, Ministério da Educação e Cultura, 1964.

DUTRA de Araújo, C. A invenção da Ilha Grande: a influência do Instituto Penal Cândido Mendes na turistificação local. **Caderno Virtual de Turismo**, Rio de Janeiro, v. 10, nº 2, 2010.

FAUSTO, B. A revolução de 1930: historiografia e história. 16. ed. **Revista e Ampliada**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FERNANDES, F. **A integração do negro na sociedade de classe**. São Paulo: FFCL/USP, 1964.

_____. Sobre o trabalho teórico. **Revista Trans/Form/Ação**, v. 2, p. 5-86, 1975.

_____. **O negro no mundo dos brancos**. São Paulo: Difel, 1972.

FLAKSMAN, D. R.; STOTZ, E. N. (Org). **Velhos militantes**: depoimentos de Elvira Boni, João Lopes, Eduardo Xavier, Hilcar Leite. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988b.

FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**: aula inaugural no College de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3. ed. São Paulo: Loyola, 1996.

FREIRE, P.; NOGUEIRA, A.; MAZZA, D. **Fazer escola conhecendo a vida**. 6. ed. Campinas: Papirus, 1995.

GHIRALDELLI JUNIOR, P. **Educação e movimento operário**. São Paulo: Cortez, Autores Associados, 1987.

GINZBURG, C. **O fio e os rastros**: verdadeiro, falso, fictício. Tradução de Rosa Freire d' Aguiar, Eduardo Brandão. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GOBBI, M. Crianças nos Parques: Imagens de Infância. **Revista Pro-Posições**, Campinas, v. 13, n. 2, p. 143-157, maio/ago. 2002. Disponível em: <<http://www.proposicoes.fe.unicamp.br/proposicoes/textos/38-artigos-gobbim.pdf>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1988. 159 p. (Antropologia social).

GRAMSCI, A. **Os Intelectuais e a Organização da Cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

_____. **Cadernos do Cárcere**. v. 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

_____. **Cartas do cárcere**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005a.

_____. Os jornais e os operários. **Marxists Internet Archive**, 2005b. Disponível em:

<<http://www.marxists.org/portugues/gramsci/1916/mes/jornais.htm>>.

Acesso em: 13 ago. 2016.

GRUPPI, L. **O conceito de hegemonia em Gramsci**. 2. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

GUIMARÃES, V. L. **O PCB cai no samba**: Os comunistas e a cultura popular (1945-1955). Rio de Janeiro: Aperj, 2009

JESUS, A. T. **A educação como hegemonia no pensamento de Antônio Gramsci**. 1985. 184f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1985.

_____. **Escola e trabalho**: aspectos pedagógicos da relação hegemônica em Gramsci. 1993. [212]f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, Unicamp, Campinas, 1993.

JONG, R. El Anarquismo en España. In: **El Movimento Libertário Español**: pasado, presente y futuro. Paris: Ruedo Ibérico, 1974. p. 7-16.

KAREPOVS, D. **Luta subterrânea**: o PCB em 1937-1938. São Paulo: Hucitec / Unesp, 2003.

KOURY, M. G. P. A Imagem nas Ciências Sociais do Brasil: Um Balanço Crítico. **BIB**, n. 47, Rio de Janeiro, 1º semestre / 1999.

KREUTZ, L. Escolas Étnicas no Brasil e a Formação do Estado Nacional: a Nacionalização Compulsória das Escolas dos Imigrantes (1937-1945). **Poiésis – Revista do Programa de Pós-Graduação em Educação**, Tubarão (SC), v. 3, n. 5, p. 71 – 84, jan./jun. 2010.

LACERDA, G. E. **O surgimento do Partido dos trabalhadores:** uma análise de documento histórico de sua pré-fundação. São Paulo: Vozes. 1984.

LARROSA, J. Notas sobre a experiência e o saber da experiência. Tradução de João Wanderley Geraldi. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 19, p. 20-28, 2002.

LE GOFF, J. **História e memória**. 4. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1996.

LEMES, C. Entrevista com Caio Navarro de Toledo. **Viomundo**. 2013. Disponível em: <<http://www.viomundo.com.br/entrevistas/blog-marxismo21.html>>. Acesso em: 25 maio 2016.

LENIN, V. I. **O que fazer? Problemas candentes do nosso movimento**. 2. ed. Lisboa: Avante, 1984.

_____. Teses e Relatório Sobre a Democracia Burguesa e a Ditadura do Proletariado. **Pravda**, n. 51, 1919. Disponível em: <<https://www.marxists.org/portugues/lenin/1919/03/04.htm>>. Acesso em: 18 ago. 2016.

LEVY, M. S. F. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). **Rev. Saúde Pública**, São Paulo, v. 8, supl. p. 49-90, junho 1974. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-89101974000500003&lng=en&nrm=isso>. Acesso em: 04 maio 2016.

MACHADO, C. E. D. **População negra e escolarização na cidade de São Paulo nas décadas de 1920 a 1930**. 2009. [154]f. Tese (Mestrado) – USP, São Paulo, 2009.

MAGALHÃES, M. **Marighella: o guerrilheiro que incendiou o mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MARAM, S. L. **Anarquistas, imigrantes e o movimento operário brasileiro**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

MATTOS, M. B. Resenha do livro O PCB cai no samba: Os comunistas e a cultura popular (1945-1955), de Valéria L. Guimarães. **Perseu**, n. 5, ano 4, p. 249-54, 2010.

MAY, T. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAZZA, D. **Conversa de mulher**. 1989. 133f. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, Campinas (SP), 1989. Disponível em:

<<http://libdigi.unicamp.br/document/?code=vtls000048762>>. Acesso em: 04 ago. 2015.

_____. **A produção sociológica de Florestan Fernandes e a problemática educacional: uma leitura (1941-1964)**. Taubaté, SP: Cabral, 2004.

MELLO, M. T.; V. B. de. Os Usos da Imagem nas Ciências Sociais. In: FELDMAN-BIANCO, B.; LEITE, M. L. M. (Org). **Desafios da Imagem**. São Paulo: Editora Papirus, 1998.

MORAES, W. S. Direito do trabalho como um direito humano – notas para o estudo da história do direito do trabalho no Brasil. **REDD - Revista Espaço de Diálogo e Desconexão**. Araraquara, SP, v. 1, n. 1, jul./dez. 2008.

MORTATTI, M. R. L. Alfabetização no Brasil: conjecturas sobre as relações entre políticas públicas e seus sujeitos privados. **Revista Brasileira de Educação**, v. 15, n. 44, maio/ago. 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v15n44/v15n44a09.pdf>>. Acesso em: maio. 2015

NAIFF, D. G. M.; SA, C. P.; NAIFF, L. A. M. A memória social do estado novo em duas gerações: social memory during Getúlio Vargas dictatorship. **Psicol. Cienc. Prof.**, Brasília, v. 28, n. 1, p. 110-121, mar. 2008. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-98932008000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2016.

_____. **O trabalho do antropólogo**. 2. ed. São Paulo, SP: UNESP, 2000.

OLIVEN, R. G. **Violência e Cultura no Brasil**. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). **A Estratégia e a Tática do PCB**. Teses do Partido Comunista Brasileiro, 2009. Disponível

em: < [https://pcb.org.br/portal/precongresso /XIVTeses2.pdf](https://pcb.org.br/portal/precongresso/XIVTeses2.pdf) >. Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. **Seminário 90 anos de lutas**. Coordenação José Renato. Edição Reginaldo Lima. Rio de Janeiro: PerCeBer, 2012. Disponível em: <[https://www.youtube.com/watch?v= 3qCvGLKKUIY](https://www.youtube.com/watch?v=3qCvGLKKUIY)>. Acesso em: 12 ago. 2016.

_____. **Curso Básico de Iniciação à Militância Partidária - Apostila**. São Paulo: PCB, 2014.

_____. **PCB Nacional**. Santos: PCB, 2012. Disponível em: < <http://www.pcb-baixadasantista.net/pcb-nacional/> >. Acesso em: 18 ago. 2016.

_____. **Reconstrução Revolucionária**. Teses para o X Congresso do PCB. São Paulo: Fundação Dinarco Reis, 2016. Disponível em: < http://pcb.org.br/fdr/index.php?option=com_content&view=category&id=11&layout=blog&limitstart=5>. Acesso em: 13 ago. 2016

_____. Manual de Organização Partidária. **Comitê Central do Partido Comunista Brasileiro**. Sem data. Disponível em: < <https://pcb.org.br/portal/docs/manual.pdf> >. Acesso em: 18 ago. 2016.

PEIXOTO, M. R. C. **O trem da história: a aliança PCB/CSCB/O Paiz**. São Paulo: Marco Zero, 1990.

PEREIRA, J. B. B. Os imigrantes na construção histórica da pluralidade étnica brasileira. **Rev. USP**, n. 46, jun./ago. 2000.

_____. Diversidade e pluralidade: o negro na sociedade brasileira. **Rev. USP**, n. 89, São Paulo, maio 2011. Disponível em: < [http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid= S0103-99892011 000200019&lng=pt&nrm=iso](http://rusp.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-99892011000200019&lng=pt&nrm=iso)>. Acesso em: 19 maio, 2016.

PIOZZI, P. Vargas e Prestes: uma comparação entre o trabalhismo e o comunismo no Brasil. **Trans/Form/Ação**, Marília, v. 6, p. 25-36, jan. 1983. Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731983000100004&lng=e n&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-31731983000100004&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 jun. 2016.

_____. **Os arquitetos da ordem anarquica: de Rousseau a Proudhon e Bakuni**. São Paulo: UNESP, 2006.

PISTRAK, M. **Fundamentos da escola do trabalho**. 3. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011

POLLAK, M. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, 1992.

_____. Memória esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <<http://biblioteca-digital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/2278>>. Acesso em: 15 ago. 2016.

PRADO JR., C. **História Econômica do Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1953.

PRESTES, L. C. **Carta aos Comunistas**. São Paulo: Ed. Alfa-Ômega, 1980.

RAMOS, J. S. **O Poder de Domar do Fraco**: construção e autoridade e poder tutelar na política de povoamento do solo nacional. Niterói, RJ: EdUFF, 2006.

_____. **Como classificar os indesejáveis?**: tensões e convergências entre raça, etnia e nacionalidade na política de imigração das décadas de 1920 a 1930. Disponível em: <http://www.academia.edu/10272071/como_classificar_os_indesejaveis_tensoes_e_convergencias_entre_raça_etnia_e_nacionalidade_na_política_de_imigração_das_décadas_de_1920_e_1930>. Acesso em: 15 ago. 2015.

ROLNIK, R. **São Paulo**. São Paulo: Publifolha, 2003.

ROMANI, C. Antecipando a era Vargas: a Revolução Paulista de 1924 e a efetivação das práticas de controle político e social. **Topoi**, v. 12, n. 23, jul./dez. 2011.

SAID, A. M. **A Estratégia e o Conceito de Democracia em Gramsci e o PCB**. 2006. [179]f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação, UNICAMP, Campinas, 2006.

SAMAIN, E.; MENDONÇA, J. M. Entre a escrita e a imagem. Diálogos com Roberto Cardoso de Oliveira. **Rev. Antropol.** [Online], v. 43, n. 1, p. 185-236, 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-77012000000100006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 ago. 2016.

SANDOVAL, S. **Os trabalhadores param: greves e mudança social no Brasil – 1945 a 1990**. São Paulo: Ática, 1994.

SANTOS, M. S. Os Porões da República: A colônia Correccional de Dois Rios entre 1908 e 1930. **TOPOI**, v. 7, n. 13, p. 445-476, jul./dez. 2006.

SAVIANI, D. O pensamento de esquerda e a educação na República brasileira. **Pro-posições**, Campinas, v. 1, n. 3, p. 7-22, dez. 1990.

_____. A Escola Pública Brasileira no Século XX (1890-2001).

Anais do III CBHE. Curitiba, 2004. Disponível em: <<http://sbhe.org.br/novo/congressos/cbhe3/Documentos/Coord/Eixo3/483.pdf>> Acesso em: 15 ago. 2016.

_____. **História das Ideias Pedagógicas no Brasil**. 3. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2010.

SCHMIDT, B. B. “*Companheiras!*”: As Mulheres e o Movimento Operário Brasileiro (1889-1930). **Colóquios de História Canário Americana**, Vitória, v. 13, n. 13, p. 1458-1469, 1998.

SCHÜTZ, A. O Estrangeiro. **Revista Espaço Acadêmico**, São Paulo, n. 113, out. 2010.

SCHWARCZ, L. M. A questão racial brasileira vista por três professores: Florestan Fernandes, João Baptista Borges Pereira, Oracy Nogueira. **Revista USP**, São Paulo, n. 68, p. 168-179, dez./fev. 2005.

SIMSON, O. R. M. Som e Imagem na Pesquisa Qualitativa em Ciências Sociais: Reflexões de Pesquisa. In: SEMINÁRIO PEDAGOGIA DA IMAGEM, 1996, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1996.

SINGER, P. **Economia política da urbanização**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1973.

SOUSA, F. S. Dos e para os Operários. Questões metodológicas de pesquisa em jornais comunistas (El Machete e A Classe Operária). **Revista de História Comparada**, Rio de Janeiro, v. 6, n. 2, p. 49-67, 2012. Disponível em: <http://www.hcomparada.historia.ufrj.br/revista-hc/artigos/volume006_Num002_artigo003.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2016.

SPIGOLON, N. I. **Pedagogia da Convivência: Elza Freire – uma vida que faz Educação**. 2009. [251]f. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2009.

_____. **As Noites da Ditadura e Os Dias de Utopia... O Exílio, a Educação e os Percursos de Elza Freire nos anos de 1964 a 1979**. 2014. [505]f. Tese (Doutorado), Unicamp, Campinas, 2014.

THEODORO, M. As características do mercado de trabalho e as origens da informalidade no Brasil. In: RAMALHO, P. J.; ARROCHELLAS, M. H. (Orgs.). **Desenvolvimento, subsistência e trabalho informal no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2004.

THOMPSON, P. **A formação da classe operaria inglesa**. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

_____. **A voz do passado, história oral**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

TINHORÃO, José Ramos. **A música popular no romance brasileiro**. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Editora 34, 2000.

WILLIS, P. **Aprendendo a ser trabalhador: escola, resistência e reprodução social**. Porto Alegre, RS: Artes Médicas, 1991.

WOODCOCK, G. **História das ideias e movimentos anarquistas**, v. 1: A ideia. Tradução Júlia Tettamanzy. Porto Alegre: L&PM, 2002.

SOBRE A AUTORA

Lilian Zanvettor Ferreira - Graduada em Arte e Pedagogia – UNICAMP (2002/ 2014). Mestre em Educação – Unicamp (2016). Docente no Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza desde 2009. Membro do Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas Educação e Sociedade, Unicamp. E-mail: zanvettore@gmail.com. Experiência na docência em Arte, Projetos Técnicos Científicos e Sociologia para o Ensino Médio e Técnico. Já foi Orientadora Educacional na ETEC de Monte Mor. Pesquisas na área de Arte, Sociologia e Políticas Públicas.

Esperamos que esse livro contribua para o debate político e filosófico sobre a educação. Afirmamos que caso seja infringido qualquer direito autoral, imediatamente, retiraremos a obra da internet. Reafirmamos que é vedada a comercialização deste produto.

Formato A5
1ª Edição Abril de 2019

Navegando Publicações



NAVEGANDO

www.editoranavegando.com
editoranavegando@gmail.com
Uberlândia – MG
Brasil

